



Serviço Público Federal
Ministério Da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Instituto de Matemática
Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática



THAYS ALVES DE OLIVEIRA

Trançando Narrativas de Professoras Negras de Matemática
sob uma Cosmopercepção da Análise Crítica Interseccional do Discurso

Campo Grande, MS

2024

THAYS ALVES DE OLIVEIRA

Trançando Narrativas de Professoras Negras de Matemática

sob uma Cosmopercepção da Análise Crítica Interseccional do Discurso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática do Instituto de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestra(e) em Educação Matemática.

Orientadora: Vanessa Franco Neto
Coorientadora: Daniele Costa Silva

Campo Grande, MS

2024

THAYS ALVES DE OLIVEIRA

Trançando Narrativas de Professoras Negras de Matemática

sob uma Cosmopercepção da Análise Crítica Interseccional do Discurso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática do Instituto de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestra(e) em Educação Matemática.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Franco Neto (Orientadora) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Daniele Costa Silva (Coorientadora) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profa. Dra. Amanda Queiroz Moura - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Maurício Rosa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Conceito: APROVADA

Campo Grande/MS, 01 de março de 2024.

*A minha mãe, Lizete, e a todas as mulheres negras que
correram para que hoje eu pudesse caminhar!*

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Uma palavra com nove letras que tem a função de carregar em si multidões de sentimentos... Então o que faço aqui é tentar, com as palavras a seguir, tecer agradecimentos que mostrará apenas superficialmente o que sinto e que venho sentindo. Dito isso:

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado: ânimo, força, coragem, saúde, disposição, paciência, determinação, resiliência... por ter me dado tudo isso e muito mais para enfrentar e concluir essa caminhada, sem desistir. Sem ele, teria enlouquecido (mais do que enlouqueci nesses dois anos)!

Quero agradecer a minha mãe, Lizete, por ser o meu pilar, um exemplo a ser seguida, por ser a minha estrutura e a minha injeção diária de confiança e determinação. Obrigada por ser minha mãe, essa mulher guerreira que se põe frente as suas batalhas diárias sem baixar a cabeça. Te agradeço pela fortaleza de mulher que tu és.

Pai, Joacir, obrigada pelo incentivo e pela confiança que tu depositas em mim e nos meus estudos, todos os dias. Te agradeço por falar da inscrição no Doutorado, mesmo quando eu não queria falar em Pós-Graduação. Obrigada por ouvir, pacientemente, todas as vezes em que corrigia (nem sempre com a mais pura calma) as suas falas carregadas pelas estruturas ocidentais que fomos e somos forçados a aprender. Obrigada por ser um exemplo de homem e pai na minha vida.

Ágata, minha irmã, obrigada por ter lido e corrigido minhas produções todas as vezes em que te pedi, sem nem ao menos fazer um Pix. Obrigada pelos conselhos, pelos cuidados comigo, pelas rezas, pelas risadas quando o cansaço chegava. Obrigada por ser um copo de paciência, pela determinação que tem e que me inspira. Obrigada por ser um espelho e um exemplo a ser seguido.

Agradeço à minha orientadora, Vanessa, pelo "assédio" e cooptação desde a graduação. Obrigada por todas as vezes que mostrou, e até mesmo me forçou a ver, que o mundo é maior que a bolha em que vivo. Te agradeço por acreditar em mim, e na minha pesquisa, mesmo quando não acreditava e duvidava do meu potencial. Obrigada por ser além da minha orientadora, ser uma amiga.

Dani, obrigada por ter topado ser minha coorientadora. Obrigada por ter embarcado nas minhas loucuras, e não ter duvidado delas. Te agradeço pelos conselhos, pelas risadas, por ser tão dramática e expansiva quanto eu. Obrigada por ser essa mulher preta confiante e emponderada que eu precisava na minha pesquisa e não sabia. Te agradeço por ser uma amiga que escuta e compreender as minhas angústias.

Agradeço a Marielle, Dandara, Carla e Carolina, por terem topado participar dessa pesquisa. Por terem se mostrado fortes para contar suas histórias. E, mais que isso, agradeço a confiança que depositaram em mim para contar as suas narrativas, sem vocês essa pesquisa não existiria.

Sou grata aos membros da banca, Amanda e Maurício, pelo carinho, pelas ricas contribuições e pela leitura e o olhar sensível que tiveram com a minha pesquisa. Agradeço

a presença de vocês nesse trabalho que só vieram a somar e por terem colaborado nesse meu processo de formação.

Agradeço as minhas amigas (Larissa, Vitoria, Gabis, Luiza e Pamela) de longa data por estarem comigo nos meus altos e baixos, por me fazer rir e sair de casa. Obrigada por nossos encontros que serviram como válvula de escape desse mundo caótico que é a Pós-Graduação. Obrigada por serem as mulheres com quem posso contar em qualquer momento. Quero agradecer, também, as novas amizades (e velhos reencontros) que construí durante esses dois anos e que quero levar para vida. Obrigada por me levar em bares para beber suco de laranja, parques, shows, teatros... Obrigada a todas por me mostrarem que tem vida além do Mestrado.

Quero agradecer ao NIEMS (Núcleo de Investigação em Educação Matemática e Sociedade), grupo de pesquisa ao qual faço parte, pelo aprendizado e contribuições na minha pesquisa. Agradeço por ser um espaço seguro para discutir, aprender, errar e dar risadas. Agradeço por fazer parte da minha construção como pesquisadora.

Agradeço à CAPES pelo financiamento e por não ter atrasado nenhuma bolsa durante esses dois anos. Sem o seu financiamento essa pesquisa ainda existiria, mas a narrativa seria contada de outra maneira e em outro tom.

E por fim, e não mesmo importante, agradeço as Professoras e os Professores do PPGEdMat/UFMS que tive o prazer em trabalhar durante esse meu processo de formação, obrigada pelas trocas e contribuições. Agradeço ao Programa, como um todo, pelo compromisso e cuidado que vocês têm com suas alunas.

Agradeço a todas por fazerem parte disso tudo e por terem me ajudado a contar essa história!

Enquanto escrevo, eu me torno
a narradora e a escritora da minha própria realidade,
a autora e a autoridade na minha própria história.
Nesse sentido, eu me torno
a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou.
(Grada Kilomba)

Eu sou várias.
Há multidões em mim.
Na mesa de minha alma sentam-se muitas,
e eu sou todas elas.
Há uma velha,
uma criança,
uma sábia,
uma tola [...]
Entre tantas, um dia me descubro,
Um dia serei eu mesma, definitivamente.
Como já foi dito: ouse conquistar a ti mesma.
(Nietzsche)¹

¹ Esse texto do Friedrich Nietzsche, foi adaptado para o feminino. E, se encontra, no formato original, na obra intitulada “*The Gay Science: With a Prelude in Rhymes and an Appendix of Songs*”.

RESUMO

Para construir essa dissertação, tive que ter uma escuta sensível, uma escrita respeitosa e estudos meticulosos para escrever sobre uma temática que perpassa e atravessa as minhas vivências como uma mulher preta e professora de Matemática. Tive que me desprender dos discursos normalizadores que seguem um padrão da cosmovisão ocidental/europeia/estadunidense, para me colocar no lugar de escuta de histórias de professoras negras de Matemática sob uma cosmo percepção que transversaliza outros modos de se pensar e produzir pesquisa. Me comprometi em estar aberta a aprender e produzir conhecimentos novos com mulheres negras que são professoras de Matemática e formadoras nos cursos de Licenciatura em Matemática. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é analisar a trajetória de formações de professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, e dessa forma compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais nos processos de formação dessas docentes. Para isso, fiz uso de Entrevistas como fonte de produção de Narrativas (Clandinin e Connelly, 2011; Bruner, 2014; Jørgensen, 2022), como modo de pesquisa que possibilitam processos de reflexões e (re)significados de suas próprias histórias e vivências e, que assim possam vir a colaborar com as explicações que proponho aqui. Para analisar essas narrativas utilizei do conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002) que tem como foco de estudo pensar as múltiplas e simultâneas opressões e desigualdades sociais que se acumulam nos corpos e nas experiências de mulheres negras. A Interseccionalidade é a enunciação de um complexo de problemas que nos atinge, é dentre tantas produção de conhecimento. E utilizei a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Resende, 2020; Wodak, 2004) como uma forma de denúncia. A ACD é uma forma de estudar e criticar os discursos que estão postos na sociedade em que vivemos. Uma teorização que está interessada no discurso como instrumento de poder e controle, e como instrumento de construção social da realidade. Dito isso, procuro por meio da minha pesquisa, dar visibilidade às subjetividades das mulheres negras, em especial professoras negras de Matemática, aos silenciamentos e a invisibilidade forçada a elas, apesar de sempre estarem no movimento contínuo de conquistar e afirmar seus próprios espaços. Concluí que a Matemática, e aqui com letra maiúscula mesmo, não contribuiu fortemente como um marcador social na vida dessas mulheres, ser professora negra de uma das áreas, que socialmente, é intensamente dita privilegiada não impossibilitou que elas, as entrevistadas, sofressem e enfrentassem diversas situações racistas ao longo de seus processos de formação, assim como ocorreu comigo. Tampouco experienciar esses processos de formações, por meio das narrativas, me possibilitaram problematizar a estrutura da sociedade em que vivemos que tão bem apaga, silencia e oprime diversas situações racistas que sofremos no decorrer de nossas histórias, a ponto de não a percebermos. A escolha por essa atuação profissional só tornou suas trajetórias mais difíceis ao se verem em um campo que se diz neutro e que se afasta de demandas que são emergentes em nossa sociedade. Por fim, escrevo e proponho uma dissertação com o compromisso social de enfrentar o racismo em uma sociedade racista.

Palavras-chave: Processos de Formação; Questões Raciais; Entrevistas Narrativas; Educação Matemática; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

To construct this dissertation, I had to have sensitive listening, respectful writing and meticulous studies to write about a topic that permeates and crosses my experiences as a black woman and Mathematics teacher. I had to detach myself from the normalizing discourses that follow a pattern of the Western/European/American worldview, to put myself in the place of listening to stories of black Mathematics teachers under a cosmoperception that transversalizes other ways of thinking and producing research. I committed to being open to learning and producing new knowledge with black women who are Mathematics teachers and trainers in Mathematics Degree courses. In this sense, the objective of this study is to analyze the training trajectory of black Mathematics teachers who work in the Mathematics Degree course at the Public Universities of Mato Grosso do Sul, and in this way understand the intersections of racial and social issues in the training processes of these teachers. For this, I used Interviews as a source of production of Narratives (Clandinin and Connelly, 2011; Bruner, 2014; Jørgensen, 2022), as a mode of research that enable processes of reflection and (re)meanings of their own stories and experiences and, so that they can collaborate with the explanations I propose here. To analyze these narratives, I used the concept of Intersectionality (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002), which focuses on thinking about the multiple and simultaneous oppressions and social inequalities that accumulate in the bodies and experiences of black women. Intersectionality is the enunciation of a complex of problems that affect us, it is among many production of knowledge. And I used Critical Discourse Analysis (CDA) (Resende, 2020; Wodak, 2004) as a form of complaint. ACD is a way of studying and criticizing the discourses that are present in the society in which we live. A theorization that is interested in discourse as an instrument of power and control, and as an instrument of social construction of reality. That said, I seek, through my research, to give visibility to the subjectivities of black women, especially black Mathematics teachers, to the silencing and invisibility forced on them, despite always being in the continuous movement of conquering and asserting their own spaces. I concluded that Mathematics, and here with a capital letter, did not contribute strongly as a social marker in the lives of these women, being a black teacher in one of the areas, which socially, is intensely considered privileged, did not make it impossible for them, the interviewees, to suffer and face several racist situations throughout their training processes, as happened to me. Nor did experiencing these formation processes, through narratives, enable me to problematize the structure of the society in which we live, which so well erases, silences and oppresses various racist situations that we have suffered throughout our stories, to the point that we do not notice it. Choosing this professional activity only made their trajectories more difficult as they found themselves in a field that is said to be neutral and that moves away from demands that are emerging in our society. Finally, I write and propose a dissertation with the social commitment to confront racism in a racist society.

Keywords: Training Processes; Racial Issues; Narrative Interviews; Mathematics Education, Critical Discourse Analysis.

RESUMEN

Para construir esta disertación, tuve que tener una escucha sensible, una escritura respetuosa y estudios minuciosos para escribir sobre un tema que permea y atraviesa mis experiencias como mujer negra y profesora de Matemáticas. Tuve que desprenderme de los discursos normalizadores que siguen un patrón de la cosmovisión occidental/europea/estadounidense, para ponerme en el lugar de escuchar historias de profesores de Matemáticas negros bajo una cosmo percepción que transversaliza otras formas de pensar y producir investigación. Me comprometí a estar abierta a aprender y producir nuevos conocimientos con mujeres negras que son profesoras y formadoras de Matemáticas en carreras de Licenciatura en Matemáticas. En este sentido, el objetivo de este estudio es analizar la trayectoria de formación de profesores de Matemática negros que actúan en la Licenciatura en Matemáticas de las Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, y de esta manera comprender las intersecciones de las cuestiones raciales y sociales en el procesos de formación de estos docentes. Para ello, utilicé las Entrevistas como fuente de producción de Narrativas (Clandinin y Connelly, 2011; Bruner, 2014; Jørgensen, 2022), como modo de investigación que posibilita procesos de reflexión y (re)significados de sus propias historias y experiencias. y, para que puedan colaborar con las explicaciones que aquí propongo. Para analizar estas narrativas utilicé el concepto de Interseccionalidad (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002), que se centra en pensar en las múltiples y simultáneas opresiones y desigualdades sociales que se acumulan en los cuerpos y experiencias de las mujeres negras. La interseccionalidad es la enunciación de un conjunto de problemas que nos afectan, es una entre tantas producciones de conocimiento. Y utilicé el Análisis Crítico del Discurso (ACD) (Resende, 2020; Wodak, 2004) como forma de denuncia. ACD es una forma de estudiar y criticar los discursos que están presentes en la sociedad en la que vivimos. Una teorización que se interesa por el discurso como instrumento de poder y control, y como instrumento de construcción social de la realidad. Dicho esto, busco, a través de mi investigación, dar visibilidad a las subjetividades de las mujeres negras, especialmente a las profesoras negras de Matemáticas, al silenciamiento y la invisibilidad que se les impone, a pesar de estar siempre en el continuo movimiento de conquista y afirmación de sus propios espacios. Concluí que las Matemáticas, y aquí con mayúscula, no contribuyeron fuertemente como marcador social en la vida de estas mujeres, siendo profesora negra en una de las áreas socialmente consideradas intensamente privilegiadas, no la hizo imposible. para ellos, los entrevistados, sufrir y enfrentar varias situaciones racistas a lo largo de sus procesos de formación, como me pasó a mí. Tampoco vivir estos procesos de formación, a través de narrativas, me permitió problematizar la estructura de la sociedad en la que vivimos, que tan bien borra, silencia y oprime diversas situaciones racistas que hemos sufrido a lo largo de nuestras historias, hasta el punto de no comprenderlas. notarlas. La elección de esta actividad profesional no hizo más que dificultar sus trayectorias al encontrarse en un ámbito que se dice neutral y que se aleja de las demandas que van surgiendo en nuestra sociedad. Finalmente, escribo y propongo una disertación con el compromiso social de enfrentar el racismo en una sociedad racista.

Palabras clave: Procesos de Formación; Cuestiones Raciales; Entrevistas Narrativas; Educación Matemática; Análisis Crítico del Discurso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Orgulho de ser UFMS	33
Figura 2: Como você se considera?	47
Figura 3: Diagrama da Interseccionalidade	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Convite para participar da Dissertação	45
Quadro 2: E-mail para o Processo Inicial da Pesquisa	46
Quadro 3: Questões sobre sua relação com a raça	48
Quadro 4: Convite para Entrevistas	49
Quadro 5: Roteiro da Entrevista	50
Quadro 6: Escolha seu nome	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACD – Análise Crítica do Discurso
ADC – Análise de Discurso Crítica
BBC – British Broadcasting Corporation
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDF – Cabeça de Ferro ou Crânio de Ferro
CEP – Comitê Ético da Pesquisa
EDO – Equação Diferencial Ordinária
ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática
GPCEM – Grupo de Pesquisa Currículo e Educação Matemática
GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binário, outras identidades
MES – Mathematics Education and Society
MS – Mato Grosso do Sul
NIEMS – Núcleo de Investigação em Educação Matemática e Sociedade
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDF – Portable Document Format
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PPGEduMat – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática
SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UMA CARTA, OU UM RECADO, PARA QUEM ESTÁ LENDO

Essa dissertação perpassa dois movimentos, que podem ser explorados de maneira independente, e em qualquer ordem que desejar. Os movimentos são: **O caminhar de uma Dissertação e Um processo de Análise Insubordinado.**

Deixamos por conta da pessoa que lê essa escolha por apresentar uma dissertação com uma coletânea de artigos publicáveis. Decidimos romper com a apresentação tradicional das produções acadêmicas e apresentar um outro modo, o *Multipaper*. As páginas iniciais deste texto apresentam um panorama, uma visão geral, da pesquisa de Mestrado em Educação Matemática. Enquanto a parte final é composta pelos artigos com estudos empíricos.

Dito isso, fique à vontade para atravessar essa dissertação da forma que desejar. Faça sua escolha abaixo e comece a exploração dessa produção. Por onde deseja começar?

O CAMINHAR DE
UMA
DISSERTAÇÃO

UM PROCESSO DE
ANÁLISE
INSUBORDINADO

O CAMINHAR DE UMA DISSERTAÇÃO

Conversei com uma daqui e outra dali, ouvi uma coisa cá e outra acolá, rodopiei pelas ideias, pelas palavras, pelos papéis, vi textos longos e textos curtos, textos densos e textos tensos, textos leves e textos, simplesmente textos. (Cesar Leite)

SUMÁRIO

O CAMINHAR DE UMA DISSERTAÇÃO	13
Introdução ou apenas palavras	15
Essa tal Dissertação	17
O que já foi produzido sobre a Intersecção entre Gênero, Raça, Classe e (Educação)	
Matemática(s)?	39
Encontros entre/com Professoras Negras: como produzir entrevistas, conversas, narrativas, histórias?	43
Interseccionalidade: entre encruzilhadas, estruturas e avenidas identitárias	55
Como analisar e criticar o Discurso?	64
Uma conclusão que está longe do fim... ..	69
Referências	81
UM PROCESSO DE ANÁLISE INSUBORDINADO	86
Outros olhares para a Matemática: conhecimento matemático como instrumento de proteção e abrigo	87
Um ensaio para entender o conceito de Interseccionalidade	100
“Negra não serve, coloquem a Negra no seu lugar”: profissões, gênero e raça	117
ANEXO: as reportagens	137

Introdução ou apenas palavras

Dizem que a introdução e o resumo de qualquer texto devem ser feitos por último (pois são partes em que você sintetiza as ideias que são apresentadas na produção), é o padrão, o que se espera. Mas nessas palavras iniciais não seguirei o que se espera, tampouco farei nos moldes exigidos para uma produção acadêmica. Não fiquem preocupadas, ao longo desse texto vocês terão, pelo menos uma ideia dessa dissertação. O que quero dizer é que mesmo esse texto tendo uma cara de introdução, ele não foi feito em reta final de escrita. Esse texto foi sendo construído junto com a dissertação e com a pesquisadora que vos fala. Ele não tem um tempo cronológico, ele foi produzido conforme sentia a necessidade de explicitar e narrar esse processo que é produzir uma dissertação, enquanto me constituo pesquisadora.

Há algum tempo, Vanessa pediu que eu fizesse um primeiro texto, um texto em que colocaria nas páginas do *Word*, ou de qualquer outra plataforma, a formatação que tenho pensado em apresentar na dissertação. *Multipaper*, conto ou diário? O que dou conta de apresentar no Mestrado? Quem sabe?! E, sendo sincera, nos últimos dias tenho imaginado como irei escrever. Será que devo esquecer tudo isso de escrita diferente e começar o modo tradicional ou, devo pedir um prazo maior para a Vanessa?!

*DÚVIDAS....

Durante dias tenho ficado na frente do computador, tentando escrever algo que me faça gostar de ler. E tampouco sei se estou gostando do que está saindo agora, mas tenho que mandar alguma coisa para a Vanessa, mesmo que ela me devolva cheio de comentários e correções – como assim espero.

As coisas que circulam na minha cabeça têm sido bem confusas de lidar ultimamente, não imaginava que a dissertação tomaria esse rumo. Lugar de incerteza, de desânimo, lugar em que não gosto do caminho que estou tomando. Passei bastante tempo empolgada com tudo que estava se desenrolando, mas a adrenalina baixou e a falta de empolgação tem tomado conta. Me disseram que esse processo é normal, e que com o tempo e o projeto de pesquisa encaminhado, a felicidade por escrever apareceria (ou isso seria uma utopia minha?). Mas, enquanto estou me afundando nas incertezas o tempo tem passado, e depressa demais! E estou começando a me questionar se dois anos seriam suficientes para um curso de Mestrado.

Por que
preciso estar
feliz? Preciso
mesmo disso?

Um emaranhado de insegurança tem me atormentado: será que dois anos será o suficiente? Será que vou conseguir realizar entrevistas? Como será o meu modo de escrita? Como utilizar o conceito de Interseccionalidade? Depois de selecionar os marcadores sociais,

o que fazer? Vou ter que utilizar Análise do Discurso do famoso Foucault²? O que eu espero/quero com essa pesquisa? Será que estou perpassando o presente e preocupada demais com o futuro? Perguntas e mais perguntas, que têm rondado a minha cabeça e, não sei como responder ou se de fato é importante que se tenham respostas agora ou algum dia.

E enquanto escrevo, vou percebendo que preciso externar as minhas angústias, para que eu consiga me concentrar nos textos que tenho que escrever. Já me falaram, várias vezes, que a minha cabeça em um determinado momento me sabotava, acho que isso está acontecendo agora! Não sei o motivo disso, mas depois que esses dias brancos de “fracasso” passam, entro no modo produção novamente. O único problema é que nunca sei quanto tempo duram esses meus dias, mas eles acontecem com mais frequência do que gosto de contar. Talvez seria o momento de relaxar!

Esse processo de (auto)sabotagem, ou sensação que tenho, é recorrente e ocorre sempre que pulo de cabeça em alguma coisa. Pensando agora, percebo que a dedicação excessiva, sem pausas para um açaí ou uma série, é um gatilho para a minha (auto)sabotagem. Não estou dizendo que se dedicar é ruim, e sim, que focar apenas nisso não é um bom caminho, esse não é o que devo seguir, não é um bom caminho para mim. A Vanessa e a Dani sempre falam que sou preocupada demais, ansiosa demais, engraçada demais, urbana demais, dramática demais, tudo demais! A verdade é que enxergo o copo sempre cheio ou vazio e preciso vê-lo meio vazio ou meio cheio. Então, apenas relaxe e se acalme, Thays! Porque esse seria um bom momento para começar um movimento de escrita sem amarras, sem preocupações, sem cobranças (que sem querer faço comigo mesmo), um processo de escrita que eu precisasse apenas começar a escrever e me empoderar do que escrevo!

Por que essa
necessidade tão
recorrente de
controlar o
tempo?!

Mas, se eu
parar um
momento, como
lidaria com os
sentimentos de
culpa e
fracasso,
depois?!

² Michel Foucault foi um filósofo francês contemporâneo que se dedicou à reflexão entre poder e conhecimento. Crítico, Foucault foi um ativista que estudou vários problemas sociais. Dentre eles: o sistema penitenciário, a instituição escolar, a psiquiatria, a psicanálise e a sexualidade.

* Ao longo dessa primeira parte da dissertação, algumas caixas de textos serão inseridas nas margens laterais. Opto por elas para externalizar questionamentos e explicações que surgem no decorrer da escrita, que, naquele momento, não cabem no corpo do texto.

Essa tal Dissertação

O processo de escrita de uma dissertação não é rápido e muito menos fácil, são emaranhados de idas e vindas, de pensar e repensar, de decidir e voltar atrás no mesmo instante, de jogar fora, recomeçar e de amadurecer as ideias. Eu imaginei e falei para a Vanessa sobre alguns moldes que queria para essa dissertação: conto, diário, o modo tradicional... Mas, todas as vezes em que fui confrontada a escrever nesses formatos, percebia que eles não estavam, ao todo, indo de acordo com o que queria, e por isso a escrita travava. Percebi que não havia tempo hábil para escrever a dissertação em formato de conto ou diário, e simultaneamente não queria que ela fosse nos moldes tradicionais.

Foi quando a Vanessa me apresentou o formato *Multipaper*, que nada mais é que uma dissertação com uma coletânea de artigos publicáveis, acompanhado de capítulos introdutórios em que se apresenta um panorama da pesquisa com Introdução, Metodologia, Referencial Teórico e algumas Considerações Finais. Esse modo de análise oferece potência para essa produção, pois possibilita que a pesquisadora ofereça diálogos que socializem nesse movimento investigativo. Barbosa (2015) acredita que a coletânea de artigos pode ser pensada como “modelos insubordinados”, formatos esses que se diferem dos tradicionais. Esse modelo contribui para que diversas questões possam ser abordadas simultaneamente na pesquisa (Neto, 2019), a depender da autora.

A coletânea de artigos apresenta cada produção com objetivos próprios e autônomos, que ao final respondem à questão diretriz proposta na dissertação, com oportunidade de referenciais diversos e plurais para investigar os dados obtidos e construídos no decorrer da pesquisa. Mas, nesse formato algumas argumentações são revisitadas diversas vezes em partes já expostas ao longo da produção, o que pode ser visto como formas de (re)afirmar pontos importantes já abordados. O que devo fazer, enquanto pesquisadora, é questionar os padrões que estão postos nos modos de escrita da academia. E, acredito que o formato *Multipaper* é uma maneira de pensar em possibilidades de mudanças, em que questionamos a representação da produção, e assim reinventamos e criamos formas originais – não convencionais – de se produzir pesquisa.

Então, decidi que iria romper a representação tradicional, monográfica, dos trabalhos acadêmicos e utilizar uma coletânea de artigos para compor a dissertação. Acredito que a escrita tem o ‘poder’ de romper com o mundo naturalizado, padronizado e normalizado e, assim, produzir discussões outras que seriam necessárias para aberturas de diálogos que os modos tradicionais em alguns momentos nos impedem. Não quero aqui elencar melhor ou pior, e sim

elaborar uma abertura para se produzir de outros modos na academia tão bem padronizada. Mas, quem define o que é a academia? O que é uma fala acadêmica? Quem a padroniza? Acredito que quem faz dela essa construção que define sujeitos, são os que estão na academia. Quem está na academia que a define e dita quais normas e padrões ela deve seguir.

E por acreditar que a escrita dessa dissertação é uma maneira de denunciar o que está posto e romper com o que está normalizado, que não posso deixar de mencionar os dois lados que o cercam quando se produz no formato *Multipaper*. Que esse modo possibilita mudanças e rupturas nas produções tradicionais acadêmicas, isso já foi explanado. Mas, a escrita em formato *Multipaper* está, também, condicionada a produção em massa, a atualizações do *Lattes*. Isso seria um problema? O que está por trás? Acredito que temos vivido em uma sociedade em que a otimização do tempo e por consequência das produções viraram regras. Uma sociedade cada vez mais preocupada com números, com quantidade. Acredito que seja um risco associar o *Multipaper* ao produtivismo, pois nos condiciona a acreditar que esse formato de escrita é condizente com a produção em massa de artigos, com o produtivismo. Conheço essa crítica que cerca o *Multipaper*, mas a minha postura frente a esse modo é a da divulgação de um tema ainda pouco produzido no Brasil. Dentre as possibilidades, tenho utilizado o formato *Multipaper* como uma forma de divulgação do que tenho produzido, para que minhas palavras alcancem para além de meus pares.

Quando decidi cursar uma Pós-Graduação, o que mais me preocupava era a temática da pesquisa. Queria uma temática que estivesse de acordo com questões sociais que acredito e que me instigassem constantemente durante esse caminhar. Um assunto que me fizesse questionar a sociedade em que estou vivendo. E, além disso, que pudesse contribuir na minha formação, e para além dela.

Minha ideia para a pesquisa de Mestrado surgiu ainda durante a produção da minha monografia intitulada: *Narrativas (auto)biográficas da Experiência como Processos de Ressignificações de uma Licencianda em Matemática*” (Oliveira, 2021). Nesse trabalho senti a necessidade de falar um pouco do meu caminhar, meus percalços como mulher preta em um curso superior, Licenciatura em Matemática na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Utilizei de narrativas (auto)biográficas para escrever episódios de experiências deste meu período, e que foram silenciadas durante a graduação.

Falar sobre questões raciais em um curso de graduação e em pleno século XXI, é bem mais difícil do que se imagina. Muitos estão acostumados a achar que o racismo já acabou e que é quase impossível que ele aconteça em um ambiente onde todos têm acesso à informação. Mas a realidade não é essa, na academia, ou pelo menos no meu curso, os diálogos com essa temática foram silenciados e quase inexistentes. [...] Falo

para que as pessoas entendam que as questões sociais e raciais devem ser discutidas em todo o ambiente acadêmico, inclusive se você estiver em um curso de exatas (Oliveira, 2021, p. 58).

Nos últimos tempos tenho tentado culpabilizar e responsabilizar sujeitos para que alguns discursos se tornassem inexistentes na academia, e em diversos outros espaços. Ou, que outros se tornassem tão gritantes. Porém, com algumas leituras percebi que não posso, e não quero, sair procurando pessoas para responsabilizar acerca dos discursos raciais e sociais que foram silenciados, não só no espaço acadêmico. É importante, também, questionar e discutir as nossas próprias posições condicionadas por essa sociedade construída nesse domínio branco, masculino e cis heteronormativo, para além de responsabilizar alguém em específico. Temos a nossa parcela nessa construção devido a nossa prática de manutenção do silenciamento e apagamento de corpos subalternizados em espaços de poder.

De acordo, com os ambientes que tenho ocupado, e nos debates que tenho me envolvido posso responsabilizar as questões que o Brasil levantou, e disseminou, com o *Mito da Democracia Racial* e o *Embranquecimento* (Jacoub, 2008) para propagar e reestruturar os preconceitos nesses ambientes, se é que em algum momento eles estiveram ausentes (Munanga, 2001). Segundo Jacoub (2008), esse mito e o conceito de *Embranquecimento* (Silva, 1989) eram/são anseios sociais construídos, que repercutem historicamente na sociedade, instituídos para apagar a herança africana nesse país.

Na segunda metade do século XIX, com a proibição da escravização com a *Lei Áurea*, o governo brasileiro da época começa a pensar em um projeto de *Embranquecimento* (Silva, 1989) da população, projeto esse que, grosso modo, foi implementado às custas do estupro de mulheres negras que foram induzidas a acreditar que essa era a melhor saída para o apagamento das negativas atribuídas à raça (Munanga, 2004). Mas, o que foi passado é que o *Embranquecimento* significa uma espécie de dissolução da raça negra através do incentivo ao casamento interracial. A tela “Redenção de Cam” do espanhol Modesto Brocos é uma exemplificação do processo de *Embranquecimento* no Brasil e de como tomamos a Europa branca como referência, o negro se tornando branco na terceira geração. Ou seja, uma tela, uma obra de arte, totalmente racista. De modo geral, todo esse teatro construído de nada serviu para garantir a incorporação do negro como cidadão, pois continuavam sendo vistos de modo objetificado e com estigmas negativos, ou seja, a mentalidade da população não foi mudada, apenas camuflada (Munanga, 2004).

E, muitos
ainda
acreditam!

No início do século XX, criou-se um imaginário de que o Brasil era um país sem quaisquer barreiras impostas pela cor da pele (Munanga, 2004). A ideia mentirosa de

Democracia Racial foi construída por meio da imagem de que o racismo havia acabado e junto a isso, surge a compreensão de que a sociedade vivia um processo de igualdade e respeito entre as pessoas. Ideias errôneas, que se consolidaram como verdadeiras, de que todos os cidadãos tinham as mesmas oportunidades de ascensão social, de participação em todos os espaços sociais. Uma falácia que instaurou e propagou, negativamente, o projeto de igualdade.

Todo esse processo está baseado na concepção de silenciamento e na distorção que há em torno do lugar que o branco ocupa nas relações raciais brasileiras, de modo que silenciam as classes dominadas pelo discurso das dominantes. Segundo a BBC News Brasil (2020) esse processo de silenciamento pode ser visto quando falamos de Taxa de Analfabetismo pois 9,1% dos negros se enquadram nessa (des)educação, enquanto 3,9% dos brancos sofrem com isso. Quando se trata de desemprego, fato esse que acomete mais a população negra do que a branca, a taxa, segundo dados de 2018 do IBGE (BBC News Brasil, 2020), foi de 14,1% contra 9,5% entre os brancos. Ainda de acordo com os dados do IBGE de 2018, 15,4% da população branca viviam na pobreza e esse percentual era maior, chegando para além do dobro, entre pretos e pardos, 32,9%. Esse processo de silenciamento, fica ainda mais gritante se olharmos para o número de assassinatos no Brasil, 75 a cada 100 pessoas mortas no país eram/são negras e, esses números têm aumentado dia após dia. Na sociedade brasileira 67% das pessoas que estão no sistema penitenciário são negras, enquanto 32% são brancos. Todos esses números mostram que no Brasil, vivemos de acordo com classes dominadas e dominantes, e sabemos quais dessas classes são silenciadas, excluídas e apagadas.

E, em meio a esse silenciamento e apagamento não podemos esquecer de mencionar que quando discutimos o processo de silenciamento e embranquecimento da população brasileira em conjunto com o *Mito da Democracia Racial* (Bento, 2002), é importante explorar o conceito de *Colorismo*, termo recente que tem sido foco de grandes discussões e debates por grande parte da comunidade negra, que impregna ideias e atitudes em nosso cotidiano. Segundo Silva (2007), o *Colorismo*, a tonalidade da pele, é decisiva para estabelecer o tratamento social que cada sujeito receberá. Essa questão é geograficamente e socialmente produzida e construída, assim, quanto mais clara for a tonalidade da pele, ainda que a pessoa seja identificada como negra segundo seus fenótipos, menor é o preconceito e a exclusão que perpassa em situações sociais. Ou seja, dependendo do território em que vivemos a tonalidade da nossa pele, o *Colorismo*, é percebido de maneiras diferentes, ainda mais no Brasil que vivemos sob os moldes do *Embranquecimento*.

O mesmo acontece ao contrário, quanto mais retinta a sua pele mais preconceitos esse corpo sofrerá. O conceito do *Colorismo* é uma maneira de refletir sobre como pessoas negras

de pele clara possuem algumas passabilidades sociais e como podem ocupar as bases opressoras e perversas do racismo por estarem mais “próximas” de um padrão branco e que impactam na estrutura de um sistema racista. O *Colorismo* é sim, fruto desse processo violento de miscigenação que tinha/teve por objetivo o extermínio gradativo da população negra. E é importante reconhecer as diferenças da população negra brasileira e suas origens, no entanto não quero contribuir com uma pauta para retroalimentar o *Mito da Democracia Racial*, o que quero é discutir e impedir que haja uma construção hegemônica de uma identidade negra brasileira.

Nessa pesquisa para além de discutir raça é fundamental problematizar as questões de gênero, do ser e tornar-se mulher, visto que tenho pesquisado com mulheres que se identificam como negras. Bell hooks³ (2020) diz que ao longo de suas experiências dois fatores determinaram seu destino, o fato de ter nascido negra e de ter nascido mulher. Raça e gênero são facetas da identidade, mutáveis no caso do gênero, e fundamentais na construção da sociedade orientada por uma racionalidade ocidentalizada em que vivemos, pois são construtos e formas de manutenção do poder e fundamentais como mecanismos de exploração. Ser mulher negra na sociedade em que vivemos, vem com uma gama de imposições sociais e diretrizes que ditam como devemos nos comportar socialmente. As discussões sobre diversidades, subjetividades, singularidades e da pluralidade das mulheres são recentes e manifestou-se, dentre diversos movimentos, com as argumentações do Feminismo Negro, que problematiza a universalidade das mulheres e explana a influência da raça (Gonzalez, 2020) nessa discussão. Sendo assim, as falas universalistas sobre as mulheres são resultadas da metanarrativa da dependência, da narrativa contada pelos homens sobre as mulheres. Por um bom tempo ficamos reféns e dependentes das representações construídas pelos homens, o que fez com que acreditássemos que fomos pensadas e arquitetadas a margem e a sombra do outro. O homem se tornou a representação universal, mas não em todas as sociedades/comunidades como mostra Oyěwùmí (2021) em suas pesquisas, mas principalmente nas sociedades que assumem uma organização ocidentalizada dos modos de vida, causando invisibilidades.

Oyěwùmí (2021) menciona em seus escritos e estudos que as discussões sobre gênero são invenções, imposições e construtos determinados por sociedades europeias e americanas, do ocidente, a outras comunidades. Ela afirma isso com base nas investigações que vem fazendo na comunidade em que nasceu, a Iorubá, que nunca viveu antes da colonização diferenciações

³ bell hooks é pseudônimo utilizado pela intelectual negra Gloria Jean Watkins, como uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. Como posicionamento político, o pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois ela acredita que nomes e títulos não devem possuir mais valor do que as ideias.

com base em ser mulher ou ser homem, e sim, de acordo com idade ou como ela mesma diz senioridade. Ou seja, os mais velhos eram os mais sábios, independente do seu gênero. Mas, ao longo de diversos processos essas determinações foram impostas conforme outras pessoas estudavam a comunidade Iorubá e apontavam o gênero como determinante.

[...] percebi que a categoria “mulher” – que é fundacional nos discursos de gênero ocidentais – simplesmente não existia na Iorubalândia antes do contato mantido com o Ocidente. Não havia um tal grupo caracterizado por interesses partilhados, desejos ou posição social. [...] Categorias sociais como “mulher” são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem (Oyèwùmí, 2021, p. 15-16).

É importante mencionar que gênero nem sempre foi um determinante nas mais diversas sociedades, e que após o processo de colonização isso virou uma regra a ser explorada, foi uma herança do pensamento ocidental. Mas, nesse trabalho essa violência é um grande marcador e determinante nos dias de hoje. E, mais que isso, os estudos de gênero mudam dependendo da raça ao qual tem discutido. Feministas brancas exploram esse construto diferente das Feministas Negras, pois algumas experiências vividas e apontadas por mulheres brancas não abordam e não narram as vivências de mulheres negras. Por isso, acho importante mencionar a diferença nesses discursos: o que mulheres brancas falam sobre gênero? E, o que mulheres negras falam sobre gênero?

A partir de como a sociedade ocidentalizada organiza o gênero, de acordo com Colling (2004) essa construção é antiga e começa com os gregos, excluindo as mulheres do conhecimento e do direito ao pensamento, direitos esses tão valorizados nessa civilização. Os romanos legitimam a sua discriminação feminina quando atribui aos homens todo o poder: sobre as mulheres, filhos e escravos, demarcando assim a posição social da mulher como inferior. Construções culturais que durante séculos as mulheres foram alcunhadas como corpos incapazes de abstrair e de pensar. E hoje, podemos ver o reflexo dessa imposição quando discutimos a importância e a representatividade do corpo feminino na sociedade, em espaços de poder e para além dele. Para falar um pouco sobre a questão de ser mulher, antes, preciso me desprender dessas categorias ditas universais e me atentar as singularidades e pluralidades das mulheres, que não são únicas e sim diversas, são várias, são plurais, são múltiplas.

As representações das mulheres furam o tempo e determinam/estabelecem as disputas entre os gêneros, diferenças e doutrinas essas que temos tentado subverter ao longo do tempo:

[...] a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher,

o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública (Colling, 2004, p. 15).

Esses papéis diferenciados pelos gêneros, estão fortemente interligados com questões de hierarquia e poder. As representações da inferioridade feminina, do ser e tornar-se mulher são invenções que incansavelmente foram/são repetidas e se infiltraram no pensamento das mulheres e dos homens. O resultado disso é o patriarcado, que segundo Colling (2004) é uma configuração do poder que mostra lugares ocupados em situações estratégicas e complexas que dotam o masculino com um maior exercício de poder do que as mulheres.

Os homens definiram e construíram, e isso ainda ocorre, as mulheres como o outro, por meio deles mesmos, e exercem esse poder não apenas nelas, mas em todos e todas que não se ajustam no meu molde. Essa relação não é natural, mas social construída e (re)modelada. Discutir gênero é questionar os papéis sociais destinada às mulheres e aos homens na nossa sociedade tão bem estruturada.

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais [...] segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual [...] a diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998 apud Colling, 2004, p. 29).

Segundo Colling (2004) devemos falar em gênero, ao invés de sexo, pois indica que a condição ser mulher não está determinada pela biologia ou pela natureza, mas sim que não passa de uma invenção. O gênero é um marcador social que analisa a organização desigual da sociedade. Quando Simone de Beauvoir diz em seu livro, *Segundo Sexo*, que ninguém nasce mulher: torna-se, ela estava dizendo que as mulheres são alienadas pela condição histórica da sociedade. Está dizendo que as mulheres nascem em uma sociedade organizada por uma racionalidade ocidentalizada onde já existe uma imposição de como devem se comportar e ser; dentro desse modelo de coletivo, a mulher ocupa um lugar subalternizado. Tornar-se mulher significa considerar maneiras de estar no mundo. Segundo Colling (2004) são as sociedades que decidem o lugar da mulher, por meio da cultura, seja o lugar de: servidão, opressão ou liberdade.

Ou seja, para as feministas brancas os atos e processos de serem e tornarem-se mulheres estão atrelados aos direitos de igualdade e equidade em relação aos direitos “conquistados” – que estão mais para forçados/roubados – pelos homens.

O que produzo neste texto é uma problematização de como essa construção intersecta de maneiras distintas em corpos negros e não negros. Por isso, estou confortável em dizer que

não estou de acordo quando Colling (2004) diz que temos que falar em gênero ao invés de sexo. Sobre essa premissa, concordo com o discurso da Oyěwùmí (2021) que afirma em seu livro: *A Invenção das Mulheres – construindo um sentido Africano para os discursos ocidentais de gênero*, que o sexo foi definido como fatores biológicos dos corpos feminino e masculino e, gênero foi definido como as consequências sociais que fluem disso. Dito isso, a racionalidade ocidentalizada tenta a todo momento perceber sexo e gênero de modos inseparáveis, ligados. Faço uso dos pensamentos e escritos da Oyěwùmí (2021) para mostrar o quão contraditórias são as demandas de gênero na racionalidade ocidental, mesmo que essas demandas tenham organizado a minha vida e, também, das entrevistadas. Trago as teóricas ocidentais como contraponto entre os discursos das mulheres brancas e das mulheres negras.

Também concordo, por ser uma mulher negra, que muito do que feministas brancas falam em relação ao gênero atravessam as vivências das feministas negras, mesmo com todas as particularidades e singularidades que elas carregam em seus corpos. Mas, tem algo, e vejo como fundamental nessa discussão, e para o construto da sociedade, que diz respeito à muitas mulheres brancas não entenderem quando mulheres negras narram o que é ser mulher. Durante a construção histórica das mulheres negras, sob uma perspectiva ocidental, elas foram acusadas de tudo: promíscuas, mulata, não servem para casar-se, exóticas, sensuais, empregadas, escravas... Mas, não foram acusadas de serem mulheres, e também não foram tratadas como tais. Oyěwùmí (2021) fala que a raça é um princípio organizador fundamental na nossa sociedade, pois ela determina quais corpos ficaram, e ficam ainda, à margem nessa construção.

Dentre as diversas leituras que tenho feito, de diversas intelectuais e pesquisadoras negras, dizem que nós mulheres não nascemos assim, com esse “título”, nos tornamos e, esse tornar-se é uma luta constante. E quanto a nossa negritude nós descobrimos ou somos acusadas. Ou seja, eu me torno mulher e me descubro negra com o passar do tempo e das minhas vivências e experiências. Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 160) podemos concluir que a “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão”. Então, quando falamos de mulheres em nossa sociedade sempre deve-se questionar: mulheres? Que mulheres? Quem se qualifica para ser mulher? O que devo performar para ser considerada mulher? Quais fenótipos devo apresentar para ser considerada uma mulher?

Tem uma fala em uma palestra de uma abolicionista e feminista negra que ficou muito conhecida em que ela explana e exemplifica bem o que estou dizendo, quando penso em uma mulher em específico, essa questão de não ser vista como mulher nem pelas mulheres brancas e, nem pelos homens independente da sua raça. Sojourner Truth, uma ex-escrava, proferiu um

dos discursos mais inspiradores na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio. Em um desses encontros ela chegou a deixar os seios à mostra, para homens e mulheres brancas, para provar que de fato era uma mulher e mesmo assim ouviu aos gritos: “eu não acredito que você é realmente uma mulher” (hooks, 2020, p. 252).

Pensar nesse discurso é ao mesmo tempo uma potência para o movimento feminista negro e um abrir portas para discutir o que me caracteriza como mulher. O que devo fazer, e apresento como um compromisso político nessa dissertação é o de problematizar a universalização dos discursos. Por isso, não podemos deixar de questionarmos essa citação de bell hooks (2020), que foi construída e estruturada no binarismo da sexualidade como universal. Sendo assim: mulher, preta, transsexual, lésbica, com deficiência, de que maneira essas mulheres com outros marcadores “comprovariam” a sua mulheridade? E no caso dos homens transsexuais, que mesmo não se interseccionam nessa pesquisa, também sofrem por meio do sistema que o acusa de ser mulher: será que teriam que mostrar que retirou os seios para provar que é homem?

O que quero elucidar é que apesar desses outros marcadores, apresentados acima, não perpassarem essa pesquisa, estou ciente que quando discutimos ser e tornar-se mulher, outros corpos devem ser inseridos nessa problemática. Ou seja, transsexuais, transgêneros e travestis são identidades femininas que podem ser interseccionados a diversos outros marcadores sociais da diferença. Com isso, estou de acordo, assim como (Rosa, 2021), que devo transgredir formas de pensar que rotulem e classifiquem em conformidade com o estabelecimento da binaridade como universal.

A binaridade de gênero reforça a relação de dominação dos homens diante das mulheres. Os comportamentos tidos como “naturalmente femininos” ou “naturalmente masculinos” funcionam de modo a alimentar essa forma de opressão e de dominação justificada como natural e não situacional, como o gênero é. Tanto o feminismo radical, quanto o feminismo interseccional, podem abrir um diálogo para repensar as fronteiras estabelecidas pelo binarismo e também repensar a relação de poder histórica que um exerce sobre o outro (Rossini, 2018, p. 19 *apud* Rosa, 2021, p. 82).

Ainda,

a noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (Butler, 2020, p. 22 *apud* Rosa, 2021, p.83).

Ou seja, a visão binária opera na exclusão de todas que não se enquadram exclusivamente em nenhuma das (im)posições. Dito isso, e elucidado esse meu compromisso

político, durante o período da escravização se instaurou na sociedade a concepção da imagem negativa das mulheres negras. Elas sempre foram consideradas criaturas indignas de receberem o título de mulher; sempre foram conhecidas como um bem material, uma coisa, um animal, segundo hooks (2020). Mas, foi na Segunda Convenção Anual do Movimento pelos Direitos das Mulheres em 1852, que Sojourner Truth fez um discurso, que muitos na época julgaram inadequado, que chamou a atenção para o destino das mulheres negras escravizadas.

[...] Bem, crianças, onde há muita algazarra deve ter alguma coisa que não está certa. Penso que entre as negras do Sul e as mulheres do Norte todas estão falando sobre direitos, os homens brancos logo, logo vão ter problemas. Mas sobre o que isso tudo aqui está falando? Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! [...] Eu lavrei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (hooks, 2020, p. 252-253).

Nesse discurso sobre as suas experiências ela defende a igualdade social para as mulheres, mas também o vejo como um discurso que acusa a sociedade de não enxergar como uma mulher devido a sua raça. E, essa é uma das principais diferenças nas falas de mulheres brancas em comparação com as mulheres negras, essas mulheres não lutam pelo direito de serem vistas como mulheres na sociedade, mas as mulheres negras acima de tudo precisam tornar-se mulheres segundo a cosmovisão da sociedade. Primeiro as mulheres negras precisam ser vistas e reconhecidas como mulheres. As mulheres brancas são consideradas o Outro e as mulheres negras o Outro do Outro, segundo os estudos de Grada Kilomba (Ribeiro, 2016). Para Simone de Beauvoir a mulher sempre é vista pelo olhar do homem e afirma que ser mulher, no caso seria a mulher branca.

O que quero dizer é que gênero interseccionado com a raça são componentes fundamentais das relações sociais, da desigualdade, de processos de (re)produção e ideologia. Quando se fala em gênero, são nas mulheres brancas que se pensa e, quando se fala em raça o foco tende a ser os homens negros. Ou seja, as mulheres negras estão sempre sub-representadas nessa sociedade em que a sua regra é a opressão.

Apresento nesta pesquisa uma cosmopercepção, que segundo (Oyěwùmí, 2021) é uma maneira inclusiva de descrever a concepção do mundo por diferentes grupos culturais. Então, tenho entendido que a cosmopercepção apresentada aqui são das mulheres que se identificam como negras, e que experienciam a Matemática. Uma dissertação com uma cosmopercepção que discute o ser, o tornar-se e descobrir-se, mulher negra e professora de Matemática.

Dito isso, a falta de discussões e um espaço para esses diálogos na Licenciatura, me fez questionar se outras professoras negras de Matemática passaram por esses silenciamentos durante os processos de formação. E, assim surge o objetivo da pesquisa: analisar a trajetória de formações de professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, e dessa forma compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais nos processos de formação dessas docentes. Além disso: investigar as relações de Interseccionalidade, na formação de mulheres negras; analisar a afetação da Interseccionalidade no processo de formação dessas mulheres; e entender e refletir sobre as formações dessas professoras e o que as levaram a escolher o curso.

Para dar início, realizei uma Revisão de Literatura para buscar aproximações com a temática proposta. Fiz uma busca nas Bases de Dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o *Google Acadêmico*, utilizando os descritores: *Interseccionalidade*; *Interseccionalidade Matemática*; *Interseccionalidade e Matemática*; e *Gênero, Raça, Classe e Matemática*, e pude concluir que existe uma falta de diálogos nessa área com assuntos sociais e raciais, pelo menos na perspectiva que propus e proponho.

É trágico, imaginar que a Matemática se distancia de contextos como esses, questões raciais e sociais, que são de suma importância para o desenvolvimento da sociedade e para a formação de professoras e professores, têm sido silenciados e inexistentes, tem sido pouco abordado no espaço acadêmico, na produção de teses e dissertações. Mas é de se imaginar essa falta, visto que, vivemos em um coletivo que além de excluir e oprimir os que não estão nas normas – cis, hétero, homem, branco – ele te distancia de si mesmo como sujeito e te coloca como objeto, caracterizando que as vidas ameaçadas têm cor, têm classe e têm gênero.

E é nesse espaço de angústia, desespero e incredulidade que pego-me elaborando e direcionando a pesquisa de Mestrado, que busca produzir diálogos/conversas com professoras negras que atuam no curso de Licenciatura em Matemática na modalidade presencial, e que são graduadas em Licenciatura/Bacharelado. Eu passei por essa *Experiência*, e quando menciono esse conceito – o de *Experiência*, utilizo para escrever e dar sentido ao que somos e ao que nos acontece (Larrosa, 2020). No meu processo de formação essas questões pareciam não ter espaço para discussões em meio aos inúmeros conceitos matemáticos que precisavam ser estudados, e durante um bom tempo tive a sensação de que não existia uma relação/intersecção entre as disciplinas que cursei e o debate sobre o racismo, sexismo, classismo, dentre outros, mesmo que ele estivesse acontecendo comigo durante as aulas.

Eu, uma mulher negra em um curso de Licenciatura em Matemática descobri, a tempo de produzir essa dissertação, que esse campo (mas não só ele) é racista, sexista, seletivo e opressor.

Fazemos parte de um imaginário coletivo que acredita, ou se faz acreditar, que a área da Matemática (Pura, Aplicada e Educação) é construída com base na neutralidade, ou seja, temos a concepção construída histórica, social e culturalmente de que esse campo é neutro. Mas, segundo Valero e Knijnik (2016) essa dita neutralidade da Matemática não pode ser tomada como uma verdade incontestável pois, o currículo de Matemática vem sendo utilizado desde a *Guerra Fria* como articulação para os interesses econômicos e, também eram “revistos através de diversas políticas locais e nacionais e reformas relacionadas, eles também têm sido alvo de intervenções supranacionais em grande escala, baseadas em evidências, como a da OCDE PISA” (Valero; Knijnik, 2016, p.04 – *tradução nossa*). Ou seja, o uso do currículo de Matemática tem trabalhado na e para a articulação de interesses econômicos e sociais.

Ou seja, as políticas afetam a Matemática e a Educação Matemática, as tornando nem um pouco neutras. Se nós não somos neutras, enquanto sujeitas que fazem o uso da Matemática, a Matemática também não será.

A educação matemática é um conjunto de “práticas e estratégias que os indivíduos em sua liberdade usam para controlar ou governar eles mesmos e os outros” (Besley & Peters, 2007, p. 139). Os efeitos políticos dos conjuntos de políticas e pesquisas devem ser rastreados e descobertos em suas formas produtivas da construção de noções de populações e indivíduos como matematicamente (in)competentes, (in)capazes, (im)produtivos e, portanto, (ex)incluídos econômica, social e culturalmente (Valero; Knijnik, 2016, p. 05 – *tradução nossa*).

A Matemática e a Educação Matemática contribuem para a constituição das subjetividades, em que “as noções de igualdade incorporam noções de mesmice, que operam classificações e diferenciações entre aqueles que aprenderam a igualdade ‘certa’ e aquelas que não conseguiram fazê-la” (Valero; Knijnik, 2016, p. 06 – *tradução nossa*). Temos o hábito de valorizar o rigor e a lógica que compõem esse conhecimento, uma Matemática isenta e objetiva que é peça fundamental para os processos tecnológicos democráticos da contemporaneidade. De acordo com Valero (2017), “o desejo de Matemática para todos tem de tornar-se uma verdade naturalizada, um desejo que navega na sociedade e que raramente é problematizado” (Valero, 2017, p. 117 – *tradução nossa*). Essa ideia de “Matemática para todos”, são maneiras de gerar conceitos que garantam o sucesso na aprendizagem da Matemática, isso no papel. Na verdade essa ideia de “Matemática para todos” é uma das maneiras de produção de subjetivações que mobilizam processos políticos, econômicos e sociais a fim de justificar e

fomentar discursos inclusivos, mas que têm objetivos muito mais economicamente situados. Dito isso, para mim, em conformidade com (Valero, 2017), esses discursos estão vinculados às ideias de ordenar, classificar e in(ex)cluir os indivíduos.

Ou seja, a Matemática é vinculada à noção de inteligência, em que qualifica as pessoas como cidadãos criando e elaborando um modelo ou tipo desejado. Então, segundo Valero (2017) falar em Matemática é pensar em desenvolvimento humano.

A educação matemática é um ideal capitalista para a educação baseada no crescimento, progresso, desenvolvimento e, mais recentemente, competição e até empreendedorismo [...] na formação de novos cidadãos que estão historicamente entrelaçados de maneiras inseparáveis. A afirmação que a matemática é para todos funcionou como um dispositivo discursivo que opera em (exclusões). Matemática para todos não é apenas uma questão de expressar o desejo criando a necessidade de uma melhor educação para todos; trata-se também de classificar os indivíduos e as populações de acordo com quem está mais apto para o tipo de ordem econômica para a qual se pretende que as habilidades matemáticas contribuam (Valero, 2017, p. 129 – *tradução nossa*).

Busco problematizar e produzir algumas elucidações em que as ideias de que ela, a Matemática, não tem gênero, não é racista e que é apartidária.

A matemática, enquanto considerada como conhecimento essencial para que os jovens se insiram nas sociedades contemporâneas, tem um papel fundamental nos modos de produzir e replicar práticas de inclusão e exclusão no campo social. As tecnologias de diferenciação dos corpos são também operadas por meio da matemática somadas às relações de gênero que permitem a viabilidade do sujeito, distribuindo e elaborando condutas que qualificam (Neto; Borges; Alves, 2021, p. 186).

Concluí a graduação com a ideia de que essa área não se relaciona com questões raciais e sociais, ou seja, está preocupada demais com suas definições e teoremas para se envolver com essas temáticas, “são dois universos totalmente diferentes que não existe uma conexão (*sic*), um que é a Matemática pura que a gente aprende e outro mundo que é a Educação Matemática” (Oliveira, 2018, p. 122), ou seja, parece haver universos totalmente diferentes entre as questões raciais e sociais com o campo da Matemática. O que quero dizer é que argumentos/falas como essas são construídas socialmente, e que acabam “respingando” em quem trabalha na área e se torna um empecilho, ou até mesmo uma verdade dentro desse campo, pois “a exclusão é do excluído, assim como a doença é do doente, a pobreza é do pobre e a deficiência do deficiente” (Oliveira, 2018, p. 172).

A fama que a Matemática tem, e que acabamos propagando, de ser um curso difícil, um curso seletivo, um curso para poucos, faz com que a Matemática fique em um pedestal, e pode acabar gerando um ciclo de falas silenciadas e inexistentes, desse modo temos que “romper com o estigma de a matemática ser uma disciplina difícil e com o mito de ser algo inacessível”

(Rosa, 2013, p. 149-150). Perdemos tanto tempo propagando essas falas que esquecemos de abordar essas questões dentro do curso. Desse modo,

além de pensarmos formas de incluir os que estão à margem do sistema, pensemos também em formas de combater os mecanismos de exclusão que constituem esse sistema, para que as práticas inclusivas não sejam apenas intervenções pontuais que buscam minimizar ou eliminar os resultados dos mecanismos excludentes, mas também que coloquem em xeque e/ou plantem resistência aos mecanismos de exclusão (Rosa; Rodrigues; Marcone, 2018, p. 521).

Precisamos sair dessa ilusão que cerca e constitui a Matemática, basta uma simples busca, um levantamento dos docentes desta área em determinadas universidades, para descobrir, ou ter uma ideia, que a Matemática tem um padrão. E, tenho acreditado que a Matemática opera pela exclusão e não pela inclusão, pois já moldou quais são os corpos aptos para obter esse conhecimento, sendo um padrão onde a Matemática é opressora e as alunas subalternas, as oprimidas.

Fazendo um levantamento do percentual de pessoas negras nas universidades públicas brasileiras temos como dados, números que são expressivos quando pensamos nessa parcela significativa e que são maioria na nossa sociedade. De acordo com os dados do segundo trimestre de 2023, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, revelam que a população negra corresponde a 56,1% da população brasileira. Segundo os dados levantados em 2018 pelo IBGE (El País-Brasil, 2019) esse grupo, estudantes pretos e pardos, ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos. Em 2018, passaram a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior, embora representem mais da metade nas universidades, essa grande parcela da sociedade permanece sub-representada dependendo da região onde estas instituições de ensino superior estão instauradas. Segundo Sallit (2019) a média nacional de pretos e/ou pardos vinculados à alguma universidade é de 35,8%, estados como: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, apresentam números inferiores aos da média nacional. E a região norte e nordeste apresentam números superiores a média nacional (Sallit, 2019). Não podemos olhar esse percentual como um todo, e sim, deve ser investigado estado a estado, pois a somatória não representa, e não denuncia, a sub-representação dessa população, a negra, nas universidades brasileiras. Se olharmos para o curso de Medicina ele é o que menos apresenta alunas(os) negras(os) 35,7% e isso considerando instituições públicas e privadas. Outros cursos apresentam essa baixa como: Design 26,3%, Moda 26,4%, Design Gráfico 26,5% e Medicina Veterinária 26,6% (Virando Bixo, 2019). Em contra partida os cursos de licenciatura são os que mais incluem negros no ensino superior:

Ciências Naturais 62%, Letras 49%, Química 49%, Matemática 48%, Física 48% e Geografia 48% (Virando Bixo, 2019).

Apesar dos avanços nos percentuais mostrado acima, quando olhamos todas as universidades públicas do Brasil e investigamos a representação da população negra independente da faixa etária, segundo os dados do IBGE de 2019, esses números ficaram bem abaixo do alcançado pelos brancos que é de 36,1%, entre a faixa etária entre 18 e 24 anos. Entre os negros na mesma faixa etária, esse percentual cai para 18,3% no ensino superior. Ou seja, os corpos negros jovens, entre 18 e 24 anos, não estão ocupando os espaço universitário em sua maioria. O que pode-se concluir com esses percentuais são que as universidades públicas brasileiras têm cada vez mais pessoas negras matriculadas, mas os números não me falam do gênero, da faixa etária, não me falam se esses sujeitos se autodeclararam pretos ou pardos, os dados não me dizem especificamente e sim, colocam todos no mesmo pacote sem levar em consideração a pluralidade e particularidades dessa população. Os números apresentados pelas universidades e pelo levantamento do IBGE de 2018, estão preocupados em mostrar apenas que os negros e as negras estão ocupando esses espaços, estão preocupados em mostrar que as universidades estão engajadas na representação desses corpos. Por outro lado, pode-se dizer que a melhoria nos índices educacionais dessa população, em partes, é reflexo de políticas públicas, como o sistema de cotas, que proporcionaram e proporciona o acesso nas universidades e institutos federais.

De modo geral, trabalhar com essas questões que são temáticas urgentes e emergentes conforme as ausências encontradas na Revisão de Literatura que fiz, e após as situações racistas que sofri dentro da instituição, só afirmou, e me fez recordar, que sou uma mulher negra em uma universidade branca que promove vários silenciamentos. Se olharmos para os números que a plataforma “*UFMS em Números*”⁴ da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul apresenta são 30.795 mil estudantes, 1.782 mil técnicos e 1.590 mil docentes distribuídos em 22 cidades de Mato Grosso do Sul entre os dez campi.

Desses estudantes 26.592 mil são da graduação e 4.203 mil são da Pós-Graduação (Stricto Sensu e Lato Sensu), mas ao fazermos um recorte de gênero e pegarmos apenas discentes da graduação, a UFMS apresenta um quadro em que 45,57% é masculino e 54,43% feminino. Já entre discentes da Pós-Graduação 37,21% é masculino e 62,79% é feminino. Se olharmos o quadro de técnicos e docentes, ainda refletindo sobre gênero, 48,45% feminino e

⁴ Todas as Estatísticas da UFMS foram retiradas da Plataforma UFMS em Números que atualiza seus dados frequentemente. Os resultados aqui apresentados foram atualizados no 2º semestre de 2023. Disponível em: <https://numeros.ufms.br/>.

51,55% masculino, isso entre os técnicos da UFMS; 47,98% feminino e 52,02% masculino, se olharmos o quadro docente. O que esses números mostram é que a UFMS apresenta um quadro de discentes em sua maioria feminino, e se olharmos para os docentes e técnicos, a UFMS se torna masculina.

Agora, fazendo esse mesmo recorte para raça, entre discentes da graduação 8.956 mil são brancos, 7.432 não declaram (e a UFMS não justifica esses números), 6.392 mil são pardos, 1.531 são pretos, 605 são indígenas e 452 são amarelos; olhando para os discentes da Pós-Graduação 48% são brancos, 38% são pardos, 12% são pretos, 1% são amarelos e 1% são indígenas; já entre os técnicos 55% são brancos, 31% são pardos, 8% são pretos, 5% são amarelos e 0% são indígenas; e os docentes 76,0% são brancos, 17,2% são pardos, 3,6% são pretos, 2,7% são amarelos e 0,4% são indígenas. A UFMS não faz a intersecção entre raça e gênero, que é um dos olhares que estou fazendo para produzir essa pesquisa, um olhar interseccional, professoras negras da UFMS (em específico docentes do curso de Matemática - Licenciatura). Mas, com esses dados podemos afirmar que a UFMS é uma instituição em sua maioria branca, o que corrobora para que ela seja considerada branca. Ainda mais se compararmos esses números com o da população do estado de Mato Grosso do Sul temos que conforme os dados do censo do IBGE de 2022 ao todo MS tem 2.756.700 habitantes, o que apresenta 12% de aumento segundo o censo de 2010. De acordo com esse mesmo censo, e fazendo uma análise racial temos que no estado 51,1% da população é branca, 41,8% são pardos e 5,3% são pretos. O que exemplifica e justifica uma universidade branca, mas não só ela, que foi historicamente pensada e produzida para a população branca, e que tem utilizado das políticas públicas para tentar subverter esse molde em que ela se encontra.

Recentemente, bem recentemente, a UFMS fez um *post*⁵ em suas redes sociais e de comunicação comemorando a instituição ter ficado entre as três universidades federais com mais professores pretos e pardos. Na descrição da publicação dizia:

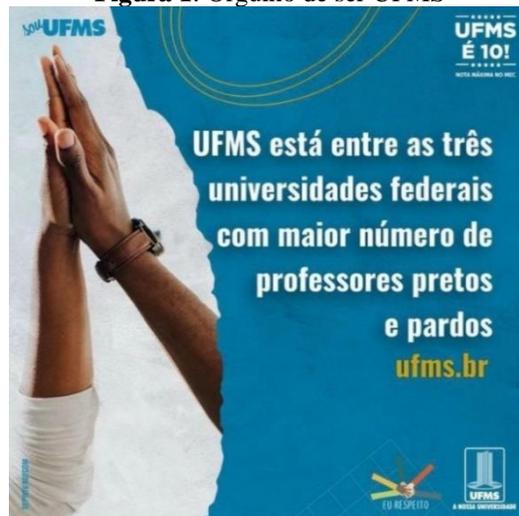
“O melhor presente é o reconhecimento de que estamos no caminho certo!!!

A UFMS está entre as três instituições federais de ensino superior com o maior número de professores que ingressaram por meio das ações afirmativas entre 2014 e 2019, o que reflete o compromisso da nossa

Universidade com a promoção da inclusão e da diversidade.

E tem mais: atualmente, 17,8% dos docentes se autodeclaram pardos e 3,8% pretos e, entre os técnicos administrativos, 31% são pardos e 8% são pretos.”

⁵ Venha comemorar conosco acessando o link desse *post*, que está disponível em: <https://www.ufms.br/ufms-esta-entre-as-tres-universidades-federais-com-mais-professores-pretos-e-pardos/>. Acesso em: 06 de nov. 2023.

Figura 1: Orgulho de ser UFMS

Fonte: (UFMS, 2023)

Sentiu o [#OrgulhoDeSerUFMS](#) daí? É assim, que terminam a publicação que apresenta a Universidade Federal do Sul da Bahia com 7,74% em primeiro lugar, em segundo a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados com 4,28%, e para finalizar em terceiro lugar, com bastante alegria e comemoração, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com 3,70%. O que me espanta, porém não me causa surpresa, é a universidade comemorar números tão baixos enquanto essa população é maioria no Brasil, mas não no estado como apresentado acima. Entretanto, o reitor da UFMS destacou a importância do resultado para a Instituição, o que afirma os nossos passos de tartaruga rumo ao respeito, à diversidade e à pluralidade, lema dessa universidade.

Esses dados mostram como a universidade vem sendo produzida nos moldes de uma suposta universalidade - homem branco cis hétero -, que certifica quais corpos devem produzir conhecimentos e, mais que isso, quais deles são válidos para pertencerem ali. E quando me pego pensando nessas padronizações e nesses silenciamentos, começo a questionar a normalização da língua – do conhecimento – (Larrosa, 2020) que vem sendo propagada, uma língua da mesmice e padronização. Ou seja, “precisamos buscar uma língua que não rebaixe, que não diminua, que não construa posições de alto e baixo, de superior e inferior, de grande e pequeno. Precisamos de uma língua que nos permita uma relação tamanho, na mesma altura” (Larrosa, 2020, p. 71). Acredito que precisamos encontrar uma que consiga dizer sobre essas demandas, mulheres negras na universidade, mais especificamente, mulheres negras em um curso de Licenciatura em Matemática. Precisamos pensar em uma língua, de um modo de produzir pesquisa que seja insubordinada. Que nos possibilite sair de nossas gaiolas para explorar outras maneira de se fazer e pensar as produções acadêmicas.

E, para que eu consiga pensar e até mesmo produzir uma dissertação que subverta essa padronização que está posta nas produções acadêmicas, preciso de uma temática que caminhe para além da instituição e tenha um “pouquinho” de motivação pessoal. Entendo que somente a motivação pessoal não justifica a realização de uma pesquisa (mas pode-se dizer que essa é a melhor maneira de se começar...), porém é fundamental que sinta alguma conexão pelo trabalho, pois somente assim, farei algo com o melhor de mim, como deve ser feito.

Diante das discussões e explanações que trago aqui, tenho pensado em responder a seguinte questão de pesquisa: *de que formas os marcadores sociais se interseccionam (re)produzindo múltiplas e simultâneas desigualdades nos processos de formação de professoras negras que atuam como formadoras em cursos de Licenciatura em Matemática?* E, dessa forma, compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais no caminhar dessas docentes.

A Entrevista, como modo de produzir Narrativas, foi a maneira que encontrei para produzir diálogos/conversas com professoras negras que participaram da pesquisa, e com isso, contar um pouco do seu caminhar durante seus processos de formação.

Historicamente, as narrativas têm sido construídas a partir de uma relação de poder que dita quais histórias merecem ou são dignas de serem registradas e quais ficarão à margem. Diante disso, temos que ser questionadores e questionadoras em relação ao que ouvimos e com isso, nos inteirar de todas as versões sobre os acontecimentos aos quais temos acesso “a história única [que] cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne uma única história” (Adichie, 2019, p. 26).

Não tenho a intenção de analisar essas histórias como um todo, e sim analisar cada uma como um ser único e levando em conta as suas subjetividades, singularidades e particularidades. E por meio dessas diferenças, minha pesquisa pretende contribuir no modo de pensar o outro, tentando mostrar que as intersecções sociais, raciais, de gênero, entre outras, cooperam para a exclusão. Conforme explicitado, vou utilizar o conceito de Interseccionalidade que trabalha visionando os diversos eixos de opressão. Quando falamos de Interseccionalidade, estamos falando, a priori, de assuntos subjugados?

Refletindo sobre a questão anterior, analisei as entrevistas das professoras negras que cursaram Licenciatura ou Bacharelado em Matemática e que atuam no curso de Licenciatura, segundo o conceito de Interseccionalidade, que tem como foco o estudo dos múltiplos eixos de opressões - raça, gênero, classe e dentre outros - (Hirata, 2022) que uma pessoa, em especial a mulher negra, está submetida. Cada mulher é diferente e carrega em si

É importante pensar no rompimento de uma única voz e, proporcionar a multiplicidade de vozes. A questão não é quem pode ou não falar, e sim, narrar vivências, a partir de uma história de opressão sofrida.

determinados tipos de exclusões, de opressões e sofrimentos que as fazem produzir saberes para um pertencimento.

O conceito de Interseccionalidade surge em meados de 1990 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, a partir de uma crítica feminista negra, sob críticas ao feminismo branco e aos movimentos antirracistas que visualizam apenas o homem negro (Pereira, 2021). E apesar de seu nome carregar essa “criação”, outras feministas utilizaram esse conceito de forma implícita, tais como: Angela Davis, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, entre outras. Em que mencionam que “ser negra e mulher no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 159).

A minha intenção é desenvolver essa pesquisa de maneira a sensibilizar o olhar para outros marcadores sociais que transversalizam essas mulheres. A Interseccionalidade não tem a pretensão de hierarquizar as formas de opressão, e sim de conceber a “realidade social como constituídas por diversos sistemas de discriminações que interagem entre si de maneiras distintas” (Pereira, 2021, p. 447).

Esse conceito é utilizado para referir-se não apenas acerca das desigualdades e opressões, mas também à construção de identidades coletivas, sendo assim, podemos dizer que mulheres negras na Matemática e na Educação Matemática, podem ser entendidas como a criação de um grupo insubordinado. Desse modo, esse conceito é uma ferramenta que proporciona perspectivas de grupos multiplamente discriminados.

Assim, a Interseccionalidade pode ajudar a perceber e denunciar as desigualdades de classe, raça e gênero, e como essas violências juntas podem operar na (re)produção de exclusão de professoras negras de matemática e, que podem surgir nas narrativas. Permitindo-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 19).

A utilização desse conceito na dissertação surge por considerar as causas e as consequências, de forma a reconhecer que o processo de formação produz, estabiliza, perpetua e naturaliza desigualdades sociais por diferentes divisões e categorias (Silva, 2019). Dessa forma, a intersecção afirma que essas diferenciações não ocorrem ao acaso, pois são efeitos da subalternidade dos sistemas de subordinação.

Portanto, analisarei as entrevistas das professoras negras de Matemática mediante uma análise conceitual e uma crítica institucional do discurso, a partir da Interseccionalidade e, assim, pensar e problematizar as relações de poder e dominação.

Diante disso, este estudo com entrevistas narrativas, de professoras negras que atuam no curso de Licenciatura em Matemática, pode nos dizer sobre os motivos que as influenciaram a escolher esta formação, além disso, nos dizer como foram as suas trajetórias de formação em um curso em que acredito, ter definido um gênero e uma raça. E que não se difere de uma sociedade que tem que viver os padrões, pois esses moldes estão bem definidos, em que a sociedade busca por uma hegemonia e a supremacia que espera que todos sejam iguais para que assim possam negar a pluralidade que a diferença proporciona.

Pensando na intersecção entre duas teorizações/conceituações, Interseccionalidade e Análise Crítica do Discurso (Resende, 2020; Wodak, 2004), a última tem se configurado como um campo de estudos discursivos, sendo uma das maneiras de problematizar e subverter os discursos postos e, com isso, tem me ajudado a pensar em questões para além de acadêmicos e teóricos, problemáticas essas que me permitem analisar de forma crítica os discursos dos que estão no poder e que, de toda maneira, gozam dos privilégios e das oportunidades.

Utilizar essa teorização na dissertação tem me possibilitado produzir artigos, nesse formato *Multipaper*, que nessa pesquisa se personifica criticamente. Pois a ACD é um método que investiga os discursos nas relações entre a linguagem e a sociedade, não de maneira neutra, pois essa ideia é uma farsa - que eu entendo como sendo impossível de se trabalhar, mas se posicionando criticamente diante dos discursos que estão postos nos espaços de poder. Pois, tenho entendido o discurso como “modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (Pérez, 2012, p. 116).

A Análise de Discurso Crítica é essencialmente política em seu propósito com seus praticantes agindo sobre o mundo para transformá-lo e com isso contribuir para criar um mundo no qual as pessoas não sejam discriminadas devido a [raça], a sexo, credo, idade ou classe social (Magalhães, 2005, p. 05).

A ACD é uma ferramenta interdisciplinar de pesquisa que é útil para revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais da sociedade contemporânea, pois os discursos estabelecem, manipulam, e naturalizam hierarquias sociais (Wodak, 2004). Ao utilizá-la na dissertação estamos (re)afirmando nosso, meu e das minhas orientadoras, posicionamento político frente aos discursos que são propagados, todos e nos incluímos nesses todos, quando decidimos produzir com professoras negras de Matemática que são formadoras no curso de Licenciatura em Matemática das universidades públicas de Mato Grosso do Sul.

A linguagem, utilizada nessa pesquisa, apresenta um caráter para além da representação e significação do mundo, se referindo, também, à prática discursiva em que manifestamos,

reproduzimos e modificamos as ideologias, ou seja, “a linguagem também pode ser um meio de dominação, bem como uma força social importante que serve para legitimar as relações de poder constituídas em uma determinada sociedade, seja de forma direta ou oculta, conforme sejam desenvolvidas ideologicamente” (Pérez, 2012, p. 117).

Tenho compreendido que o conceito de Interseccionalidade e a Análise Crítica do Discurso podem servir, nessa dissertação, como aliadas para explicar a homogeneização das linguagens que são propagadas em todos os ambientes em que vivemos. Me parece que a Interseccionalidade, de alguma maneira, dialoga com a ACD da seguinte forma: precisamos realizar uma análise interseccional dos discursos de poder tão vigentes nessa sociedade que vivemos.

Diante disso, essa dissertação será apresentada no formato *Multipaper*. E nessa primeira parte intitulada: “O Caminhar de uma Dissertação”, contarei um pouco desse meu processo de construção. E assim, apresentarei o Referencial Teórico e Metodológico, o modo como foram contatadas as 38 professoras, como foram pensadas as quatro entrevistas até a sua realização.

Esse caminhar se inicia na seção “O que já foi produzido sobre a Intersecção entre Gênero, Raça, Classe e (Educação) Matemática(s)?” com o mapeamento e o levantamento dos trabalhos que têm sido produzidos quando pensamos em Educação Matemática e o conceito de Interseccionalidade. O que esse campo tem problematizado e construído em conjunto com essa temática?

A seguir com “Encontros entre/com Professoras Negras: como produzir entrevistas, conversas, narrativas, histórias?” apresento como foram pensadas e elaboradas a produção das histórias de vida. Conto um pouco sobre Carla, Dandara, Marielle e Carolina, que aceitaram experienciar comigo essa pesquisa. Mandeí um formulário do *Google* para 38 professoras de Matemática que são formadoras em cursos de Licenciatura em Matemática em universidades públicas do Mato Grosso do Sul. Dessas 38 professoras, 14 responderam e selecionei quatro que apresentavam angústias referente a sua raça. Ou seja, aqui apresento uma explicação sobre o que tenho pensado sobre as entrevistas e a produção de narrativas, como modo de construir uma dissertação.

Para entender um pouco sobre marcadores sociais e sistemas/eixos de opressão na seção “Interseccionalidade: entre encruzilhadas, estruturas e avenidas identitárias” trago uma explicação sobre o conceito de Interseccionalidade e como o tenho entendido, e como ela tem sido utilizada no processo de análise e reflexão das histórias contadas.

Na seção “Como analisar e criticar o Discurso?” eu falo um pouco sobre a Análise Crítica do Discurso e como ela, em conjunto com o conceito de Interseccionalidade, pode contribuir

para analisar as narrativas produzidas para essa dissertação, como forma de problematizar os discursos que estão postos na nossa sociedade.

E, para finalizar – se é que em algum momento conseguimos fazer isso – essa primeira parte “Uma Conclusão que está longe do fim...” apresento uma breve explanação para tentar finalizar e concluir alguns atravessamentos e experiências que me marcaram quando penso na produção dessa dissertação. E apresento um emaranhado de pontos que podem me ajudar a concluir essa pesquisa de acordo com o objetivo que tracei e a questão que indaguei.

Depois de apresentar como tenho trabalhado e utilizado as narrativas, na segunda parte intitulada, “Um Processo de Análise Insubordinado”, vocês encontram os artigos que construí de acordo com os meus referenciais e as narrativas que obtive das conversas que realizei com professoras negras de Matemática.

“Outros olhares para a Matemática: conhecimento matemático como instrumento de proteção e abrigo” é um artigo que foi produzido para ser apresentado na Conferência MES12 Brasil – Mathematics Education and Society, e ampliado e submetido no *Periódico Prometeica – Revista de Filosofia y Ciencias*. Nessa produção apresento problemáticas que questionam os modos que olhamos para a matemática, por meio de uma escrita (auto)biográfica explico que essa área pode ser utilizada por corpos subalternos como lugar de abrigo, pois ao se apoiar na matemática os preconceitos aparentam ter sumido.

No ensaio intitulado Um ensaio para entender o conceito de Interseccionalidade que foi produzido como modo de avaliação para uma disciplina cursada no segundo semestre de 2022, tento problematizar a invisibilidade e a exclusão de docentes negras nos cursos de Licenciatura em Matemática. Produzo uma conversa inicial e interseccional que pode me ajudar a pensar a falta dessas mulheres nesse espaço social.

E, para finalizar a produção intitulada “‘Negra não serve, coloquem a Negra no seu lugar’: profissões, gênero e raça”, que foi publicado em 2023 no *Boletim GEPEN*, conta com a ajuda dos excertos das entrevistadas para questionar a invenção das profissões ditas para as mulheres negras. Propomos nesse artigo argumentar, com as narrativas, que vivemos em um coletivo que acredita e propaga que o lugar da mulher negra, se pensarmos em profissões e os espaços familiares, são aqueles de servidão. E que espaços sociais, como a universidade, não podem ser pensados pois, esses corpos não estão aptos a ocupá-los.

Dito tudo isso, a seguir apresento as produções que foram selecionadas na Revisão de Literatura, para explicar o que tem sido desenvolvido quando pensamos em conjunto: Interseccionalidade e Educação Matemática.

O que já foi Produzido sobre a Intersecção entre Gênero, Raça, Classe e (Educação) Matemática(s)?

Após a elaboração de um desenho do projeto de pesquisa, enfim, percebi que o curso de Mestrado de fato tinha começado. Reuniões cheias de ideias e entusiasmos, que se configuraram nessa escrita. “*Interseccionalidade*” entre raça, gênero e Matemática, é um dos referenciais teóricos que vão orientar a pesquisa, dessa forma a primeira coisa feita foi uma busca do que já foi produzido sobre o assunto. A proposta é fazer um levantamento e um estudo sobre como o conceito de Interseccionalidade está sendo abordado e trabalhado juntamente com a Matemática, ou como a Educação Matemática tem utilizado o conceito de Interseccionalidade em suas pesquisas.

A pretensão deste trabalho é abordar questões de raça, gênero e classe, dentre outros, que permeiam a construção estereotipada e pré-concebida da Matemática. Após algumas discussões com as minhas orientadoras, o termo “*Interseccionalidade*” apareceu como um conceito que é perspicaz e fundamental para o desenvolvimento da dissertação. Vivemos em uma sociedade que acredita e dissemina metanarrativas, história que de tanto narradas se tornam incontestáveis, em relação à Matemática.

A fama que a Matemática tem, e que acabamos propagando, de ser um curso difícil, um curso seletivo, um curso para poucos, faz com que a Matemática fique em um pedestal, e pode acabar gerando um ciclo de falas silenciadas e inexistentes, afinal a Matemática é dita “neutra” (Valero; Knijnik, 2016).

Em uma primeira busca, percebi a falta de trabalhos com a Interseccionalidade e a Matemática em conjunto, o que parece justificar, a partir do cenário atual, a necessidade de trabalhos como o aqui proposto. Nesse movimento foram realizadas buscas nas Bases de Dados Brasileiras: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da Capes e *Google Acadêmico*. Nessa busca foram utilizados os seguintes descritores: *Interseccionalidade*; *Interseccionalidade Matemática*; *Interseccionalidade e Matemática*; e *Gênero, Raça, Classe e Matemática*.

Quando utilizado o primeiro descritor, “*Interseccionalidade*”, no campo de busca do BDTD 508 (quinhentos e oito), trabalhos entre teses e dissertações foram encontrados. Ao realizar a leitura dos títulos das pesquisas apresentadas, percebi que nenhuma tese ou dissertação tinham como foco a Interseccionalidade e a Matemática em conjunto, mas, em outras áreas de conhecimento esse conceito tem sido bastante explorado.

Ao utilizar o descritor “*Gênero, Raça, Classe e Matemática*” nesta mesma Base de Dados, foram encontrados cinco trabalhos. E ao analisá-los pude perceber que nenhuma das teses e dissertações abordam a temática proposta, e que em sua maioria se relacionam apenas a uma das palavras dos descritores. O que quero dizer é, quando utilizado esse descritor encontrei trabalhos com relação a Gênero, Raça, Classe, Matemática, sem ter uma intersecção entre eles, o que proponho com a minha pesquisa.

Quando realizei uma busca no Portal de Periódicos da CAPES com o descritor “*Interseccionalidade e Matemática*”, foram encontrados 65 (sessenta e cinco) trabalhos. Sendo que em nenhum os dois conceitos se relacionavam, a palavra Interseccionalidade aparecia, mas era em trabalhos de outras áreas como: História, Literatura, Sociologia, que não a Matemática. E quando a Matemática aparecia, era mencionada juntamente com análise de livros didáticos, sequência de atividades, trabalhos envolvendo a estatística. É trágico, imaginar que dentro da Educação Matemática não estamos tendo o espaço e avanço em pesquisas que abordem conceitos da atualidade e que de alguma forma fere a superioridade da Matemática.

Ao utilizar dentro desta mesma Base de Dados o descritor “*Gênero, Raça, Classe e Matemática*”, foram encontrados 373 (trezentos e setenta e três) trabalhos. Após fazer uma seleção com base nos títulos apresentados, foi selecionada apenas uma pesquisa para uma análise mais aprofundada.

A pesquisa selecionada é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “*Mulher Negra na Docência da Matemática: Uma análise das produções dos ENEMs XII e XIII da Sociedade Brasileira de Matemática - SBEM*” do José Maione Silva Lemos. Devo mencionar que em seu trabalho o autor se refere à SBEM como Sociedade Brasileira de Matemática, e não como Sociedade Brasileira de Educação Matemática, que é a menção correta. Em seu TCC o autor tenta compreender como as produções de conhecimento publicadas nos ENEMs XII (2016) e XIII (2019) abordaram o exercício profissional de professoras negras (Lemos, 2022).

Ele faz um levantamento de todos os trabalhos publicados no XII e XIII ENEM em que tenha como foco as questões de raça, gênero e exercício profissional, ou seja, ele aborda de forma escura e até menciona o conceito de Interseccionalidade em seu TCC. E após esse levantamento e o estudo feito, concluiu que, sob o olhar da Interseccionalidade os estudos sobre professoras negras de matemática nos referidos ENEMs são bastante escassos, dos 3.009 trabalhos publicados apenas 42 produções apontaram as professoras, ou mulheres como objeto de estudo – termo esse utilizado pelo autor e que tenho tentado me afastar da ideia de objetificar as professoras negras de matemática.

O número limitado de pesquisas e o silenciamento relacionadas a professora de matemática é um sintoma da exclusão (re)produzida em nossa sociedade. Nesse caminho, os resultados obtidos em nossa pesquisa apontaram sistematicamente a invisibilidade em que a mulher negra está submetida frente a figura masculina, a mulher branca ou até mesmo homem negro. (Lemos, 2022, p. 07)

Para finalizar foi realizada uma pesquisa no *Google Acadêmico*, e ao utilizar o descritor “*Interseccionalidade e Matemática*” 2.740 (dois mil e setecentos e quarenta) trabalhos foram encontrados. Devido ao cruzamento de dados, a maioria dos artigos, teses e dissertações encontrados nesta Base de Dados eram os mesmos das outras buscas. Os outros faziam menção apenas a Matemática, ou a Interseccionalidade em diversas áreas, ou Gênero, ou Raça, ou Classe, como já havia mencionado antes, sem uma relação entre esses conceitos.

Mas nessa pesquisa um trabalho foi encontrado utilizando esse mesmo descritor, trabalho esse intitulado “*Trajетórias Educacionais de Sucesso em Contextos Socialmente Desfavoráveis: Uma Abordagem Interseccional com Licenciandos de Matemática*” de Luiz Felipe de Oliveira Silva. Este é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tenta compreender como se deu o sucesso das discentes, no curso de Licenciatura em Matemática, pertencentes a camadas populares.

Em sua pesquisa, o autor entrevista quatro alunas deste curso, as narrativas foram analisadas de acordo com a abordagem interseccional. Em seu trabalho Silva (2019) traça uma conversa com conceitos teóricos de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, Kimberlé Crenshaw e Patrícia Mattos, sendo as duas últimas pensadoras da Interseccionalidade entendida aqui como método que leva em consideração os diferentes processos de opressão.

O autor fez um mapeamento de pesquisas anteriores sobre o tema, e percebeu que existem lacunas que evidenciam a importância da interseccionalidade quando falamos de trajetórias educacionais. Em seu estudo chegou à conclusão que

sucesso escolar dos sujeitos da pesquisa deve-se principalmente ao capital cultural adquirido, mas também a fatores como a automotivação e a existência de uma figura de referência. Além disso, evidenciou-se a importância da interseccionalidade no contexto social dos entrevistados, visto que, em muitas das vezes, o preconceito e a discriminação interferiram no processo educacional. (Silva, 2019, p. 08)

Este trabalho evidencia que as desigualdades econômicas, sociais e culturais podem influenciar no sucesso e/ou insucesso das alunas em um curso historicamente opressor.

Diante dos trabalhos aqui trazidos, ou a ausência deles, percebi a necessidade de explorar e abordar o conceito de Interseccionalidade em conjunto com a Matemática, porque quando falamos de Interseccionalidade estamos abordando questões de raça, gênero e classe,

dentre outros marcadores sociais da diferença, que são inexistentes quando estamos no campo da Matemática, pelo menos quando associamos a Interseccionalidade, baseada nas identidades, com a Educação Matemática e com as temáticas das pesquisas que estão sendo produzidas nessa área, de acordo com a Revisão de Literatura que estou apresentando aqui.

Os descritores não mencionados no decorrer desta escrita apresentaram um total de zero trabalhos, o que enfatiza a importância do trabalho como aqui proposto. As buscas realizadas nos bancos de dados, com diversos descritores, explicitaram a ausência de trabalhos sobre as temáticas que proponho nesta pesquisa. A partir da identificação da ausência de dissertações e teses sobre essa problemática, questiono: quais vidas são mais representadas e por consequência, quais vidas podem parecer mais importantes nas pesquisas em Educação Matemática? A Revisão de Literatura pode apresentar um caminho para essa explicação.

Encontros entre/com Professoras Negras: como produzir entrevistas, conversas, narrativas, histórias?

O processo de pesquisa e o ato de pesquisar, nunca são estáticos, eles estão em constante movimento, por isso a produção de narrativas é potente pois o lugar que ocupamos nos permite experiências outras e distintas, o que a torna fundamental e indispensável para ampliar essas produções que dentro da cosmovisão hegemônica do conhecimento não tem espaços nos modos que as pesquisas são pensadas. Experiências essas “como um provar, um atravessar, um acontecer que transforma” (Daniel; Silva, 2021, p. 03). Então, proponho nesta dissertação pensar entrevistas, conversas, narrativas com mulheres, professoras de Matemática, negras produzindo experiências com uma pesquisa de Mestrado.

Amparada por Bruner (2014), o narrar tem me mostrado que o construir e o (re)construir das histórias de nossas experiências pessoais e profissionais possibilita reinventarmos o ontem e o amanhã, por meio de nossas memórias. Pois, tenho entendido esse narrar como uma forma de “enunciar uma experiência particular refletida sobre a qual construímos um sentido e damos um significado” (Souza, 2007, p. 66). De acordo com Bruner (2014) as narrativas são a forma mais conhecida e original que nós, os/as humanos/as, temos utilizado para organizar as nossas experiências, Bruner (1991, p. 4) destaca que “[...] nós organizamos nossa experiência e nossa memória de acontecimentos humanos principalmente na forma de narrativas: história, desculpas, mitos, razões para fazer e para não fazer, e assim em diante”. Posso dizer que por meio das narrativas construímos nós mesmos, para que possamos (re)construir, (re)compor e (re)significar as nossas experiências e assim reconstruí-las (Jørgensen, 2022).

A narração das experiências de nossas histórias é um meio de ação política, em que nos envolvemos conosco próprios/as para agirmos crítica e politicamente. Posso dizer que temos a habilidade de colocar as nossas experiências em uma sequência e refletir sobre elas, para que de alguma forma possa alterar o seu significado ou aprender com ela. As histórias são “redescrições criativas de acontecimentos que enfatizam a temporalidade, a pluralidade, a reflexividade e a subjetividade” (Jørgensen, 2022, p. 03 – *tradução nossa*), são momentos que posso (re)experienciar as experiências. Ao contar essas histórias estou reconfigurando as experiências para mim e para os outros.

A narração de histórias é uma prática espacial em que as pessoas recontam experiências para as tornar aptas a aparecer em público. A narração é um meio importante de ação política que pode ser utilizado para abrir espaços e intervir e mudar as práticas das organizações [...] Esta capacidade de contar histórias está viva em todos

nós e pode ser atualizada mesmo que tenhamos diferentes possibilidades de ação (Jørgensen, 2022, p. 13 – *tradução nossa*).

A experiência acontece narrativamente, quando eu narro, eu experiencio. Então, a “Pesquisa Narrativa é uma forma de experiência narrativa” (Clandinin e Connelly, 2011, p.49). E durante as conversas, o ato de experienciar esteve presente, pois, a experiência (Larrosa, 2020) é uma relação entre o que nos acontece e a significação e a importância que atribuímos ao que nos afetou.

as pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros, incluindo os jovens e os recém-pesquisadores em suas comunidades (Clandinin e Connelly, 2011, p. 27).

Entrevistas! Tem sido um dos principais modos de se produzir pesquisa em conjunto com a Pesquisa Narrativa. É por meio das entrevistas que narrativas são produzidas em direção a alguém e para alguém (Daniel; Silva, 2021). Durante as conversas, produzi “outras coisas, outras formas de pensar, outros atravessamentos, outros outros” (Daniel; Silva, 2021, p. 07). As entrevistas podem ser entendidas como situação discursiva, com atos de fala e de escuta. Elas são pausas que movimentam lembranças que (re)inventam o modo de se viver e, por consequência, a vida.

Tenho entendido e feito uso das entrevistas como uma das maneiras que os seres humanos vivem e experienciam o mundo. Ao utilizar as narrativas das professoras negras de Matemática que atuam como formadoras no curso de Licenciatura em Matemática, tive a oportunidade de refletir e confrontar alguns aspectos significativos para além do seu percurso profissional. Segundo Galvão (2005, p. 341) esse contar “obriga a pensar e a procurar essas explicações que, como ela refere, são mais importantes para si do que para o ouvinte”, pois oferece tanto o contexto como a interpretação, ou seja, “abre espaços e oportuniza, às professoras e professores em processo de formação, falar-ouvir e ler-escrever sobre suas experiências formadoras, descortinar possibilidades sobre a formação através do vivido” (Souza, 2007, p. 12).

A entrevista começa desde o momento em que se seleciona as participantes, a pensar em um roteiro, continua após as transcrições e depois de já termos terminado as análises. Pois, as narrativas produzidas por meio das entrevistas continuam tendo reverberações durante um bom tempo na vida das pesquisadoras e das mulheres que decidiram participar desse caminhar.

O caminhar dessa Dissertação⁶ tem como primeiro movimento delimitar onde eu coletaria e produziria as narrativas. Decidi que seria em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, ao invés de apenas Campo Grande/MS. A minha maior preocupação era se teríamos um número significativo de mulheres negras formadas em Matemática - Licenciatura ou Bacharelado - nas universidades e que atuam no curso de Licenciatura em Matemática na modalidade presencial. Em um dado momento, até questioneei se não seria interessante que as mulheres negras formadas em Pedagogia pudessem participar da pesquisa, visto que elas também dão aula de Matemática. Mas essa pesquisa surgiu, inicialmente, de angústias que eu tive ao longo da graduação em Licenciatura em Matemática. Então, decidi que focar em apenas um curso seria mais interessante, pois queria/quero saber como as questões raciais e sociais perpassaram os processos de formação de professoras negras de Matemática que são formadoras e atuam nos cursos de Licenciatura em Matemática.

O segundo movimento, foi fazer um levantamento de todas as Universidades do Estado de Mato Grosso do Sul que tinha/tem como opção o curso de Licenciatura em Matemática na modalidade presencial. A priori as Universidades Particulares também fariam parte da pesquisa, mas ao entrar em contato com essas instituições, fui informada que o curso de Matemática – Licenciatura não fazia mais parte da grade de oferta, devido à baixa procura de alunas para essa graduação.

Fiz esse levantamento das instituições para que assim conseguisse entrar em contato com o quadro de professoras do curso, e desse modo, ver a disponibilidade delas de participar da pesquisa. Mandei para cada as coordenadoras do curso de Licenciatura em Matemática uma Carta de Anuência, pedindo autorização para desenvolver a pesquisa com as professoras negras de cada Instituição. Mandei as cartas, pois queria que as conversas/entrevistas fossem realizadas de maneira presencial e, se caso as professoras decidissem realizar no espaço institucional, já possuiria essa autorização. Com a anuência de nove das dez universidades, comecei a me movimentar em uma certa direção: Como contatar essas professoras? Mandar um e-mail? Mandar um Google Formulário aos coordenadores(as) para que mandassem as professoras?

Minha ideia inicial era justamente mandar uma carta convite as coordenadoras e pedir que elas encaminhassem às docentes. Mas depois da carta redigida e pronta para ser enviada, percebi a problemática que envolvia isso.

Quadro 1: Convite para participar da Dissertação

⁶ Antes que eu comece a descrever como foi o processo até a produção das narrativas, realizar as entrevistas, devo mencionar que essa pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio da Plataforma Brasil, e se encontra aprovado (CAAE: 61655022.2.0000.0021).

Convite para Participar de uma Dissertação de Mestrado

Olá,

Meu nome é Thays Alves de Oliveira, sou aluna do primeiro ano do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEduMat/UFMS), e faço parte do Grupo de Pesquisa Currículo e Educação Matemática (GPCEM/UFMS⁷). Estou desenvolvendo uma pesquisa em conjunto com a Prof.^a Dra. Vanessa Franco Neto, minha orientadora, que tem por objetivo traçar compreensões acerca dos modos pelos quais as questões raciais e o Feminismo Negro foram tratados nos caminhos acadêmicos de mulheres negras formadoras de professoras e professores e atuantes nos cursos de Licenciatura em Matemática em Universidades Federais/Estaduais/Privadas no estado de Mato Grosso do Sul, por meio dos Memoriais de Formação. Desse modo, gostaríamos de fazer um convite inicial a professoras negras do curso de Licenciatura em Matemática que compõem o quadro docente deste curso, para participarem dessa dissertação conosco.

As professoras que tiveram a disponibilidade e o interesse em participar dessa pesquisa conosco, que a princípio é apenas um quantitativo das docentes negras, peço que encaminhem uma mensagem para o e-mail thays.alves@ufms.br com as seguintes informações:

- Nome:
- Telefone:
- E-mail:
- Instituição de Formação:
- Instituição em que atua:

Agradecemos a disponibilidade em divulgar este convite colocamo-nos à disposição para esclarecimento por meio do telefone (67) 99221-7019 ou do e-mail thays.alves@ufms.br .

Atenciosamente,

Fonte: Elaborado pela autora

Mandar esse convite à coordenação para que eles encaminhem para as professoras seria uma tremenda violência, pois o que iria fazer é pedir que o outro declarasse a sua negritude, segundo a sua cosmovisão. E isso de fato aconteceu quando ainda estava pedindo a anuência das instituições.

Por esse motivo, decidi que seria mais viável realizar um levantamento de todas as professoras de Matemática que tinham em cada instituição, por meio dos sites do curso, e assim conseguir os seus e-mails institucionais/pessoal e, entrar em contato individual pedindo que respondessem um formulário, em que pudessem autodeclarar sua identidade racial.

Quadro 2: E-mail para o Processo Inicial da Pesquisa

Processo Inicial de uma Pesquisa de Mestrado

Prezada professora XXX, como está?

⁷ Na época em que mandei esse e-mail era membra do Grupo de Pesquisa Currículo e Educação Matemática – GPCEM/UFMS, coordenado pela Profa. Dra. Vanessa Franco Neto e pelo Prof. Dr. Márcio Silva. Atualmente, sou membra do Grupo Núcleo de Investigação em Educação Matemática e Sociedade – NIEMS/UFMS, coordenado apenas pela Profa. Dra. Vanessa Franco Neto, uma das minhas orientadoras.

Desejo que se encontre bem. O motivo de meu contato se dá para convidá-la a participar de minha pesquisa sobre formadoras de professoras, professores e professorias de matemática no estado de Mato Grosso do Sul. São apenas algumas questões sobre seu perfil para que possa iniciar a seleção das participantes da investigação. O formulário tomará, aproximadamente, 10 minutos de seu tempo.

P.S.: O objetivo da pesquisa é entender como se constituem as formadoras de professoras, professores e professorias de Matemática no MS, considerando as especificidades da área. Utilizaremos Entrevistas Narrativas para tentar compreender o seu processo de formação e, dessa forma, levantar os motivos pelos quais escolheu esse curso e o percurso nessa formação, se o assim tiver.

Link do Forms: <https://forms.gle/WnUSdTzF7xRrBQ947>

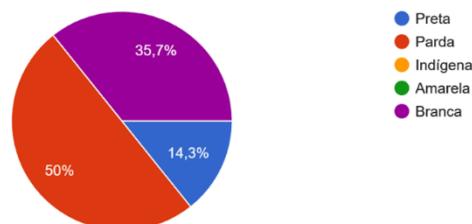
Muito obrigada pela colaboração, ela será essencial para a construção da pesquisa.

*Atenciosamente,
Thays Alves*

Fonte: Elaborado pela autora

Mandei esse e-mail para 38 professoras⁸ que atuam nos cursos de Licenciatura em Matemática de nove das dez instituições que foram levantadas e pedi que elas respondessem um formulário que duraria em média dez minutos para ser respondido. Queria com esse formulário que as próprias professoras pudessem se (auto)declarar, sem que o outro fizesse isso por elas. Das 38 professoras selecionadas, apenas 14 responderam o formulário. Das 14 professoras: sete se declaram pardas; cinco de declaram brancas; e duas se declaram pretas, como mostra a *figura 2*.

Figura 2: Como você se considera?
7. Quanto à cor/raça (de acordo com o sistema classificatório do IBGE) se considera?
14 respostas



Fonte: Elaborado pelo *Google* Formulário

Minha ideia era realizar a pesquisa somente com as professoras que se declaram pretas, mas como estou utilizando o conceito de Interseccionalidade, e após estudos sobre esse referencial não fazia sentido não trabalhar com as mulheres pardas também. Dentro do Movimento Negro, ser negro engloba duas identidades: a preta e a parda. Então, quando falo

⁸ Deixei de mandar para aquelas professoras que em suas fotos no Lattes, apresentaram característica fenotípicas: branca, loira e de olhos claros.

de mulheres negras, estou falando de mulheres pretas e mulheres pardas. Mas, sei que no decorrer da História do Povo Negro passamos por diversos processos de embranquecimento a ponto de órgãos institucionais declararem o preto como pardo. Por esse motivo, no formulário coloquei as seguintes questões:

Quadro 3: Questão sobre sua relação com a raça

Quanto à cor/raça (de acordo com o sistema classificatório do IBGE) se considera?

Como você se vê, em relação a sua raça?

Como as pessoas te veem, em relação a sua raça?

Fonte: Elaborado pela autora

Foi por meio das respostas que recebi, que selecionei quatro professoras negras para participar da pesquisa, elas foram escolhidas porque suas respostas mostravam alguma reflexão referente a sua raça. Fiz a seleção de mulheres pretas e pardas, por acreditar que quando estamos falando da população negra estamos tratando da somatória das pessoas pretas e pardas. Esse processo de declarar a negritude é uma afirmação de sua identidade e de construção de significado, é um conjunto de atributos culturais interseccionados.

Segundo Akotirene (2019) a raça é negra, a pele é preta e pode ter várias tonalidades. Não podemos classificar ninguém, a identidade de raça parte do próprio sujeito. Porque identidade de raça é uma construção social.

Professora Negra 1 - *“Segundo o IBGE eu sou parda. Mas, me vejo como negra e as pessoas também me veem assim”.*

Professora Negra 2 - *“Segundo o IBGE eu sou preta. Tenho orgulho da minha raça, mas tenho consciência da dificuldade que nós pretos enfrentamos em um país racista. A maioria acha que não deveria ocupar o lugar que ocupo hoje”.*

Professora Negra 3 - *“Segundo o IBGE eu sou parda. Bom, eu entendo que sou parda porque venho de uma família de pessoas negras e de pessoas descendentes de poloneses, apesar da minha certidão de nascimento estar escrito cor branca. Boa pergunta. Antes da transição capilar creio que me viam de uma forma diferente, dentro de um padrão socialmente estabelecido (que não concordo, mas me submeti por anos). Hoje percebo que me veem diferente e alguns comentam sobre o cabelo (Comentários do tipo: "Era melhor antes" Afffff)”.*

Professora Negra 4 - *“Segundo o IBGE eu sou preta. Me considero negra por entender que tenho traços que me identificam como tal, além do fato de já ter sido tratada de forma racista em diferentes situações. Entendo, no entanto, que por ter a pele mais clara, o modo como o racismo me afeta é diferente de quem é retinto, mas busco acompanhar as discussões sobre o assunto. As pessoas me veem de vários modos, até porque depende muito dos outros e não de como me vejo. Me tratam de forma racista, como já explicitiei acima. Já me chamaram de encardida, por causa da cor da pele, negrinha, gente de cor, entre outros. Por outro lado, há aqueles que riem*

quando me identifico como negra ou acham que estou forçando algo que não é. Como já falei acima, quando mais escura a pele, mais violento é o preconceito, mas para mim, para esse último grupo, lhes falta o entendimento sobre o colorismo e sobre como isso constitui um modo de ser e estar na sociedade, um modo como a sociedade permite que se ocupe certos espaços”.

Mesmo o formulário estando aberto para resposta até junho de 2023, nenhuma outra professora o respondeu. Então, foram essas quatro professoras que selecionei para realizar as conversas para a produção das narrativas. Mandeí um convite via e-mail para perguntar se elas gostariam de participar da pesquisa e a possibilidade de uma data para essas conversas.

Quadro 4: Convite para Entrevistas

Convite para uma conversa

Prezada professora XXXX, como está?

Desejo que se encontre bem. O motivo de meu contato se dá para convidá-la para participar do próximo passo de minha pesquisa que é a realização de uma Entrevista Narrativa. Para isso, sugiro que realizemos uma conversa presencial. Se concordar, irei ao seu encontro. As entrevistas serão realizadas no lugar de sua preferência e que se sinta o mais confortável possível para termos essa conversa.

Tenho pensado que dia XX/XX/2022-2023, seria uma boa data para termos esse bate-papo?

Se aceitar participar das entrevistas, estou te encaminhando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que leia e assine, caso concorde.

Muito obrigada pela colaboração, e espero o seu contato.

*Atenciosamente,
Thays Alves*

Fonte: Elaborado pela autora

Definida as entrevistadas, parti para produção de um roteiro que permitisse que as conversas fossem desenvolvidas de maneira livre, dando a oportunidade das professoras e mulheres negras de inventar o seu próprio caminhar. O roteiro foi utilizado por mim, a pesquisadora, quando estava no local para produzir as narrativas. Ao final, tinha como última indagação: *Há mais alguma pauta que queira abordar e que não foi destacada aqui?* A função das entrevistas semiestruturadas eram para iniciar o diálogo, mas não me prendi a ele, mas se caso necessário, ele estaria ali.

Todas as entrevistas foram realizadas de maneira individual para valorizar as experiências e singularidades de cada docente, em uma data, um horário e em um local, acordado previamente com as professoras negras de Matemática. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para possibilitar as análises. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, foi assinado de forma online síncrona e

encaminhado as pesquisadoras em *PDF* por e-mail. As conversas foram realizadas em duas modalidades: presencial e por meio de plataformas virtuais de videochamada. Dois dos encontros foram presenciais e dois foram online. As professoras poderiam escolher a modalidade que queriam conceder a entrevista, as duas que optaram pelo formato online foram por razões específicas pessoais, são elas as professoras negras 3 e 4. Por isso, conforme fui recebendo as respostas no formulário, já ia marcando as entrevistas, devido a chegada do fim de ano e a aproximação com o fim do curso de Mestrado, de acordo com a rotina e o desejo das participantes. Todo o contato inicial com as professoras foi de maneira online, do convite a data de realização da entrevista mantive contato com as docentes via e-mail, para manter a formalidade e as exigências que o Comitê de Pesquisa exige.

Elaborei um roteiro semiestruturado para que elas pudessem contar sobre os seus processos de formação. Meu intuito não era realizar a conversa no modo de pergunta resposta e sim, disponibilizar um espaço seguro para que elas contassem suas histórias de vida, pois “não há, no limite, algo como a narrativa de algo já conhecido, pois toda narrativa é criação e, como criação, marcada pela singularidade e subjetividade do narrador” (Silva, 2015 *apud* Daniel; Silva, 2021, p. 09).

Minha preocupação ao elaborar o roteiro era que eu como pesquisadora, não conduzisse as falas das professoras negras selecionadas. Então, quando fiz as questões disparadoras deveria sempre começar por “*me conte um pouco sobre...*”. Meu intuito sempre foi que elas fossem as donas das histórias que queriam contar. Então, aquele espaço era para além do processo de pesquisa, era também um momento para que elas externalizassem o que desejassem sobre as suas formações, mas também não se limitassem apenas a isso.

Quadro 5: Roteiro da Entrevista

Roteiro Semiestruturado para a Pesquisadora/Mestranda

Começar sempre com: “Me fale um pouco da escola...”, “Me fale um pouco sobre isso... sobre aquilo”

- *Como era na escola?*
- *Me fale um pouco de você: Quem era você na escola?*
- *Como foi a sua Educação Básica?*
- *Como é/foi a sua relação com a Matemática na escola?*

Por que escolheu a Matemática?

Como foi a sua Formação Inicial?

Como se deu sua escolha pela área na Pós-Graduação?

Caso as professoras não narrassem experiências raciais, utilizar as reportagens como disparadoras:

Você vivenciou alguma dessas situações durante os seus processos de formação?

** As reportagens devem ser apresentadas caso as entrevistadas não narrassem sua trajetória escolar e acadêmica. As notícias serviriam para indagações.*

O que pensa de situações como essas?

Já as vivenciou de alguma forma?

Fonte: Elaborado pela autora

As entrevistas foram coordenadas por meio de um roteiro semiestruturado onde as participantes tiveram a liberdade de rir, chorar, se questionar, sem que eu me colocasse em busca de um material pronto e acabado, e que eu estivesse um papel de escuta, pois, segundo Passeggi (2020, p. 68) “narrar é preciso! Escutar ainda mais”. Apesar de ter pensado em uma entrevista que as participantes tivessem total liberdade para narrar, as questões raciais e sociais vivenciadas por essas professoras é de suma importância para a minha pesquisa. Por esse motivo selecionei algumas reportagens⁹ que seriam utilizadas como disparadoras caso elas não narrassem algo nessa direção, mesmo sem ser questionadas sobre essa temática.

As reportagens selecionadas eram referentes a situações racistas que algumas pessoas tinham sofrido, foram coletadas da internet, para serem mostradas às professoras. O intuito era que, se caso, elas não narrassem nada relacionado às questões raciais, as reportagens serviriam como disparadores. Mas, como no decorrer da conversa as professoras selecionadas narraram sobre as questões raciais sem nem ao menos eu apresentar esses disparadores, as reportagens foram utilizadas no final das entrevistas com o intuito de que elas abordassem ainda mais as pautas raciais. Meu objetivo durante as entrevistas não era condicionar as professoras a narrarem sobre a temática racial, e sim que elas contassem sobre essas questões conforme as questionava sobre etapas de suas vidas. Então, enquanto as questionava sobre as etapas dos seus processos de formações, como mostra o *Quadro 5*, as professoras narraram episódios e experiências referentes a raça, sem eu sequer fazer/falar/perguntar a respeito.

Recentemente, após as entrevistas realizadas, transcritas e aprovadas pelas “donas” das narrativas, enviei um e-mail para elas escolherem o nome que queriam usar na pesquisa. A ideia inicial era que eu escolhesse os nomes de mulheres que são referências para o Movimento Negro no Brasil. Mas, achei por bem que seria mais interessante que elas escolhessem os nomes e que eles tivessem algum significado na sua trajetória, um nome que servia de inspiração para elas ao longo de suas vidas. Por mais que eu desejasse que todas mantivessem o anonimato, não era obrigatório a escolha de outro nome, se quisessem ainda poderiam escolher se deixariam o seu nome real ou se mudariam, dito isso, três das quatro mulheres escolheram mudar os seus

⁹ Os excertos das reportagens selecionadas para o momento das entrevistas estão em anexo nessa dissertação.

nomes, enquanto uma preferiu manter o seu nome original, como forma de afirmar seu posicionamento político. Por esse motivo, agora passarei a chamar as professoras negras 1,2,3 e 4, com os respectivos nomes que escolheram para essa pesquisa.

Quadro 6: Escolha seu nome

Escolha o seu nome para o Anonimato da Pesquisa

Olá, XXXX. Espero que esteja bem...

Estou mandando esse e-mail, porque apesar de no TCLE ter perguntado se gostaria ou não que mantivesse seu nome real, decidimos (eu e a minha orientadora) que será melhor mantermos o anonimato de todas as participantes na pesquisa. Por esse motivo, peço que preencha o formulário a seguir e sugira um nome que tenha alguma referência histórica, pessoal ou profissional em sua trajetória.

Obs.: a escolha do anonimato não é uma imposição, e sim uma sugestão. Se desejar pode manter seu nome de nascimento.

Link: <https://forms.gle/BoSbAX4pcEgqt7X3A>

Desde já agradeço a sua resposta.

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira professora que conversei escolheu como nome *Dandara*¹⁰, ela possui graduação em Matemática, Bacharel, por uma Universidade Pública da região Nordeste, logo em seguida cursou Mestrado em Matemática Pura também por uma Universidade Pública da região Nordeste e, hoje, ela é doutora em Matemática Pura por uma Universidade Pública da região Sudeste. Atualmente é professora de uma Universidade Pública da região Centro-Oeste. Dandara se autodeclara negra, é casada e é mãe de um menino. Nossa conversa aconteceu em sua cidade em uma das salas do departamento em que Dandara leciona, no dia 30 de novembro de 2022, às 14h e teve uma duração de uma hora e quarenta e seis minutos. Durante a minha conversa com a Dandara, tivemos muitos momentos de risadas que ecoaram pela sala da Universidade e, além disso, a conversa sobre a transição capilar foi o que fez com que perdêssemos a noção do tempo.

Carla possui licenciatura em Matemática por uma Faculdade Pública da região Sul, em seguida fez o curso de Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública da região Sudeste e após um tempo, fez Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública da região Sudeste. Atualmente é professora de uma Universidade Pública

¹⁰ A Dandara dos Palmares foi a minha inspiração para escolha do nome e o sobrenome foi uma forma de prestigiar os Silvas e Santos do nosso Brasil.

da região Centro-Oeste. Carla se autodeclara negra, é casada e é mãe de um menino. Nossa conversa aconteceu na sua cidade e na sala de sua casa, no dia 13 de dezembro de 2022, às 15h e teve uma duração de uma hora e trinta e sete minutos. Na conversa com a Carla, além de risadas, outras emoções também se fizeram presentes e em diversos momentos nos emocionamos.

A terceira com quem conversei escolheu se chamar *Carolina*¹¹, ela que possui graduação em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública da região Centro-Oeste, fez Mestrado em Matemática Pura por uma Universidade Pública da região Sudeste. É docente de uma Universidade Pública da região Centro-Oeste. Atualmente está cursando o Doutorado em Educação por uma Universidade Pública da região Centro-Oeste. Carolina se autodeclara negra, é casada e mãe de um casal de filhos. Nossa entrevista foi realizada de maneira online pelo *Google Meet* por motivos pessoais, no dia 21 de dezembro de 2022, às 09 horas e teve a duração de uma hora e nove minutos. Carolina tem experienciado uma Pós-Graduação assim como eu, então conversamos bastante sobre o processo de se tornar pesquisadora e as motivações sobre as temáticas da pesquisa.

E para finalizar, *Marielle*¹² é formada em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública da região Sudeste, possui Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública da região Sudeste, cursou Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública da região Sudeste, com um estágio de um ano em uma Universidade estrangeira. Atualmente é professora de uma Universidade Pública da região Centro-Oeste. Marielle se declara parda, é casada e mãe de um menino. Nossa conversa foi realizada de maneira online pelo *Microsoft Teams* por motivos pessoais, e trocamos de plataforma por sugestão da própria Marielle porque pela *Microsoft Teams* as entrevistas são transcritas pelo *software* de maneira automática. A entrevista foi realizada no dia 29 de março de 2023, às 13h30min e teve a duração de uma hora e trinta e sete minutos. Durante a nossa conversa, demos muitas risadas e, para além das pesquisas, conversamos sobre gravidez, já que Marielle teve seu filho recentemente.

Essas apresentações iniciais, apesar de não trazerem todas as nuances das docentes, são para que: Carla, Dandara, Carolina e Marielle, sejam conhecidas quando suas vivências forem entrecruzadas e interseccionadas. Nos possibilitando ter um olhar sobre suas identidades que

¹¹ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira que, a partir da paixão pela escrita, encontrou forças para vencer as dificuldades da pobreza e da discriminação racial.

¹² Marielle Franco era mulher negra, da favela, do Rio de Janeiro, defensora de Direitos Humanos.

relacionam seus atravessamentos permitindo compreender suas pluralidades de vozes que são marcadas pelas suas diferenças.

As narrativas não serão utilizadas na íntegra no desenvolvimento da pesquisa, serão elencadas unidades de análise que em conjunto com o Conceito de Interseccionalidade irei realizar uma análise de convergências, para buscar características comuns entre si, mas compreendendo que as histórias são singulares e únicas. Mas ao olhá-las em coletivo, podemos (re)significar a interpretação de suas vivências.

Com a análise de convergências e o conceito de Interseccionalidade consegui elencar marcadores sociais e de opressão que se interrelacionam entre as narrativas, e assim selecionei trechos das diferentes histórias que de alguma maneira se aproximavam por se tratar de assuntos próximos.

O que quero dizer é que ao produzir as narrativas, por meio das entrevistas, estou criando histórias próprias que justificam a sua existência, e assim o motivo de contá-las. Cada autora ou autor define narrativas à sua maneira, mas, não posso dizer ao certo o que são e o que significam, pois, ao transcrevê-las – ou trechos dela – estou oferecendo a quem as lê fazer sua própria investigação e criar narrativas outras.

Interseccionalidade: entre encruzilhadas, estruturas e avenidas identitárias

Cálculos,
Geometria,
Trigonometria,
Funções...

Quando escrevi um projeto para o curso de Mestrado, ou depois que comecei os estudos na Pós-Graduação, as primeiras angústias que surgiram foram: o que tem de Matemática no meu projeto? Sou formada em Licenciatura em Matemática, na minha dissertação tem que ter Matemática? Na dissertação, precisa mesmo, aparecer a Matemática de sala de aula? Não tenho respostas para essas demandas e, nem sei se preciso respondê-las. Às vezes, o que mais me deixa louca é essa constante busca por respostas, que por vezes são perguntas para pensar e não responder. Mas, no meu eu, insisto em continuar nessa procura.

Todavia, as angústias continuaram e cresceram quando decidi sobre o que queria pesquisar nesses dois anos de Mestrado, que nada mais é do que: analisar o caminhar de professoras negras que cursaram Licenciatura ou Bacharelado em Matemática e que atuam no curso de Matemática – Licenciatura em Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. Pronto! Ótimo objetivo para plantar inseguranças no desenvolvimento da minha pesquisa, logo eu a própria insegurança e ansiedade em pessoa. Quero saber se as questões raciais, questões sociais, o Feminismo Negro, entre outros marcadores sociais, como movimento e não como teoria, compõem o caminhar dessas professoras negras. E nesse processo mais uma dúvida surgiu: o que racismo e Feminismo Negro tem a ver com a Matemática?

Essa foi uma das principais questões que me atormentaram durante a graduação, e que no percurso do Mestrado tem me mostrado que a padronização e as normas que cercam a Matemática, ofuscaram minha percepção de que essa área se ausenta dessas questões por ser dominada e governada pelo mito “matemático masculino branco” (Bullock, 2018, p. 138), e de como ela é desprovida dos compromissos sociais e da forma como a Educação Matemática, como espaço institucional, esconde identidades e de como ela opera no mundo (Bullock, 2018). O que me faz questionar “como as formas de opressão operam dentro e através da (Educação) Matemática?” (Bullock, 2018, p. 126 – *tradução nossa*). Essas indagações me mostram que preciso encontrar teorizações que me ajudem no caminhar deste trabalho, que me ajudem a produzir de acordo com o que a academia me pede, se é que preciso seguir essas regras.

Preciso estudar mais para deixar esse texto mais escuro e com cara de dissertação, mas o que seria um escrito com cara de Pós-Graduação? É possível produzir isso? Ou seguimos a norma e padronizamos? O que devo fazer para que tenha um texto acadêmico? Qual processo de pesquisa que devo seguir? As padronizações me informam que devo seguir normas, bem estabelecidas, quando se pensa nessas produções que são

[...] orientada[s] pela busca de resultados práticos e pela alteração dos critérios de qualidade acadêmica tradicionais que começam a ser definidos por espaços externos aos centros de pesquisa [...] destaca as formas de encaminhar e de construir um processo de pesquisa, relativas à definição dos procedimentos metodológicos que orientarão tal processo, baseia-se na observação de que vários relatos de pesquisas, notadamente, carecem de rigor científico na maneira de definir seus procedimentos, que exigem do pesquisador clareza na definição do método a ser utilizado (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

Pois segundo Bullock (2018) a abordagem tradicional e linear da escrita acadêmica pode limitar as oportunidades para a pesquisadora investigar e explorar as emergências quando começamos a nos emaranhar na produção da dissertação. Pensando nos modos de produção que tenho utilizado na dissertação para que subverta as normas, decidi em conjunto com as minhas orientadoras, que o conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002) seria o caminho para me colocar no lugar de escuta das narrativas produzidas nas entrevistas. E pensando nas minhas angústias iniciais, que ainda continuam comigo - na minha dissertação tem Matemática? - basta questionar, e tenho feito isso, de qual/quais matemática(s) estamos falando quando desenvolvemos uma pesquisa que aborda questões que são emergentes na nossa sociedade. Se estamos falando da Matemática da sala de aula, uma Matemática branca (Rosa; Giraldo, 2023) com teorias e conceitos e definições estruturantes, nesta dissertação ela não irá aparecer mesmo. Mas, se quer discutir uma matemática social que é utilizada para afirmar espaços da justiça social, utilizada como ferramenta de análise social, se quer trabalhar com essa(s) matemática(s) – talvez – essa dissertação te ajude a pensar em matemáticas outras e assim explorá-las.

Mas, se você é uma daquelas pesquisadoras ou daqueles pesquisadores que se moldou segundo a Matemática dita neutra e hierárquica e, não estão familiarizados, e não estão abertas e abertos, com as possibilidades de construção de conhecimentos, construção do conhecimento matemático, a ponto de se desprender da Matemática “universal” e começar a produzir pensando em/nas matemática(s). Se você leitora ou leitor não são questionadores dos padrões, e estão acostumados a trabalhar com a Matemática somente no modo tradicional, essa Matemática fará falta nesse trabalho segundo a sua cosmovisão.

Dito isso, se a Matemática (padronizada e dita universal) te faz falta nesse trabalho, ou se por algum motivo se questionou sobre isso lendo essa dissertação, o conceito que trabalha com marcadores sociais da diferença ou como Crenshaw (2002) utiliza eixos classificatórios, e que se difere do que tenho utilizado nessa produção, pode te ajudar a suprir essa necessidade e te mostrar que a matemática pode contribuir de maneira interseccional se a pensarmos de outros modos. Se pensarmos na epistemologia da palavra *Interseccionalidade* veremos que a Matemática está presente. Interseccionalidade, Interseção, Intersecção, para quê mais

Matemática do que essas palavras? Fazendo um paralelo com os conceitos matemáticos, aprendi na graduação que a **intersecção** entre duas retas é um ponto, a **intersecção** entre dois planos é uma reta e por aí vai... Ou seja, se olhar apenas na forma como são escritas as palavras, poder-se-iam dizer que o conceito de Interseccionalidade não passa de um dos muitos conteúdos matemáticos.

Mas, não é desses conteúdos que quero falar, tampouco defini-los, o que quero fazer é uma breve comparação para utilizar da Matemática para refletir sobre o conceito de Interseccionalidade, e assim, pensar em matemática(s) interseccionais nessa sociedade. Matematicamente a intersecção entre dois planos é uma reta. Ou seja, socialmente tenho vistos esses “planos” como a intersecção entre a sociedade e os marcadores sociais que resulta em diversas opressões. Sendo assim, olhando apenas para essa reta, que surge da intersecção, posso defini-las, segundo Barbosa (2012), como figuras geométricas compostas por um conjunto infinito de pontos. E com essa definição posso utilizá-la para dizer que assim como as retas têm infinitos pontos, pontos esses que são definidos como um objeto que não possui definição, dimensão e forma (Barbosa, 2012); a Interseccionalidade tem infinitos marcadores sociais da diferença que têm definição, dimensão e forma, e estabelecem como corpos subalternos experienciam o mundo. Não estou dizendo que esses marcadores são lineares, estou dizendo que no conjunto Interseccionalidade existem diversos marcadores que não brigam por hierarquia, mas que interseccionam de modo a definir experiências.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 15-16).

Então após apresentar essa comparação posso dizer que, a minha pesquisa tem Matemática, se estamos falando/olhando da/para epistemologia da palavra Interseccionalidade/Intersecção e segundo essa cosmovisão e cosmopercepção (Oyèwùmí, 2021) que nos insiste em dizer que trabalhos podem ser produzidos em cursos de Pós-Graduação em Educação Matemática. E mais do que isso, a Matemática aparece quando mencionamos mulheres, raça e matemática, e quando exploramos uma baixa ocupação desses corpos nessa área, ou seja, estamos abordando matemática(s) outras nessa dissertação. Aparece nem se for em forma de Diagrama de Venn, para refletir/sistematizar e elucidar o conceito de Interseccionalidade por diversas intelectuais e feministas negras. Olhando o diagrama da *figura*

3, temos uma cosmopercepção (Oyèwùmí, 2021) de como a ferramenta Matemática é utilizada para investigar essas ausências ou o baixo percentual que esses corpos têm ocupado.

Figura 3: Diagrama da Interseccionalidade



Fonte: Elaborado pela autora

O Diagrama de Venn foi à minha maneira inicial de aprender mais sobre o conceito de Interseccionalidade, assim que Vanessa sugeriu que fizesse parte da dissertação. Os vídeos que assisti sempre faziam uso dele ou de ruas/avenidas para contextualizar e exemplificar esse conceito. Por isso, acho interessante mostrar, às leitoras, como a Interseccionalidade aparecerá nessa pesquisa, pois vou explicar sobre esse conceito utilizando da Teoria dos Conjuntos. Dito isso, farei uso da linguagem Matemática e da *figura 3* para exemplificar os estudos que tenho feito.

Sejam três conjuntos pertencentes às questões sociais: Matemática, Raça e Mulheres. Explique os elementos de cada conjunto e as suas intersecções.

- * Conjunto Matemática: é um conjunto dito “neutro”, exato, pronto e acabado, em que seus elementos se ausentam de temáticas que são emergentes na nossa sociedade, por estar no seu papel bem estabelecido e determinado de Rainha das Ciências;
- * Conjunto Raça: é um conjunto em que seus elementos foram definidos por brancos para categorizar e diferenciar sujeitos, com o objetivo de exploração;
- * Conjunto Mulheres: é um conjunto em que seus elementos se dizem universais e lutam pelos direitos de igualdade e equidade na sociedade.

De acordo, com o diagrama da *figura 3*, e com os estudos feitos para/nessa dissertação pode-se dizer:

- * $\text{Matemática} \cap \text{Mulheres} = \text{Professoras de Matemática}$ (elementos que lutam contra a hegemonia masculina que marca esse campo);
- * $\text{Raça} \cap \text{Matemática} = \text{Raça e Matemática}$ (elementos que foram, e lutam contra essa hegemonia, apagados e silenciados na construção desse conhecimento ao longo da história por brancos ocidentais);
- * $\text{Mulheres} \cap \text{Raça} = \text{Mulheres negras}$ (elementos que buscam e lutam por visibilidade, pelo direito de serem vistas como mulheres para além da objetificação e sexualização de seus corpos);
- * $\text{Mulheres} \cap \text{Matemática} \cap \text{Raça} = \text{Professoras Negras de Matemática}$ (elementos que lutam para não serem subvertidas aos padrões da lógica branca, masculina, cis heteronormativa).

Ao fazer essa exemplificação mostro para vocês que a intersecção entre Raça e Matemática pode mostrar a ausência de corpos negros nessa área e nas pesquisas dessa área, como apresentada na Revisão de Literatura. Para além disso, a intersecção entre Raça e Matemática pode nos ajudar a pensar e produzir matemática(s) que estão preocupadas com sujeitos e produções que operam na transversalização e nas brechas da dita neutralização da Matemática. Que a intersecção entre Mulheres, Matemática e Raça, que é justamente a Interseccionalidade que proponho nessa dissertação, que apresentado na seção dos Processos Metodológicos mostra que são poucas as Professoras Negras de Matemática, nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul, que tem tentado subverter esse espaço predominantemente branco e masculino.

Percebo que a Matemática funciona e, também, é utilizada, para ratificar questões sociais, porém, quando olhamos a quantidade de pesquisas que foram trazidas aqui na seção intitulada: “*O que já foi produzido sobre a Intersecção entre Gênero, Raça, Classe e (Educação) Matemática(s)*”, se vê que o Campo da Matemática pouco tem se apropriado dessas demandas para serem discutidas nesses ambientes. As intelectuais que trabalham com o conceito de Interseccionalidade utilizam da ferramenta Matemática, assim como o diagrama acima, para mostrar que, e de certa forma reconhecer, aqueles que estão vivendo diferentes opressões combinadas, experienciam as estruturas organizadas pelo poder.

Para que veja o quão importante é abordar a intersecção entre ‘*Matemática e Mulheres e Raça*’, basta que reflita sobre algumas indagações: quantos professores negros você teve ao longo do seu processo de educação? Quantos professores negros de Matemática você teve? E

podemos ir mais longe e questionar: quantos desses professores negros de Matemática eram mulheres? Suas respostas, muito provavelmente, mostrarão que as professoras negras de Matemática precisam ser ouvidas sobre as suas escolhas e caminhos. E ao propor nesta dissertação produzir conversas com essas mulheres para entender como os marcadores sociais operam/operaram na vida delas, e como elas os aproximaram e/ou afastaram de determinados espaços, me parece um bom caminho para ouvir essa maioria que ocupa espaços em minoria. E o conceito de Interseccionalidade me propõe um caminhar nessa direção.

A experiência de uma mulher negra não é nem uma experiência negra nem uma experiência de mulher, portanto “esta estrutura de eixo único apaga as mulheres negras na conceitualização, identificação e remediação da discriminação racial e sexual, limitando a investigação das experiências de membros de outra forma privilegiados da comunidade” (Bullock, 2018, p. 126 – *tradução nossa*).

Cunhado pela jurista e feminista norte-americana, Kimberlé W. Crenshaw, em meados dos anos 1990, o conceito de Interseccionalidade foi utilizado para mostrar que as empresas nos Estados Unidos da América não contratavam mulheres negras, e que se fossem fazer uma análise da sociedade, ela deveria ser feita de maneira interseccional, pois a comunidade, e a nossa também, é organizada em eixos e com formas de opressão. Esse conceito foi apresentado porque a empresa *General Motors* alegou que não poderia estar sendo racista e nem sexista, pois contratava homens negros e mulheres brancas (Crenshaw, 2004). Isso fez com a Kimberlé tivesse um olhar sobre as avenidas identitárias que marcavam as mulheres negras. Segundo Crenshaw (2002) esse conceito busca visibilizar as consequências da interação entre dois ou mais eixos de subordinação – raça, gênero, classe, território, etnia, sexualidade, entre outros – assim

trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe entre outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

O Feminismo Negro se apoiou nesse conceito para mostrar que as demandas que o Feminismo Branco se baseia é universalista – baseado na experiência política da hegemonia da branquitude – segrega e padroniza um único corpo para esse movimento. Uma gama de opressão humana a partir da imposição de classificações, que servem para subjugar, condenar, oprimir sujeitos por outros que colocam a superioridade em posição. Essa conceituação tem sido um dos grandes aliados no Movimento Negro, para explicar as desigualdades que essa

comunidade sofre, em especial as mulheres negras. A ponto de se questionarem quais identidades te constituem? E quais opressões te atravessam?

O racismo vivido por pessoas de cor que pertencem a um determinado gênero – masculino – tende a determinar os parâmetros das estratégias antirracistas, tal como o sexismo é experienciado por mulheres que são de uma determinada raça – branca – tende a fundamentar o movimento das mulheres. O problema não é simplesmente que ambos os discursos falham com as mulheres negras por não reconhecerem a questão “adicional” da raça ou do patriarcado, mas que os discursos são muitas vezes inadequados até mesmo para as tarefas discretas de articular todas as dimensões do racismo e do sexismo. Como as mulheres negras vivenciam o racismo de formas nem sempre iguais às vividas pelos homens de cor e o sexismo de formas nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo nos seus próprios termos (Crenshaw, 1991, p. 1252 – *tradução nossa*).

Apesar ter sido atribuída a Kimberlé Crenshaw a origem desse conceito, inúmeras outras intelectuais negras já haviam utilizado esse conceito sem nomeá-lo. Lélia Gonzalez, Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, foram alguns dos nomes que mencionaram a ideia de Interseccionalidade antes dele ser cunhado. Gosto de mencionar que, independentemente de quem foi a primeira a explorá-lo, todas estão de acordo que esse conceito caracteriza as identidades que criam diferentes experiências de vida, afetando e influenciando diversos aspectos para a leitura do mundo, ou seja, “refere-se a uma forma de relacionamento entre estruturas sociais, especificamente aquela em que a estrutura social se combina para criar categorias sociais para as quais certas experiências e formas de opressão são únicas” (Weldon, 2008, p. 195-196 – *tradução nossa*).

No Brasil, Carla Akotirene (2019), feminista negra brasileira, tem sido a mulher que tem trabalhado o conceito de Interseccionalidade na contemporaneidade no país. Em seu livro intitulado “*Interseccionalidade*” da coleção Feminismo Plurais coordenado pela Djamila Ribeiro, ela menciona que tem entendido essa conceituação como uma lente analítica que busca legitimar as experiências insubordinadas que estão interligadas com as identidades produzidas pelos cruzamentos. Akotirene (2019) também pensa a Interseccionalidade como uma ferramenta teórica e metodológica, muito disputada no espaço acadêmico branco que a utiliza para deslocar da questão de raça, de luta política que questiona as amarras das opressões vivenciadas cotidianamente, pensada para ser utilizada na inseparabilidade das estruturas.

Interseccionalidade é uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica. Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. Sensibilidade analítica, a interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que

imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas (Akotirene, 2019, p. 19).

Carla Akotirene (2019) utiliza de terminologias que fazem referência às religiões de matriz africana como uma forma de se posicionar politicamente, visto que a religião é um dos marcadores que perpassa as encruzilhadas para promover distintas desigualdades sociais. Nesse contexto, é importante pensar nas mais variadas intersecções, a fim de tentar compreender a complexidade identitária sem hierarquizações, uma vez que há uma interação nessas reproduções que se cruzam nas encruzilhadas.

Também nessa direção, Patrícia Hill Collins é outro nome a ser estudado quando pensamos no conceito de Interseccionalidade, em seus escritos individuais e em conjunto com a Sirma Bilge, ela fala que tem entendido essa conceituação como uma maneira de investigar as relações interseccionais que influenciam nas relações de poder e sociais da sociedade que é marcada pela diferença (Collins; Bilge, 2021). Uma ferramenta analítica que considera as formas de opressão de maneira interrelacionadas e que se moldam simultaneamente. Ela é uma forma de entender e de alguma forma explicar a complexidade do mundo em que vivemos, e assim desafiar as ideias hegemônicas construídas.

Essa intelectual utiliza o termo de matriz de dominação para mencionar a “organização social global dentro da qual as opressões que se cruzam se originam, se desenvolvem e são contidas. É a organização de poder historicamente específica na qual os grupos sociais são inseridos” (Collins, 2019, p. 246), e assim informa como a matriz de dominação aborda e organiza as opressões. O que posso dizer é que o conceito de Interseccionalidade cria possibilidades para investigarmos as diversas opressões dentro dessa, e de outras, matrizes de dominação.

Segundo Collins (2015) os marcadores sociais não têm por finalidade hierarquizar os sofrimentos e as discriminações sofridas pela identidade e, sim, entender que em determinados lugares esses marcadores são intensificados devido ao encontro das estruturas de classe, raça e gênero, dentre outros. Devemos observar o trânsito onde essas estruturas colidem e causam opressão.

É importante mencionar que esse conceito não visa somar os eixos de diferenciação, tampouco quer criar competições nas quais classificamos o mais potente. As opressões funcionam sem hierarquizações, afinal cada sofrimento é interceptado pelas estruturas de poder, e diante disso não são fixas na dicotomia opressor e oprimido (Akotirene, 2019).

Hoje, o conceito de Interseccionalidade tem sido utilizado, para além da ideia de elencar as desigualdades e opressões, mas acionada na construção de identidades coletivas. A

perspectiva sistêmica interseccional – que utilizo na dissertação – menciona que os sistemas de dominação, opressão e marginalização determinam e estruturam formação de identidades, uma maneira de analisar a realidade. E é justamente o que tento fazer na dissertação, uma análise interseccional das narrativas das professoras negras de matemática. Utilizar o conceito de Interseccionalidade é pensar nas relações de poder, e assim poder pensar e questionar: como as identidades se relacionam? É uma abordagem que opera voltada para as experiências.

O que quero dizer é que ao utilizar o conceito de Interseccionalidade, tenho que estar ciente de que quando esses marcadores se interseccionam as experiências são singulares para cada mulher negra, se eu generalizar estou (re)produzindo e acentuando as violências. Devo me entender nas encruzilhadas das opressões e denunciar o embranquecimento para o outro e assim, assumir nossa identidade negra para valorizar a nossa história. Não posso utilizá-lo, a Interseccionalidade, sem colocar a raça como um dos marcadores sociais, pois a sociedade brasileira definiu por meio da raça quais corpos seriam oprimidos e quais seriam opressores.

Mas não quero neste trabalho, apenas dizer que o conceito de Interseccionalidade é utilizado para explorar as estruturas sociais opressivas. A ideia e o mito de que ela comenta apenas as desvantagens e não as vantagens que uma análise interseccional pode fazer mutuamente.

Vale a pena enfatizar que a interseccionalidade não é o oposto de privilégio ou vantagem: é possível ser interseccionalmente favorecido ou privilegiado, bem como interseccionalmente marginalizado, dominado ou oprimido... A ideia da interseccionalidade também salienta que as estruturas sociais não só prejudicam grupos específicos (como sugere a linguagem dos fardos [ou opressão]); também privilegiam determinados grupos, mais uma vez, de formas únicas para determinados agrupamentos de gênero, raça e classe. Cada pessoa é marcada por múltiplas estruturas sociais. Assim, a ideia de interseccionalidade crítica, melhora e vai além da linguagem dos fardos duplos ou triplos, bem como do conceito de “sistemas duais” (Weldon, 2008, p. 196-197 – *tradução nossa*).

Minha intenção neste trabalho é não focar apenas em raça, gênero e classe, mas operar com os discursos que surgem a partir deles. E assim confrontar as avenidas identitárias que surgirem das narrativas para analisar a vida social, que se intensifica nas encruzilhadas das possibilidades de suas existências. E assim, investigar sobre a Interseccionalidade e Educação Matemática, para “pensar sobre como a[s] identidade[s] matemática[s] opera[m] com a[s] [várias] identi[ficações] racia[is]” (Bullock, 2018, p. 134 – *tradução nossa*).

Na seção seguinte discuto como as encruzilhadas de opressão em conjunto com a Análise Crítica do Discurso podem me ajudar na construção dessa dissertação.

Como analisar e criticar o Discurso?

Em um dado momento do desenrolar da pesquisa senti a necessidade de interseccionar o conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002) com outra teorização que pudesse me ajudar a progredir nesse estudo. Muito foi questionado e diversos nomes surgiram: Decolonialidade, Análise do Discurso – Enunciados do Michel Foucault, Identidade e Diferença de Deleuze e Guattari, e algumas outras, ficaram no decorrer dessa trajetória. Pois, uma de minhas angústias era adotar apenas uma teorização insuficiente para discutir certas problemáticas que poderiam, ou não surgir, no desenvolver do Mestrado.

A priori, enquanto estava produzindo as narrativas por meio das entrevistas, achei que apenas o conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002) me daria as ferramentas necessárias para produzir uma dissertação com uma Análise Interseccional, e não posso negar, ela tem me ajudado a subverter esses espaços de dominação quando penso e produzo com professoras negras de Matemática que atuam no curso Matemática – Licenciatura das universidades públicas de Mato Grosso do Sul. Porém, ao optar por fazer uma apresentação em *Multipaper*, essa maneira me possibilitou pensar em modos outros para continuar, uma teorização outra para interseccionar.

Queria um estudo que pudesse ajudar a criticar o discurso de subalternidade do campo acadêmico para mulheres negras, quando penso na universalização do conhecimento e, assim, discutir o que está posto nesses espaços. Queria uma teorização em que pudesse confrontar as realidades (Resende, 2020) porque ao delimitar com quem iria produzir essa dissertação, lancei um olhar para o “espaço que [elas ocupam] entre a subalternidade acadêmica no campo e o empoderamento da posição universitária no contexto local” (Resende, 2020, p. 02). Ou seja, ocupam espaços de subalternidade por serem mulheres negras, mas também vivem o empoderamento de serem professoras formadoras no curso de Matemática – Licenciatura, por ocuparem o tão almejado espaço universitário.

A interseccionalidade dessas experiências são efeitos de discursos que “naturalizam privilégios e, ao fazê-lo, justificam a opressão” (Resende, 2020, p. 05), ou seja, elas ocupam esses espaços por um suposto/ficcional ‘mérito’, uma ideia que não concordo e não se aplica quando falamos da população negra. Essas narrativas de poder nos fazem questionar: o que quero com os conhecimentos aqui produzidos? Como posso utilizar e tornar o conhecimento que produzi, em teses e dissertações, de maneira mais útil para a superação das violências operadas pelo poder?

A linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo. A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas (Wodak, 2004, p. 237).

Assim, a Análise Crítica do Discurso – ACD, ou Análise de Discurso Crítica – ADC, opera na interseccionalidade dessa dissertação, pois ela “nos ajuda a pensar a linguagem na sociedade” (Resende, 2020, p. 06), nos padrões discursivos que têm sido propagados por conta na colonialidade que ainda não superamos, e tenho a impressão de que tampouco superaremos.

A *colonialidade do saber* está relacionada aos *discursos* por meio dos quais compreendemos o mundo social, ligados ao classismo, ao racismo, ao sexismo e a sua interseccionalidade. Esses discursos colonizam o ser, nos levando a padrões de identificação que limitam nossa ação, ou seja, à colonialidade do poder – agimos conforme padrões capitalistas, racista e sexistas; e reproduzimos consciente ou inconscientemente esses padrões de ação (Resende, 2020, p. 10 – grifos do original).

Minha postura em conjunto com ACD me permite criticar “nosso próprio repertório de sentidos, conceitos, categorias, já que os modos de conhecer aos quais temos nos submetido causam silenciamentos, invisibilidades e hierarquias” (Resende, 2020, p. 11), para que assim eu possa realizar uma potencial transformação social. Para a Análise Crítica do Discurso a linguagem é vista como prática social e não como puramente individual (Wodak, 2004), linguagem essa que entendemos como um sistema em que os seres humanos comunicam suas ideias e sentimentos com maneiras, usos e intenções de propagar os discursos. Desse modo, ACD tem como um dos objetivos olhar o papel da linguagem e por consequência, a do poder.

A maioria dos analistas críticos do discurso endossaria que a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado. Na medida em que as legitimações das relações de poder, [...] não são articuladas, [...] a linguagem também é ideologia (Habermas, 1977 *apud* Wodak, 2004, p. 225).

A linguagem é papel fundamental e notório no existir humano, é por meio dela que os sujeitos “experenciam, problematizam, pronunciam e transformam o mundo” (Souza; Costa, 2017, p. 120). Pois, a linguagem, também, promove a socialização dos sujeitos que se constroem e se constituem cultural e historicamente, ou seja, “a linguagem é o meio pelo qual o ser humano constitui-se sujeito, atribui significados aos eventos, aos objetos, aos seres, tornando-se, portanto, ser histórico e cultural” (Souza; Costa; 2017, p. 121). Diante disso, não posso ter um olhar individualizado para a linguagem, mas um olhar para a prática social que se dá em contato com o outro.

Na década de 1970, de acordo com Magalhães (2005), uma universidade da Grã-Bretanha reuniu um grupo de pesquisadores e desenvolveu uma abordagem de estudo conhecida

por Linguística Crítica – LD que realiza uma análise da linguagem. Ou seja, a Análise Crítica do Discurso pode ser considerada uma continuação da Linguística Crítica, mas não pode ser reduzida a ela devido às suas especificidades políticas. Segundo Pérez (2012) *Critical Discourse Analysis – Análise de Discurso Crítica*, utilizado em língua portuguesa por Magalhães em 1986 (Pérez, 2012) – foi pensado e espalhado internacionalmente por Norman Fairclough em 1985, e se constituiu como um campo de pesquisa crítica sobre as mudanças sociais, culturais e econômicas das últimas décadas.

O termo, Análise Crítica do Discurso ou Análise de Discurso Crítica¹³, emergiu internacionalmente no início dos anos de 1990, depois de um pequeno simpósio em Amsterdã, em que grandes estudiosas e estudiosos da área como: Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo Van Leeuwen e Ruth Wodak, se juntaram para discutir teorias e métodos da Análise Crítica do Discurso, e assim abordar uma linguística crítica. Nesse evento passaram a reconhecer o papel da linguagem nas (re)estruturações das relações de poder na sociedade. Foi apenas nesse ano, 1990, que o termo ACD passou a ser utilizado de forma consciente, pois passa a ser vista como uma abordagem particular da Análise Linguística (Wodak, 2004).

De acordo com Pérez (2012), seis aspectos orientam os estudos da Análise Crítica do Discurso, segundo Wodak e Fairclough:

1) as relações de poder são discursivas; 2) o discurso implica um papel ideológico; 3) o discurso é histórico; 4) o vínculo entre o texto¹⁴ e a sociedade é mediado discursivamente; 5) a análise de discurso é interpretativa e explicativa; 6) o discurso é uma forma de ação social (Pérez, 2012, p. 119).

Ao utilizar essa teorização estou afirmando o meu comprometimento político quando demonstro os meus interesses de pesquisa, e assim criticar “esse tipo de pesquisa [que] personifica” (Wodak, 2004, p. 224). O termo ‘crítica’, que indefere da ACD, tem um papel fundamental de desvelar os discursos hegemônicos, pois é uma combinação prática entre o “engajamento social e político, com uma construção de sociedade sociologicamente embasada” (Wodak, 2004, p. 225), que mostra e torna visível a natureza interseccionada das coisas. Assim, a ACD pode ser definida como

Campo fundamentalmente interessado em analisar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na linguagem. Em outras palavras, a ACD almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou do discurso) (Wodak, 2004, p. 225).

¹³ Adotei a denominação Análise Crítica do Discurso, por ser a terminologia utilizada na contemporaneidade.

¹⁴ Pérez (2012) usa o termo texto para se referir a qualquer tipo de produção discursiva: escrita, falada ou gestual.

A ADC é uma perspectiva de análise de discurso desenvolvida para estudar os diferentes usos da linguagem nos processos de mudança social, pois os discursos constroem e constituem diferentes relações sociais, que, por sua vez, posicionam os sujeitos de diferentes modos (Pérez, 2012, p. 115).

Tenho utilizado dessa teorização na dissertação porque durante a produção das narrativas, notei como os discursos são hegemônicos e ideológicos, e se naturalizam no decorrer do tempo, e ao realizar as entrevistas percebi, de maneira escura, que diversas relações de poder se constituíam e se (re)afirmavam naquelas histórias. Porque toda vez que falo e narro algo, essas minhas falas são interseccionadas por relações de poder (Wodak, 2004), que estão no acordar e respirar de nossos dias, devido ao poder que a dominação exerce quando estrutura os discursos. Discursos esses, que podem ser entendidos de duas maneiras, mais especificamente, entendidos entre a relação de dois tipos: discursos e práticas sociais.

O discurso em si [como] prática social, discurso como uma forma de ação, como algo que as pessoas fazem para, ou com, as outras. E também há o discurso no sentido foucaultiano, discurso como uma forma de representar a(s) prática(s) social(ais), como uma forma de conhecimento, como as coisas que as pessoas falam sobre a(s) prática(s) social(is) (Van Leeuwen, 1993a apud Wodak, 2004, p. 133).

E, também, o discurso pode ser compreendido pelo seu papel ideológico e/ou pelo seu poder e/ou como a relação entre texto, prática discursiva e prática social. Segundo Pérez (2012) essa intersecção causa três efeitos consecutivos: a primeira contribui para a formação de identidades sociais; a segunda contribui para as relações sociais entre as pessoas, e por último contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças.

Ou seja, a Análise Crítica do Discurso deve estar interessada no discurso como instrumento de poder e controle, e como instrumento de construção social da realidade. Mas essa prática social ao qual interpretamos o discurso, não é uma prática, apenas de representação do mundo, mas de “significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (Souza; Costa, 2017, p. 122). Assim, cada discurso que foi externalizado nas entrevistas é cultural e historicamente “produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e[m] que as estruturas que são legitimadas, dominadas, condicionadas e naturalizadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, e possibilidades de resistências às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais” (Wodak, 2004, p. 226). Ou seja, os discursos podem ser e estão sendo interpretados, como formas e estratégias que estabelecem e sustentam as relações de dominação.

Para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. Isso explica por que a [Análise Crítica do Discurso] com frequência adota a perspectiva dos que sofrem, e analisa criticamente a linguagem daqueles que estão no poder, que são responsáveis pela existência de

desigualdades, e que também dispõem dos meios e oportunidades para melhorar as condições gerais (Wodak, 2004, p. 236).

Quero, com o conceito de Interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2015; Crenshaw, 2002) e a Análise Crítica do Discurso (Resende, 2020; Wodak, 2004), assumir uma posição política explícita e bem definida no ambiente acadêmico, no qual falo, mas para além dele. A ACD é para além de uma teorização que estou utilizando, é uma maneira de produzir uma pesquisa de Mestrado que se comprometa a se posicionar politicamente e criticamente nessa sociedade em que vivo. Quero que os leitores discutam seus posicionamentos e discursos, por meio dessa dissertação, quando pensarem em/nas metanarrativas de professoras negras de Matemática. Ou seja, não como recipientes passivos quando atravessarem esses textos.

A seguir, me encaminho em direção à finalização. Apresento algumas conclusões, se é que de fato concluímos algo, do que tenho tentado apresentar até o momento, no curso de Mestrado. Ou seja, apresento um caminhar que precisa de experiências outras para “finalizar”.

Uma conclusão que está longe do fim...

Faz um tempo que tenho pensado e que estou tentando “finalizar” esse texto com cara de conclusão, esta que determina o fim do Mestrado e não o meu envolvimento com essa temática. Acho que mesmo antes da qualificação tenho ficado meio apegada a essa pesquisa achando que quando terminada, será o fim. Pronto, acabou, não tem mais nada a ser feito depois disso! Como se eu não tivesse mais nada a contribuir com essa área. Eu não poderia estar mais errada, ando pensando que foi muito boa essa minha sensação de (auto)sabotagem não ter me pego dessa vez. Pois, acredito que se isso tivesse me ocorrido estaria pedindo prorrogação e não pensando em cursar o Doutorado. É importante apresentar a dualidade que existe quando se opta por cursar um Mestrado e/ou Doutorado, ou seja, decidir cursar uma Pós-Graduação não é tudo um mar de rosas, em que você pesquisa sobre o que gosta, se tem sorte ou se é ingênua de acreditar nessa fantasia, e devido a essa “sorte” todos os sentimentos ditos negativos vão embora. Por esse motivo, e por conta dos processos de ressignificações que vivi nesse período, deixarei a dualidade antes/depois da qualificação nesse texto porque acredito que o olhar diz muita coisa, mas as palavras também. Então, antes da qualificação eu estava, e não posso ser ingênua de acreditar que eles desapareceriam em alguns meses, com esses sentimentos e com essas angústias que se mostram importantes no meu processo de me tornar uma pesquisadora:

*E o que é um
mar de rosas
desde que
saímos do
útero de
nossa mãe?!*

*Isso não
existe,
Thays!!! Tá
todo mundo
mal, confia!*

Faz um tempo que estou tentando “finalizar” esse texto para, finalmente, ser avaliado na qualificação, mas o medo e a insegurança, mais uma vez, tomaram conta e tenho a sensação de não ter um bom trabalho para enfrentar essa etapa. Já me questionei se devo pedir à Vanessa e a Dani uma prorrogação no Mestrado, mas venho me fazendo de forte e tentando me convencer de que darei conta, e o que apresento até aqui é o suficiente, que é o que dei conta de produzir até o momento, mesmo que em alguns momentos eu acredite que não. Deveria ter feito mais artigos? Será que estou entendendo mesmo o conceito de Interseccionalidade? Será que a minha escrita está muito militante ou o papel das escrevivências são e estão aí para incomodar mesmo? A Análise Crítica do Discurso, pode mesmo me ajudar? São algumas das questões que tem rondado a minha cabeça nessa reta final do curso, nessa etapa da qualificação e para além dela, sejamos francas!

Mas não terei essa resposta enquanto não acontecer a qualificação e assim, me desprender dessas angústias que têm me atormentado e me impossibilitado de dormir à noite, se é que conseguirei fazer isso. Tenho pensado que a dissertação tem sido um processo de tortura em alguns momentos, terapêutico (uma terapia de choque), para essa pesquisadora angustiada e insegura. Espero que ao final, depois de qualificar, eu consiga confiar mais em mim e na minha escrita. Não imaginam o quão difícil é escrever sobre temáticas que perpassam o meu corpo, já me questionei se os textos são de cunho muito pessoal, e se

sim, como analisar as narrativas sem ficar com raiva e chorosa pelas experiências que experienciamos mesmo em contextos distintos e diferentes? Em algum momento consigo fazer esse distanciamento? Acho que não consigo, na verdade não quero! Bom, espero que essa etapa me ajude a escurecer algumas dessas demandas do meu caminhar que não tenho conseguido sozinha...

Não posso dizer que todas essas angústias foram embora como num passe de mágica ou depois de três/quatro horas de qualificação, não posso me iludir a esse ponto. O que posso fazer e dizer é como tem sido esse processo de finalização que para mim, é mais uma vírgula do que um ponto final, pois muito ainda pode ser produzido e problematizado, se não nesse texto, em trabalhos futuros. Então, a partir daqui começarei a tecer considerações e explanações que são importantes para essa minha dissertação em caráter de conclusão. Importantes ao ponto de me fazer desprender dessa produção, para enfim começar a pensar no futuro.

Ao longo dessa dissertação, ainda no processo de produção das narrativas, pensei que seria muito fácil traçar compreensões sobre a Matemática nessa pesquisa, pensei e almejava que Matemática fosse um marcador nas histórias das professoras assim como foi na minha. Esperava que a Matemática tivesse, de alguma forma, interferido no seu processo de se descobrir negra e no (auto)conhecimento de sua negritude. Esperava que a escolha do curso se relacionasse com esse processo. Mas, isso não aconteceu... Não quero que pensem que estou frustrada com a pesquisa desenvolvida aqui, mas almejo que tenham consciência que esse processo é regado por expectativas, e tudo bem, que por vezes podem ser frustradas e o que nos resta é questionar: o que posso produzir com o que tenho agora?

Quando me questionam: Thays, por que escolheu o curso de Matemática? De pronto te responderei que por muito tempo, durante o meu processo de formação, a Matemática foi uma das únicas “aliadas”, se não a única, que tive para que o racismo não me acometesse mais no espaço escolar, e para além dele. Tenho consciência do que tive que abrir mão para que essa “aliada” se fizesse presente e cumprisse o seu papel. Mas, quando questionei as entrevistadas, elas me disseram:

Eu sempre gostei muito de Matemática... Quando eu estava, eu acho na 5ª série, teve um dia que eu me debrucei sobre a mesa e, a minha professora de Matemática veio, colocou a mão em mim, e eu estava quente, com febre. Ela ligou para minha mãe, ou alguma coisa assim, e meus pais vieram me buscar... Eu sempre relaciono a Matemática com uma questão afetiva com a professora... Mas assim, eu fui fazer Matemática por quê? Porque eu gostava de Matemática e porque, alguém falou para mim: “Aaaah! Por que você não faz?!”. (fala da Carla)

Eu sempre gostei de Matemática... Eu sempre tive facilidade com a Matemática, na hora de fazer o vestibular pensei: “Ahm, tem Matemática. Matemática eu gosto...”, eu sempre fui da área de exatas “... Engenharia. Engenharia tem Matemática, mas está muito concorrido, não vou conseguir...”. Tinha Contabilidade, mas tinha que ir para outra cidade... Então, sobrou Matemática, primeiramente por achar que eu ia dar conta do

curso...Uma ilusão! É um curso que tem baixa procura, a concorrência é baixa, então é esse que eu vou! Foi um curso que deu para passar, foi um curso que eu gosto... (fala da Carolina)

Eu não sabia o que eu ia fazer, se você falar assim: “Por que Matemática?”... Eu tinha facilidade com a Matemática, mas não era aquela excepcional. Eu sempre estudei muito... (fala da Dandara)

Todos os meus professores de Matemática foram muito bons, muito duros, mas eram bons em incentivar a gente a entender de alguma forma a disciplina. Eu sempre gostei muito da Matemática... Na minha cabeça eu iria mudar para Engenharia Civil, eu estava certa. Não queria fazer Matemática, ser professora? Não, de jeito nenhum! Eu pensava que ia sair do curso de Engenharia ganhando milhões, via meus professores engenheiros tudo com carrão e como professora eu não iria conseguir. E, eu falava: “Não, não quero isso para mim! Eu quero Engenharia...” (fala da Marielle)

Em suas narrativas diversas outras singularidades a fizeram escolher o curso de Matemática, sendo ele Bacharelado ou Licenciatura. Percebe-se que a questão de raça não as interseccionou na escolha da atuação profissional, mas a afetividade, a facilidade, a classe como um forte marcador nessa escolha, a admiração que sentia pelos professores, dentre outros... São marcadores outros que as influenciaram na Graduação, para além da raça mesmo que ela apareça interseccionada em segundo plano nesses excertos.

O que apresentei como hipótese, no início da pesquisa, não aconteceu e me questionei como seguiria com essa pesquisa, então para me ajudar nas minhas angústias falarei um pouco sobre como tenho pensado a Matemática, até para que eu consiga traçar algumas compreensões sobre esse processo, e em qual perspectiva ela foi utilizada nessa dissertação, a Matemática dita elitizada. Quando menciono a palavra elite/elitizada, antes preciso dizer em que sentido tenho pensado esse termo. Financeiro? Intelectual? Abordar a Matemática nessa perspectiva não seria reforçar um erro? Não seria contribuir com a manutenção desse *status*? Questões como essas têm perambulado pela minha cabeça, mas é fundamental explicar que essa área é conhecida e valorizada pelo seu *status* como elite intelectual que a cerca. Ou melhor dizendo, a Matemática é valorizada intelectualmente por determinados grupos que acreditam fazer parte de uma elite por ser “bom”, em reproduzir procedimentos, em Matemática.

O Emicida¹⁵ fala que não gosta de usar o termo elite, porque para ele o mais correto é utilizar burguesia, pois elite significa o que uma categoria tem de melhor em relação a outra. E em sua maioria o que hierarquiza essas categorias é o dinheiro. Na sociedade em que vivemos a diferença entre a hierarquia das pessoas vai além do dinheiro, raça, gênero, religião, território, são alguns marcadores que hierarquizam sujeitos nessa sociedade burguesa em que dinheiro é

¹⁵ Conhecido pelo seu nome artístico Leandro Roque de Oliveira, o Emicida, é um rapper, cantor, compositor e apresentador brasileiro. Durante uma aparição no canal GNT, Emicida fala frente aos convidados o que tem entendido pelo termo elite, e além disso tras uma explanação da realidade social em que viveu, a periferia. Link de acesso: <https://youtu.be/pd7554VQUQs?si=jHQ5miUuF8q9VcpD>.

a primazia da opressão e da segregação. Concordo com ele, mas para traçar aqui minhas ideias, preciso de sua definição propriamente dita de elite, para poder pensar e problematizar a Matemática como dita uma elite intelectual. Mesmo em conforme com Emicida, não poderei pensar a Matemática como uma burguesia, pois esse conceito está fortemente relacionado às questões de classes econômicas e marxistas da sociedade em que vivemos. E, não é nessa perspectiva que pretendo problematizar.

Quando falo de elite a entendo como algo bem valorizado e de melhor qualidade, uma minoria que detém o prestígio e o domínio sobre determinado conhecimento. E de acordo com o que tenho entendido esse termo, faz sentido tratar e pensar a Matemática como um campo que é dito elitizado, elitizado intelectualmente. Não estou dizendo que acredito que saber a Matemática (com letra maiúscula) é de melhor qualidade, o que digo é que grupos têm se apropriado dessa “qualidade” para se sentirem superiores intelectualmente em comparação com outras áreas. Pois, as pessoas que apresentam habilidades com os números se acham pertencentes a um grupo seletivo que se destacam em: Álgebra, Cálculo, Análise, Probabilidade, Equação Diferencial Ordinária (EDO), Geometria, Lógica...; características que julgam especiais e que diferem dos demais, “a ‘Matemática’ é comumente identificada como uma ‘disciplina difícil’, ‘acessível a poucos’, que seriam dotados de um suposto ‘talento inato’” (Rosa; Giraldo, 2023, p. 9). Qual a qualidade excepcional tem saber essa Matemática? Ou seja, essas pessoas se consideram melhores por apresentarem facilidade de aprendizagem com os conceitos matemáticos. Mais que isso “leigos concebem a Matemática e a aprendizagem da Matemática como neutras e isentas de valores” (Martin, 2009, p. 297 – *tradução nossa*).

Já ouvi e presenciei diversos episódios nos corredores da escola, de professoras e professores, exercendo a influência do privilégio de ser dessa área, exercendo às vezes sem nem perceber a sua dita elite intelectual.

- Vitória, a professora de Biologia, pergunta:
 --- Professora Maria, quantos estudantes a senhora deixou de recuperação?
 Maria, professora de Matemática, responde:
 --- Comigo ficaram sete: Fernanda, João, Carlos, Mario, Lucas, Joice e Victor!
 Vitória questiona Maria:
 --- O Gustavo a senhora não deixou?! Ele não produz muito nas minhas aulas...
 Maria responde:
 --- Ele faz bastante bagunça nas minhas aulas também... Mas, ele é bom em Matemática! Diria que ele é um aluno nota 7,5...
 Vitória responde:
 --- Sério?! Então, vou dar uns pontinhos para ele não ficar de recuperação na minha matéria...

E Marielle afirma isso em sua fala, quando diz:

Muitos desistiam por causa da Matemática. Claro que outras disciplinas também reprovavam, mas você vivia um conselho de classe... Eu era secretária e ficava para fazer a ata, chegavam no conselho de classe olhavam para a cara do professor de Matemática e falavam: “E aí! Contigo aprovou ou não?”, como se ele ditasse, ele ou ela, ditassem o ritmo da reunião: “Fulano reprovou contigo, então comigo também! Mas, se reprovou com a maioria, eu vou tirar aqui e vai ficar reprovado direto!”. Era absurdo, mas enfim... (fala da Marielle)

Ser da área da Matemática te proporciona oportunidades que não estão disponíveis para a maioria das outras disciplinas. As pessoas que são licenciadas ou têm bacharelado em Matemática são consideradas mais influentes e importantes que a maioria da população que cursa outras licenciaturas e/ou bacharelado. Quando a professora de Biologia muda a nota do aluno porque ele é bom em Matemática (re)afirma o poder que esse campo tem e, por consequência a dita elite intelectual que ele opera. Pensar na Matemática como uma elite intelectual é denunciar um grupo que se põe, ou melhor, se impõe como uma elite intelectual. Ser uma aluna boa em Matemática proporciona pertencimento; ser professora de Matemática nas escolas de ensino básico é poder; e ser professora universitária de Matemática está acima, te torna uma “gênia”. Ou seja, segundo Rosa e Giraldo (2023) uma ciência exata, pronta e acabada que estabelece diferenciações no sentido de hierarquização.

O que tenho pretendido é fazer com que a Matemática seja considerada, seja vista, e seja problematizada como um marcador social da diferença, pois as sujeitas que interseccionam a Matemática nas suas encruzilhadas identitárias podem vir a ter outras experiências e privilégios que sem essa área não teriam. Não quero provocar a manutenção dessa área, mas informar que determinadas pessoas vão em busca da Matemática pelo simples fato dela ser considerada uma elite intelectual. Quem cursa Matemática faz parte de um grupo social que é dito privilegiado, pelo menos para os que estão no meio da educação, que se diferenciam dos/das demais. A Matemática é dita uma classe elitizada intelectualmente, por grupos que (im)põe esse *status* como norma.

Segundo Martin (2009) a Matemática é a única disciplina identificada pelo público, em geral, que exige mais “inteligência”, tendo uma estrutura do conhecimento hierárquica e capaz de distinguir “aqueles [e aquelas] que são considerados [e consideradas] intelectualmente ‘talentosos [e talentosas]’ daqueles [e daquelas] que não são” (Martin, 2009, p. 307 – *tradução nossa*). Mas, além de classificar, a Matemática também é reconhecida pelo seu poder econômico, tecnológico, militar e global (Martin, 2009), e devido a isso a Matemática tem sido chamada de “rainha das ciências” (Martin, 2009, p. 307 – *tradução nossa*).

A Matemática não tem preferências sociais. Acontece apenas que certos setores da população, nomeadamente brancos, homens e membros da classe média, estão intrinsecamente mais bem equipados para as exigências do estudo matemático. Seus estilos cognitivos incorporam as propriedades descritas como valores matemáticos.

Além disso, de acordo com esta perspectiva, isto é apoiado por evidências históricas, uma vez que praticamente todos os grandes matemáticos pertenceram a este grupo (E. T. Bell, 1951, p. 260 apud Martin, 2009, p. 307-308 – *tradução mossá*).

O exemplo do diálogo que apresento corrobora com/a ideia de que a Matemática é um campo dito elitizado intelectualmente. O que apresento aqui é que ser professor ou professora de Matemática é fazer parte e afirmar, às vezes sem perceber, propagar a dominação dita intelectual dessa área. O fato dela ser conhecida como a rainha, a realeza, a soberana, faz com que profissionais desse campo experienciem a Licenciatura/Bacharelado de maneira adversa dos demais professores e professoras de outras áreas.

A matemática é socialmente reconhecida hoje como a ciência da lógica, da exatidão e da certeza por excelência. O conhecimento matemático seria, então, caracterizado pela perfeição da estrutura e pela correção dos resultados. Tal visão é comum tanto entre matemáticos e pessoas que usam diretamente a matemática em suas atividades profissionais, como entre aqueles para quem a matemática é apenas uma ferramenta útil (e mais ou menos acessível) para atividades práticas (Giraldo; Roque, 2021, p. 2 apud Rosa; Giraldo, 2023, p. 4).

A cosmovisão dita neutra e isenta de valores da Matemática, desempenham o papel de manutenção de hierarquias e privilégios. O que apresento na dissertação é a matemática como um caminho, é o uso de uma outra matemática na qual não faz sentido falar dessa suposta neutralidade que se mostra avessa às questões como raça, gênero, classe e desigualdade. Uma matemática que esteja aberta a esses diálogos interseccionais. Mas, com que Matemática ou matemática(s) tenho trabalhado na dissertação?

Estou trabalhando com matemática(s) que não caracterizam e nem segregam corpos, matemática(se) que se colocam frente a discutir questões e demandas que são emergentes na nossa sociedade, matemáticas(s) que esteja aberta para os diálogos sem a naturalização da neutralidade.

É importante fazer essa diferenciação entre *Matemática* (com letra maiúscula) representa a organização lógica (Rosa; Giraldo, 2023), a rainha das ciências, apoiada na sua dita neutralidade. A Matemática que é utilizada para segregar e oprimir aqueles e aqueles que fogem das habilidades que eles ditam serem as certas para esse campo. Em contrapartida *matemática(s)* (com letra minúscula e no plural), representa a invenção de caminhos outros, a construção do conhecimento que não está pronto e acabado, matemática(s) que estão preocupadas com a história e a cultura que a cerca.

A Matemática identificada com letra maiúscula é aquela considerada como soberana, a Matemática Ocidental, legitimada como Matemática científica, a qual é estruturalmente demonstrável e axiomática. [...] À posição de uma Matemática historicamente eurocêntrica, de referência branca, masculina, cis-heteronormativa. Apresentamos, em contrapartida, a (re)invenção, a imaginação, a revelação, o sonho

de não só uma, mas de matemáticas (no plural) possíveis de seres (des)ordenadas e (re)inventadas (Rosa; Giraldo, 2023, p. 3)

Ainda,

A palavra “matemática”, no singular, é frequentemente associada a um corpo único de conhecimento imutável, evolutivo e constituído a partir de produções científicas de matemáticos pesquisadores. A opção pelo termo “matemática(s)”, no plural, demarca um posicionamento político que se opõe a essa história única – eurocêntrica – de conhecimento, indicando nosso reconhecimento do dinamismo e da diversidade dos processos históricos e sociais que atravessam a produção de saberes matemáticos (Matos; Giraldo, 2021, p. 878-879 apud Rosa; Giraldo, 2023, p. 14).

O uso dos parêntese evidencia a dualidade carregada de tensão que mostra a imposição únicas e a (re)existências plurais e diversas. Então, ao optar por esse termo expressa a minha posição política de luta e resistência. Essa distinção não significa em termos de maior e/ou menos, mas distinguir em relação a espécie e categoria (Rosa; Giraldo, 2023). Essa distinção também está relacionada à relação de poder determinada ao longo do tempo, pela valorização do pensamento estrutural que serve para “quantificar, calcular, medir e resolver problemas” (Rosa; Giraldo, 2023, p. 3).

O que procuro nessa dissertação é utilizar de matemática(s), para um criar e criar novamente, (re) criar e (re)inventar (Rosa; Giraldo, 2023) processos de vida. Por isso não posso deixar de pensar em uma educação matemática que não se veja ausente das demandas políticas, sociais e culturais que a travessa e nos atravessa. Uma educação matemática que apresenta perspectivas problematizadoras, que esteja em prol das diferenças sem exclusão.

E, após essa discussão me veio uma questão do início dessa dissertação: o que Feminismo Negro e Racismo tem a ver com a Matemática? E para responder essa questão preciso te questionar: de que Matemática você está falando? Se estiver pensando na Matemática (com letra maiúscula), muitos dirão que ela nada se relaciona, e concordo com a maioria, pois ela está muito bem amparada por sua “neutralidade”. Mas, se pensou em matemática(s) (com letra minúscula e no plural) vai perceber que muito se relaciona, pois essas outras matemática(s) estão preocupadas em discutir e problematizar discursos hegemônicos que precedem a nossa sociedade.

Pensando em discutir a propagação desses discursos hegemônicos o objetivo proposto na dissertação é: analisar a trajetória de formações de professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, e dessa forma compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais nos processos de formação dessas docentes. Concluo que as questões raciais e sociais não apareceram, fortemente, no decorrer das narrativas enquanto elas experienciavam o processo de contar sobre

as suas trajetórias de formação. Que era um desejo inicial meu, mas em contrapartida os atravessamentos de questões raciais e sociais afetam de maneira bem explícita o seu processo profissional e o seu processo como mulher, esse descobrir-se e afirmar-se mulher. Ou seja, essas questões aparecem nesses processos de formação, quando falo em tornar-se mulher e no profissional, e não explicitado nos processos de formações, etapas escolares, como eu almejava e esperava.

Para mim a questão da carreira é muito importante... Porque para mim, ter uma carreira, ter a minha profissão, ter o meu dinheiro, não existe a possibilidade de não ter. Porque é uma liberdade para a mulher nesse sentido... (fala da Carla)

Quando você, pobre, precisa mudar sua vida, você acredita que ela vai mudar por meio da Educação. Eu acredito nisso, que a gente muda a nossa vida por meio da Educação, mas ao mesmo tempo você acha que vai mudar, tem aquela crença, de que são só alguns cursos que vão fazer você chegar em determinado objetivo ou ter determinado salário... (fala da Marielle)

Ao me colocar nesse processo de análise do que construí nessa dissertação, acredito que o “ignorar” das questões raciais nas narrativas das entrevistadas está fortemente entrelaçado ao processo de silenciamento, apagamento e aceitação desses preconceitos no decorrer de suas experiências. Além disso, talvez, uma falta de Letramento Racial para perceber os preconceitos na época fez com que elas acabassem não percebendo, e por consequência, se perdendo em meio as suas experiências e vivências. As entrevistadas falaram explicitamente, em alguns momentos, sobre não perceberem ou não acharem que determinadas situações não se enquadravam como racismo. Temos que levar em consideração a contemporaneidade, o cenário em que vivemos atualmente que nos possibilita pensar, discutir e problematizar diversas situações raciais que vivemos. Dito isso, acredito que a ausência do marcador raça interseccionado com a Matemática no processo de formação dessas professoras, não se fez tão presente devido aos tabus e a falta de diálogo com temáticas como essa com a área de Matemática. Ou pelo fato, de muitos levarem na brincadeira, como “piada”, diversos discursos que naturalizam, propagam e (re)afirmam o racismo em diversos espaços.

Então, pode ser pela cor, pode ser... Por isso que eu falo que é bem velado mesmo, não posso dizer eu fui ou eu tive... Pode ser que foi uma forma de preconceito, de racismo que não foi tão explícito! Na minha época, não tinha essas questões claras. O racismo, para a gente era tudo brincadeira. Posso até ter sofrido sem perceber, sabia?! Achando que era uma brincadeira, também! (fala da Carolina)

Eu não sei se foi racismo! Porque o professor era preto... Pode ser, mas assim, eu fui buscar um giz que eu tinha esquecido e, ele estava esperando a moça que entrega. Porque fica sempre uma moça para entregar, e ele disse: “Você poderia me passar o controle?”, e eu disse: “Mas, não sou eu de dou, é a moça que deve ter saído...” e, ele falou: “Aaaaah! Então, você é a minha colega de trabalho?”, e eu respondi que sim. Mas, eu acho que não, porque ele logo se consertou... (fala da Dandara)

Faziam piada e estava tudo bem, não era considerado racismo nem nada. Então, algumas piadas eram de cunho racista, mas para o pessoal estava tudo bem! (fala da Marielle)

Ao me colocar nesse processo de escuta das histórias de vida e depois de muito pensar sobre percebi que questões raciais não são discutidas dentro da Matemática, dita neutra e que se orgulha de ser chamada de rainha das ciências, porque está mais preocupado com o seu marcador dito de elite intelectual, preocupado com esse status, que não percebe a violência que gera ao propagar esse silenciamento. Percebi que os cursos de Licenciatura em Matemática não discutem essas questões por estarem fortemente atrelado à Matemática exata e imutável (Rosa; Giraldo, 2023). Ao ouvir essa professoras eu me constituo como uma sujeita preocupada em problematizar as situações que são impostas a nós mulheres, em especial mulheres negras, dentro de um campo que é predominantemente branco e masculino.

E quando penso na minha questão de pesquisa: de que formas os marcadores sociais se interseccionam (re)produzindo múltiplas e simultâneas desigualdades nos processos de formação de professoras negras que atuam como formadoras em cursos de Licenciatura em Matemática? Percebo que não foram “de que formas”, não foram várias, foi de uma forma apenas, a forma estrutural. Foi devido a essa estrutura que fizeram com que as entrevistadas não percebessem os racismos acometidos a elas durante seus processos de formação. Somos inseridas no sistema e não percebemos isso, defendemos e reforçamos a elite, não porque queremos e sim, porque fomos ensinados a operar assim. Não percebemos o racismo constante em nossas vidas, devido a condição estrutural em que nossa sociedade foi construída.

E assim como diz Emicida em sua música AmarElo, presenciei como essas mulheres falaram e narraram para além de suas cicatrizes.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
 É roubar o pouco de bom que eu vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir

Ouvir outras vozes narrando histórias próximas das minhas, me fez escapar e ao mesmo tempo odiar, mesmo que esse sentimento reafirme a lógica estruturada e engessada desse mundo, mais um pouco esse mundo que com o passar do tempo não tem melhorado. Trabalhar

com professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática me fez perceber que a universidade tem um padrão de corpo, e que o corpo negro não faz parte dessa universalidade que é propagada nesse espaço. Mas como ocupar esses espaços se não nos vemos lá? A partir do momento em que as mulheres negras passam a se sentir pertencentes e ao mesmo tempo subverter ambientes sociais e de poder em que estão tentando ser inseridas, é que o processo de inclusão e pertencimento acontece. O que, segundo Crenshaw (2002, p. 03), “muitas vezes, a raça ou formas correlatas de subordinação contribui para aumentar a probabilidade de que certas mulheres, ao invés de outras, estejam sujeitas a tais abusos”.

Pois o conceito de Interseccionalidade me proporcionou revelar como os grupos sociais são afetados de maneiras particulares, revelando opressões de inequidade que caracterizam o nosso contexto (Oliveira; Bezerra, 2021).

A interseccionalidade é, ademais, uma forma de entender e de analisar a complexidade do mundo nas pessoas e nas experiências humanas, visto que os eventos e características das condições sociais e da vida política e pessoal raramente podem ser compreendidos a partir de um único fator, sendo geralmente moldados por muitos fatores de maneiras diversas e mutuamente determinantes, tais como raça, gênero, e classe (COLLINS; BILGE, 2016). Discussões interseccionais, como práticas analíticas politicamente comprometidas e localizadas nos âmbitos social, cultural, econômico e histórico, viabilizam olhares mais atentos para que se compreenda as complexidades que perpassam as relações pessoais e sociais na contemporaneidade (Oliveira; Bezerra, 2021, p. 12).

Opto por entrevistas de histórias de vida, pois por meio delas consigo, ou pelo menos tento, compreender como elas construíram as suas identidades a partir de referências de gênero e raça, tendo como pano de fundo os cenários dos acontecimentos da sociedade brasileira. As entrevistas são um lugar de escuta, em que eu me proponho estar. Minha intenção nunca foi ‘dar voz’ – expressão máxima da soberba acadêmica (Resende, 2020, p. 11), mas me colocar no modo de escuta e assim, ser capaz de entrar e explorar diálogos abertos.

A discussão sobre mulheres negras na ciência, na universidade, na matemática, me encanta e ao mesmo tempo me intriga, pois como bem sabem, esses lugares não nos foram apresentados durante a nossa vida escolar, logo, onde não nos vemos, fica difícil nos pensarmos. Queremos ocupar esses espaços porque eles também nos pertencem e, para que as pesquisas sobre nós sejam contadas por nossos pares, pois por muito tempo não tivemos a oportunidade de contá-las. A Matemática (com letra maiúscula) sempre foi uma matéria encantadora para mim, mas ao mesmo tempo que me amarrava em seus inúmeros conceitos, me distanciava e apagava a minha negritude, a minha identidade como mulher negra. Hoje, tenho me distanciando um pouco da Matemática dita neutra para que eu consiga me enxergar novamente. Tenho

depositado as minhas energias em questionar a falsa neutralidade que a Matemática faz questão de apoderar-se dos discursos ideológicos, e assim vai criando raízes que operam na ausência.

O que faz com que a Matemática continue em seu pedestal são os discursos hegemônicos, pois é sustentada pela exclusão de corpos marginalizados, em que determina quais pessoas são aptas para aprender e propagar esse conhecimento. Espero que a população negra subverta esse espaço que a Matemática tem, mas além disso, desejo que não haja topo e que assim, não sejamos organizados em pirâmides, tal qual a Matemática faz.

Procuro por meio da minha pesquisa, dar visibilidade às subjetividades das mulheres negras, em especial professoras negras de Matemática, aos silenciamentos e a invisibilidade forçada a elas, apesar de sempre estarem no movimento contínuo de conquistar e afirmar seus próprios espaços. Nós estamos na universidade, mas ela não nos pertence, pois foi construída por e para a branquitude. Cida Bento (2022) trata a branquitude como um pacto narcísico em que os brancos vivem sobre a manutenção dos privilégios.

A branquitude surgia como um lugar de privilégio, de poder, construído historicamente [...] a branquitude é sinônimo de opressão e dominação e que não é identidade racial. [...] branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais (Bento, 2022, p. 58-62)

Então, posso dizer que a ACD me ajuda nisso, pois

o principal objetivo da Análise Crítica do Discurso (ACD) é descrever, desconstruir, problematizar e repensar questões que geram desigualdade social em diferentes manifestações discursivas a partir de relações de poder desiguais. Tais questões, em geral, dizem respeito a relações de dominação, de opressão, de manipulação, de discriminação, e de abuso de poder. Deste modo, a ACD procura expor e problematizar as ideologias dos/as produtores/as de discursos a partir de suas práticas discursivas para, então, propor reflexões sobre e alternativas para essas desigualdades com vistas a promover mudança social (Oliveira; Bezerra, 2021, p. 10).

A presença de mulheres negras no Ensino Superior é recente e resultada de anos de invisibilidade e uma luta por visibilidade, e direito à educação. Historicamente essas mulheres não ocupavam esse espaço, por ser majoritariamente branco. E, é por meio da educação e do ensino que essa parcela da nossa sociedade pode começar a pensar em uma ascensão econômica e social para mudar o cenário atual em que vivem, e por esse motivo, é tão importante nos voltarmos para esse tema e produzir pesquisas com essas problemáticas.

Se me questionarem: o que eu quero produzir com o meu trabalho? Direi que em termos da pesquisa, seria introduzir, que ainda é bastante tímido, o conceito de Interseccionalidade no Campo da Educação Matemática, como uma potencial ferramenta de análise para as pesquisas nessa área, e assim mostrar a potência que isso pode ser. Pois, essa conceituação não está apenas

na forma como os sujeitos são constituídos, como as opressões estão operando em suas vidas. Mas, para falar que as lutas se interseccionam. Ou seja, a Interseccionalidade é uma forma de entender os sujeitos para que assim possam produzir conhecimentos novos.

Minha pesquisa de Mestrado é mais do que trazer o conceito de Interseccionalidade para a Educação Matemática como um referencial para análises, é uma maneira de sensibilizar vocês com o que estou propondo. É um expandir fronteiras por meio da escuta ativa. É compreender a humana e o humano para empoderar-se. Esse trabalho tem o caráter de denúncia dos discursos padronizados da sociedade.

Dito isso, ao produzir o artigo “Outros Olhares para a Matemática: conhecimento matemático como instrumento de proteção e abrigo” pude explicitar maneiras outras de pensar e produzir com as matemática(s). Pude narrar a minha relação entre a Matemática e a minha negritude. Com o artigo “Um ensaio para entender o conceito de Interseccionalidade” é o meu primeiro movimento para entender esse conceito que utilizo ao longo da dissertação, foi de grande ajuda para eu começar a entender de que maneira eu o utilizaria nessa produção. E, o artigo “‘Negra não serve, coloquem a Negra no seu lugar’: profissões, gênero e raça” me ajudar a entender de que maneira a raça estrutura a formação das participantes. Com esse artigo, pude compreender de que maneira a nossa sociedade afirma e propaga o processo de subalternização das mulheres negras, quando elas estouram a bolha destinada a elas e começam a produzir nas fissuras e ocupar espaços que são ditos não pertencentes a elas.

Antes de finalizar essas conclusões longe do fim, quero anunciar que o que produzi nesse trabalho foi o que dei conta de produzir no tempo que me foi disponibilizado. Mas, quero deixar explícito que produções outras poderão ser produzidas no futuro como uma extensão e possibilidades de discussões outras, pois acredito na potência do que produzi e que vocês leram nesse emaranhado de palavras e citações apresentadas a vocês.

Na próxima seção apresento três artigos que compõem essa dissertação. O primeiro apresenta de que maneiras outras podemos olhar para a Matemática. No segundo, trago um ensaio que me ajuda a pensar o conceito de Interseccionalidade e de que maneira será utilizada nessa pesquisa. E, no terceiro, trago algumas discussões sobre a invenção das profissões que são ditas para as mulheres negras e sobre o pertencimento quando essas mulheres ocupam lugares socialmente privilegiados.

Dessa forma, desejo que a leitura da próxima seção seja além de disparadora, que possamos indagar essas problematizações em conjunto.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade Feminismos Plurais**. Djamilia Ribeiro (Org.). São Paulo: Pólen, 2019.
- BARBOSA, João Lucas Marques. **Geometria Euclidiana Plana**. Rio de Janeiro: SBM – Coleção do Professor de Matemática, 2012.
- BARBOSA, Jonei Cerqueira. Formatos insubordinados de dissertações e teses na Educação Matemática. *In*: D'Ambrósio, Beatriz Silva; Lopes, Celi Espasandin. **Vertentes da subversão na produção científica em Educação Matemática**. Campinas: Mercado das Letras, 2015.
- bell, hooks. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida; “**Branqueamento e Branquitude no Brasil**”. *In*: Carone, Iracy & Bento, Maria Aparecida (Orgs.); **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRUNER, Jerome. A construção narrativa da realidade. Tradução Waldemar Ferreira Netto. **Critical Inquiry**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991. Disponível em: https://www.academia.edu/4598706/BRUNER_Jerome_A_constru%C3%A7%C3%A3o_narrativa_da_realidade. Acesso em: 30 de ago. 2023.
- BRUNER, Jerome. **Fabricando histórias: direito, literatura, vida**. São Paulo: Letras e Voz, 2014.
- BULLOCK, Erika C. Intersectional Analysis in Critical Mathematics Education Research: A Response to Figure Hiding. **Review of Research in Education**, v. 42, p. 122-145, 2018.
- CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- COLLING, Ana. A construção Histórica do Feminino e do Masculino. Strey, Marlene N.; Cabeda, Sonia T. Lisboa; Prehn, Denise R. **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Cap. 1, p. 13-38.
- COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. Moreno, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 06 de dez. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle--Crenshaw.pdf>. Acesso em 10. jul. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, 1241–1299, 1991.

DANIEL, Lilian Oliveira; SILVA, Carla Regina Mariano da. Uma Narrativa, uma História: um educar como “uma vida que se vive”. **Revista da História da Educação Matemática – HISTEMAT**. v. 7, p. 1-16, 2021.

GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. **Ciência & Educação**, Bauru-SP, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/H5hSMRYMyjhYtBxqnMVZVJH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: Rios, Flavia; Lima, Márcia. (Orgs.). 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

JACOUB, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: Teodoro, Mário (org.). *As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília, IPEA, 2008.

JØRGENSEN, Kenneth Mølbjerg. Storytelling, space and power: An Arendtian account of subjectivity in organizations. **Organization (London, England)**, v. 29, n. 1, p. 51–66, 2022.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução: Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LEMOS, José Maione Silva. **Mulher Negra na Docência da Matemática: Uma análise das produções dos ENEMs XII e XIII da Sociedade Brasileira de Matemática – SBEM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática - Licenciatura) – Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2022.

LIMA, Telma Cristiane de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Kátalysis**. Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/>. Acesso em: 01 de out. 2023.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. **D. E. L. T. A.**, v. 21, p. 05-09, 2005.

MAGENTA, Matheus; BARRUCHO, Luis. Protestos por George Floyd: em seis áreas, a desigualdade racial no Brasil e nos EUA. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52916100>. Acesso em: 24 de set. 2023.

MARTIN, Danny Bernard. Researching Race in Mathematics Education. **Teachers College Record**, v. 111, n. 2, p. 295-338, 2009.

MATOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade, História Oral. **Revista da associação Brasileira de História Oral**, n. 4, jun. 2001.

MEDICINA é a graduação com menor inclusão de negros. **Virando Bixo**, 20 de nov. 2019. Disponível em: <http://www.virandobixo.com.br/NOT,0,0,1463817,medicina+e+a+graduacao+com+a+menor+inclusao+de+negros+.aspx>. Acesso em: 14 de fev. de 2024.

MENDONÇA, Heloísa. Dia da Consciência Negra: Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez. **El País-Brasil**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html. Acesso em: 06 de nov. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.

NETO, Vanessa; BORGES, Luiza; ALVES, Thays. Redes Produtivas de saber/poder: gênero e matemática sobre análise de estudantes. **RIPEM – International Journal for Research in Mathematics Education**. v. 11, n. 3, p. 173-188, 2021.

NETO, Vanessa Franco. **Quando Aprendo Matemática, Também Aprendo a Viver no Campo? Mapeando Subjetividades**. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2019.

OLIVEIRA, Tammara Thaís de Sousa; BEZERRA, Fábio Alexandre Silva. Análise Crítica interseccional do discurso multimodal de representações do trabalho e dos/as trabalhadores/as na pandemia de COVID-19 em *webcomics*. São Paulo: **The Specialist**, v. 42, n. 2, p. 1-28, 2021.

OLIVEIRA, Thays Alves de. **Narrativas (auto)biográficas da Experiência como Processos de Ressignificações de uma Licencianda em Matemática**. Monografia (Graduação em Matemática - Licenciatura) - Instituto de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4681>. Acesso em: 02 de set. 2022.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres**: construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Licenciaturas em Matemática como produção narrativa: aberturas para experiências**. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de

Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2018.

PASSEGGI, Maria Conceição. Abordagens Narrativas na Pesquisa Educacional Brasileira. **Revista Paradigma**. Venezuela, p. 57–79, jun. 2020. Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/929/827>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **CIVITAS – Revista de Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021.

PÉREZ, Leonardo Fabio Martínez. Origem da Análise de Discurso Crítica (ADC) e Principais Elementos Teóricos. São Paulo: **Editora UNESP**, p. 112-119, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo. Descolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas Latino-Americanas. **Critical Discourse Studies**, 2020.

RIBEIRO, Djamila. A Categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher. **Blog Boitempo**, São Paulo, 04 de abr. de 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>. Acesso em: 09 de fev. de 2024.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. **Professores de Matemática e a Educação Inclusiva : Análises de Memórias de Formação**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2013.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; RODRIGUES, Thiago Donda; MARCONE, Renato. Pluralidade de concepções relacionadas à inclusão-exclusão e seus reflexos na pesquisa em Educação Matemática. **Perspectivas da Educação Matemática – INMA/UFMS**, v. 11, n. 27, p. 517-530, 2018.

ROSA, Maurício; GIRALDO, Victor Augusto. Transpondo problemas: para que uma Educação Matemática de bases decoloniais e de (re)invenção “não passe em branco”. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (RIPEM)**, v. 13, n. 02, p. 1-25, 2023.

ROSA, Maurício. Teoria Queer, Números Binários e Educação Matemática: estranhando a Matemática em prol de uma *Héxis* política. **Educação Matemática em Revista – RS**. Rio grande do Sul, v. 2, n. 22, 2021, p. 70-87.

SALLIT, Mathias. Universidades com maior presença de alunos negros no Brasil, segundo o MEC. **Quero Bolsa**, 2019. Disponível em: <http://querobolsa.com.br/revista/universidades-com-maior-presenca-de-alunos-negros-no-brasil-segundo-o-mec>. Acesso em: 14 de fev. 2024.

SILVA, Ana Célia da. **Ideologia do embranquecimento**. Identidade negra e educação. Salvador-BA: Ianamá, 1989.

SILVA, Luiz Felipe de Oliveira. **Trajetórias Educacionais de Sucesso em Contextos Socialmente Desfavoráveis: Uma abordagem Interseccional com Licenciandos de Matemática**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática - Licenciatura) – Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2019.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade**. In: Nascimento, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria. (org.). Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, p. 87-101, 2007. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5>. Acesso em: 28 de set. 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. Memória e Formação de Professores. Salvador: **EDUNEB – EDIPUCRS**, p. 59-74, 2007. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186.pdf>. Acesso em: 30 de ago. 2023.

SOUZA, Antonio Escandiel de; COSTA, Aline Aparecida Cezar. Linguagem e mudança social na perspectiva da Análise Crítica do Discurso: a extensão universitária enquanto espaço de diálogo e (re)significação de saberes. Vitória da Conquista: **Estudos da Língua(gem)**, v. 15, n. 02, p. 119-129, 2017.

VALERO, Paola; KNIJNIK, Gelsa. Mathematics Education as a Matter of Policy. **Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory**. Singapore: Springer Singapore, p. 1-6, 2016. Doi: [10.1007/978-981-287-532-7_523-1](https://doi.org/10.1007/978-981-287-532-7_523-1)

VALERO, Paola. Mathematics for All, Economic Growth, and the Making of the Citizen-Worker. Popkewitz, Thomas S.; Diaz, Jennifer; Kirchgasser, Christopher. **A Political Sociology of Educational Knowledge : Studies of Exclusions and Difference**. Stockholm: eBook Collection (EBSCOhost), 2017. Cap. 8, p. 117-132.

WELDON, S. Laurel. Intersectionality. **Politics, gender, and concepts: Theory and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Cap. 09, p. 193-218.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – Um resumo de suas histórias, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 4, p. 223-243, 2004.

UM PROCESSO DE ANÁLISE INSUBORDINADO

Tantas palavras escritas desde o princípio, tantos traços, tantos sinais, tantas pinturas, tantas necessidades de explicar e entender, e ao mesmo tempo tanta dificuldade porque ainda não acabamos de explicar e ainda não conseguimos entender. (José Saramago)

Outros Olhares para a matemática: conhecimento matemático como instrumento de proteção e abrigo¹⁶

Other Views on Mathematics: Mathematical knowledge as an instrument of protection and shelter

Otras Opiniones sobre las Matemáticas: el conocimiento matemático como instrumento de protección y refugio

Thays Alves de Oliveira¹⁷

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

thays.alves@ufms.br

Vanessa Franco Neto¹⁸

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

vanessa.neto@ufms.br

Resumo

Neste trabalho apresentaremos uma discussão inicial, para as autoras, que tem surgido nos nossos espaços de formação como marcadores das nossas experiências. Um início de debate que consiste na não neutralidade da Matemática e da Educação Matemática numa perspectiva que envolve questões sociais e raciais. Dessa maneira, trazemos para discutir a relação dessas áreas com moldes que os corpos subalternos são submetidos na sociedade. De que forma a Matemática tem sido utilizada, nos mais diversos espaços? A Matemática pode ofertar um espaço acolhedor para mulheres negras? De que modos a Matemática tem sido utilizada pelos corpos subalternos? Preocupadas com essas demandas, apresentamos aqui uma breve explanação, e um possível ambiente, para discussões sobre como corpos subalternizados têm se apoiado nas matemática(s) para ocuparem diversos espaços e assim, fugir de opressões e desigualdades que os circulam. Queremos, então, neste artigo apresentar uma demanda inicial nossa, como maneira de questionar o lugar da Matemática e da Educação Matemática para além dos discursos e metanarrativas que são propagados nessas áreas, que de tanto narrado se torna a única versão quando falamos de Matemática.

Palavras-chave: Matemática. matemática(s). Poder. Ambiente Escolar. Questões Raciais e Sociais. Narrativas.

Abstract

In this work we will present an initial discussion, for the authors, that has emerged in our training spaces as markers of our experiences. A start of debate that consists of the non-neutrality of Mathematics and Mathematics Education from a perspective that involves social and racial issues. In this way, we bring to discuss the relationship of these areas with the molds that subordinate bodies are subjected to in society. How has Mathematics been used in the most diverse spaces? Can Mathematics offer a welcoming space for black women? In what ways has Mathematics been used by subordinate bodies? Concerned with these demands, we present here a brief explanation, and a possible environment, for discussions about how subordinated bodies have relied on mathematics to occupy different spaces and thus, escape oppression and inequalities that surround them. Therefore, in this article we want to present an initial demand of ours, as a way of questioning the place of Mathematics and Mathematics Education beyond the discourses and metanarratives that are propagated in these areas, which after so much narration becomes the only version when we talk about Mathematics.

¹⁶ Artigo submetido e aprovado para apresentação na seção Poster na Conferência MES12 Brazil – Mathematics Educations and Society. E foi ampliado e será submetido no periódico PROMETEICA – Revista de Filosofia y Ciencias.

¹⁷ Mestranda em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior. Membro do grupo de pesquisa NIEMS – Núcleo de Investigação em Educação Matemática e Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3744-6324>

¹⁸ Doutora em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do grupo de pesquisa NIEMS – Núcleo de Investigação em Educação Matemática e Sociedade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2129-8040>

Keywords: Mathematics. mathematics(s). Power. School Environment. Racial and Social Issues. Narratives.

Resumen

En este trabajo presentaremos una discusión inicial, para los autores, que ha surgido en nuestros espacios de formación como marcadores de nuestras experiencias. Un inicio de debate que consiste en la no neutralidad de la Matemática y la Educación Matemática desde una perspectiva que involucra cuestiones sociales y raciales. De esta manera, traemos a discutir la relación de estas áreas con los moldes a los que están sometidos los cuerpos subordinados en la sociedad. ¿Cómo se han utilizado las Matemáticas en los más diversos espacios? ¿Pueden las matemáticas ofrecer un espacio acogedor para las mujeres negras? ¿De qué maneras han sido utilizadas las Matemáticas por los organismos subordinados? Preocupados por estas demandas, presentamos aquí una breve explicación y un posible entorno para las discusiones sobre cómo los cuerpos subordinados han dependido de las matemáticas para ocupar diferentes espacios y así escapar de la opresión y las desigualdades que los rodean. Por eso, en este artículo queremos presentar una demanda inicial nuestra, como una forma de cuestionar el lugar de la Matemática y la Educación Matemática más allá de los discursos y metanarrativas que se propagan en estos ámbitos, que después de tanta narración se convierte en la única versión cuando hablar de Matemáticas.

Palabras clave: Matemáticas. matemáticas(s). Fuerza. Ambiente Escolar. Cuestiones Raciales y Sociales. Narrativas.

Indicações Iniciais

Neste trabalho vamos apresentar uma discussão inicial baseada na narrativa de vida de uma das autoras, a Thays, e uma fala experienciada pela Vanessa. Nossa intenção aqui não é apresentar uma metodologia de pesquisa, ou até mesmo, um referencial teórico, mas apresentar uma conversa inicial entre as autoras e com possibilidade de afetar diversas pesquisadoras, que nos ajudaram e nos ajudarão a produzir um espaço de problematização sobre algumas maneiras possíveis de abordar ou praticar a matemática, provavelmente por caminhos pouco usuais.

Dito isso, precisamos começar a problematizar: de que Matemática estamos falando nesse trabalho? Achemos importante dizer que trabalharemos com a dualidade entre a Matemática (com letra maiúscula) e as matemática(s) (com letra minúscula e no plural). Quando nos referimos a Matemática, a entendemos como uma ciência mostra e reafirma suas conquistas desde a civilização ocidental moderna, sustentada por metanarrativas que idealizam a Europa, desqualificando a diversidade de outras culturas pois não apresentam adequadamente a estrutura padrão. A Matemática, segundo Rosa e Giraldo (2023), como a soberana, pautada na relação de poder (im)posta no decorrer dos tempos. Ou seja, “à posição de uma Matemática historicamente eurocêntrica, de referência branca, masculina, cis-heteronormativa” (Rosa; Giraldo, 2023, p. 3). Uma Matemática exata, pronta e acabada.

Em contrapartida, as matemática(s) são os processos de construção do conhecimento, preocupadas e mobilizadas pelas práticas culturais e histórias do desenvolvimento da sociedade. Segundo Rosa e Giraldo (2023), matemática(s) são a (re)invenção possíveis de serem (des)ordenadas e (re)inventadas. E optamos por utilizar os parênteses para evidenciar a imposição de conhecimentos únicos e a (re)existência de conhecimentos plurais.

A palavra “Matemática”, no singular, é frequentemente associada a um corpo único de conhecimento imutável, evolutivo e constituído a partir de produções científicas de matemáticos pesquisadores. A opção pelo termo “matemática(s)”, no plural, demarca um posicionamento político que se opõe a essa história única – e eurocêntrica – de conhecimento, indicando nosso reconhecimento do dinamismo e da diversidade dos processos históricos e sociais que atravessam a produção de saberes matemáticos (Rosa; Giraldo, 2023, p. 14).

A Matemática (com letra maiúscula) é a imposição de autoridade de uma cultura sobre as outras, e as matemática(s) (com letra minúscula e no plural) são visibilização dos povos, culturas e saberes que são considerados subalternizados. São matemática(s) que se posicionam, que são resistências e são transgressões do que estão postos e impostos na sociedade. E são com essas matemática(s) que trabalharemos nesse paper, matemática(s) que estão preocupadas com os processos vivos considerando as culturas, subjetividades, desejos e afetos. Portanto, ao utilizarmos esse termo estamos (re)afirmando nossos posicionamentos de lutas e resistências.

Matemática como abrigo¹⁹

“Comecei a ir bem nas aulas de matemática, porque não queria ser visto na escola como o menino afeminado (gay). As habilidades com os conhecimentos matemáticos me possibilitaram ser visto naquele espaço para além do menino gay, e me tornei o ‘menino bom em matemática...’”²⁰

“A matemática, de certa forma, me salvou ao longo da educação básica porque ela foi o que me permitiu ser visto, né. Ser um representante... Ninguém quer passar a sua Educação Básica, a sua escola, como sendo apagado. Você quer ser lembrado de certa forma, você quer ser visto, você quer ser reconhecido por alguma coisa...”²¹

Ao me deparar com essas falas, percebi como a minha Educação Básica foi pautada e direcionada por ter uma certa “facilidade” com a Matemática. E por isso, posso dizer que conheço esse lugar que a Matemática ocupa na sociedade, pois as vivi na pele. Formada em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, escolhi na monografia narrar episódios (auto)biográficos sobre as experiências e vivências que tive durante a Formação Inicial. Discorrer sobre questões raciais e sociais, são batalhas que escolhi enfrentar recentemente e tem sido um caminho difícil em meio aos silenciamentos que a academia opera.

¹⁹ Escolhemos nessa seção utilizar a primeira pessoa do singular, por se tratar de uma narração de vida de uma das autoras, a Thays.

²⁰ Fala de um pós-graduando em sua defesa/qualificação, experienciada pela Vanessa.

²¹ Fala do João (Guse; Esquinca, 2022, p. 13)

Falar sobre questões raciais em um curso de graduação e em pleno século XXI, é bem mais difícil do que se imagina. Muitos estão acostumados a achar que o racismo já acabou e que é quase impossível que ele aconteça em um ambiente onde todos tem acesso à informação. Mas a realidade não é essa, na academia, ou pelo menos no meu curso [licenciatura em matemática], os diálogos com essa temática foram silenciados e quase inexistentes. [...] Falo para que as pessoas entendam que as questões sociais e raciais devem ser discutidas em todo o ambiente acadêmico, inclusive se você estiver em um curso de exatas (Oliveira, 2021, p. 58).

Durante a formação me vi em meio aos silenciamentos e exclusões que o campo da Matemática pode ofertar. Sofrer racismo na Universidade, fez com que eu entrasse em um processo de questionamentos sobre uma determinada Matemática. Será que a Matemática não tem espaço em discussões interseccionais? Será que essa neutralidade posta já está impregnada em todos que pertencem a essa área? Djamilia Ribeiro (2018) menciona que nenhuma ciência pode ser considerada neutra e que essas ideias são ficções interessadas a quem se privilegia socialmente e que tem a inclinação em (re)produzi-las por meio da ciência. De que maneiras podemos ver e interpretar essa área, Matemática, do ponto de vista dos marcadores sociais que perpassam nossas vidas sociais? Desneutralizar a Matemática tem sido um longo caminho a ser percorrido, pois esse conhecimento é tido como essencial e qualificador de condutas de modo a (re)produzir normas sociais que regulam os corpos (Valero, 2018). Segundo Guse e Esquinalha (2022) a matemática pode ser utilizada como dispositivo para manutenção de poder, além de segregar e excluir.

A matemática, enquanto considerada como conhecimento essencial para que os jovens se insiram nas sociedades contemporâneas, tem um papel fundamental nos modos de produzir e replicar práticas de inclusão e exclusão no campo social. As tecnologias de diferenciação dos corpos são também operadas por meio da matemática somadas às relações de gênero que permitem a viabilidade do sujeito, distribuindo e elaborando condutas que qualificam [*ou somos condicionados a pensar assim*]²² (Neto; Borges; Alves, 2021, p. 186).

O uso que é feito da Matemática busca incondicionalmente determinar regras com base na lógica, desencadeando uma única forma de se produzir conhecimentos, conhecimentos esses que em sua maioria nos fazem pensar que qualificam. Nunca tinha olhado para a Matemática como ferramenta prática de inclusão e exclusão de sujeitos, e muito menos, como um ‘bicho papão’ (Oliveira, 2021) como os meus colegas da Educação Básica estavam acostumados. Mas depois de experienciar a graduação, passei a olhar para ela como um campo que em diversos momentos silenciam os corpos subalternos – que são todos os corpos que vivem à margem na sociedade (Miskolci, 2009) –. E foi nesse processo de exclusão que questioneei a minha escolha profissional, pois me deparei com uma Matemática que afasta as nossas subjetividades em

²² Grifo das autoras.

busca de uma suposta, de uma suposta objetividade. A escola nunca foi um espaço acolhedor para uma menina negra e, para ter uma educação “mais leve”, tive que me apoiar nos estudos para ser notada para além da cor da minha pele e da aparência física. O ambiente escolar passou a ser um espaço de resistência, e esses “espaços sociais como as escolas não são apenas locais de reprodução. São também lugares de contestação e resistência” (Valoyes-Chávez, 2018, p. 175, *tradução nossa*²³).

A escola, segundo Guse e Esquincalha (2022, p. 02), “pode incluir e marginalizar pessoas e, conseqüentemente, corpos que escapam do padrão dominante da sociedade”, é um espaço que alimenta práticas preconceituosas na vida de pessoas que não se enquadram no padrão posto. Os grupos marginalizados têm de enfrentar cedo as ridicularizações, brincadeiras, falas que desqualificam e desumanizam determinadas comunidades e esses discursos ganham cada vez mais força em/no ambiente escolar, mas que com o passar do tempo, e não posso deixar de mencionar, que esses discursos parecem estar mudando.

É fato que a escola está estruturada sob um modelo normatizador, sempre foi e ainda é um espaço fechado, com os olhos focados numa cultura colonial, etnocêntrica, hierarquizada pautada na dominação e na exclusão. Pelo fato de, por muito tempo, ter sido considerada como espaço de ordem e disciplina a escola nunca recebeu muito bem pretos, pobres, favelados, pessoas com necessidades educacionais especiais, gays, lésbicas, entre outros tantos sujeitos que a sociedade e a escola sempre insistiram em deixar à margem dos espaços sociais e dos currículos escolares por não estarem enquadrados nos padrões deterministas da nossa sociedade conservadora (Souza; Rodrigues; Figueiredo, 2017, p. 29).

O que se pode argumentar é que a escola é incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade de corpos que ali ocupam. É importante, também, pensar a escola como uma instituição social para além de um espaço de ensino e aprendizagem, porque segundo Neto e Valero (2020):

a escola, enquanto instituição social e fonte de ação educacional desta, além de ser um local privilegiado para se avaliar, discutir e refletir as diferenças e as relações entre homens e mulheres, mostra-se também como sendo uma das principais responsáveis pela produção e reprodução das desigualdades entre eles (Neto; Valero, 2020, p. 202-203).

A escola tem sido a primeira porta de atravessamentos que corpos subalternos enfrentam, como mecanismo de aceitação. É nesse espaço que as crianças começam a perceber que o mundo é dos brancos, que o que vai ser ensinado são culturas europeias que são vistas como superiores, e o ideal a ser seguido (Ribeiro, 2019).

²³ No original: “Social spaces such as schools are not only sites of reproductions. They are also places for contestation and resistance” (Valoyes-Chávez, 2018, p. 175).

“A Educação Básica se resume a isso, há muita segregação, muita violência velada, muito silenciamento, muito constrangimento dentro do ambiente escolar!”²⁴

E dentro desses moldes a Matemática tem sido fundamental para fortalecer (n)esse processo. E ir bem nas aulas de Matemática, mas não apenas nelas, fez com que meus colegas me quisessem por perto, pois “ser a melhor aluna da turma é uma forma de responder às representações e posicionamentos pejorativos” (Valoyes-Chávez, 2018, p. 186, *tradução nossa*²⁵). Ou seja, aprender Matemática equivale tornar-se progressivamente capaz de reproduzir conhecimentos hegemônicos (Rosa; Giraldo, 2023). O ensino e a aprendizagem, em especial o da matemática, servem para sustentar hierarquias que oprimem, e em alguns momentos eles fazem com que estudantes escapem das normas, passem despercebidos, devido a proteção que esse conhecimento fornece. Ou seja, a Matemática que é ensinada nas escolas é ‘branca e masculina’ – uma ‘Matemática branca e masculina’ (Rosa; Giraldo, 2023).

Djamila Ribeiro (2018), apesar de não falar explicitamente da Matemática, narra que ser CDF²⁶ evitou que ela “fosse xingada algumas vezes, mas nunca a protegeu de verdade. Descobriu que podia fazer com que os outros alunos, que até então só riam dela, precisassem dela” (Ribeiro, 2018, p. 13). Lélia Gonzalez (2020) também narra, que a única solução que encontrou para enfrentar a discriminação racial no ambiente escolar foi ser a primeira aluna da sala, e ainda afirma “é aquela história, ‘ela é pretinha mas é inteligente’” (Gonzalez, 2020, p. 319). E nisso, a minha trajetória está de acordo com as delas, a partir do momento em que passei a ser destaque na escola e a ajudar os colegas nas aulas de Matemática, os preconceitos que antes sofria pareciam ter desaparecido devido ao “sucesso” na disciplina que era/é odiada por boa parte dos alunos. Utilizei das minhas habilidades com os saberes/conhecimentos matemáticos, como instrumento de proteção no decorrer das minhas vivências escolares, e isso hoje me faz (re)lembrar, mais que isso, aprender que instituições como a escola tem como marca a construção das nossas identidades sociais.

Problematizar a relação de amor e ódio em que a disciplina de Matemática opera não entrará em discussão nesse artigo, mas é importante salientar que essa relação contribui para qualificar corpos que terão êxito quando falamos de conhecimentos matemáticos. Pois, o que

²⁴ Fala da Ticiane (Guse; Esquinca, 2022, p. 09)

²⁵ No original: “Being the best student of her class is a way to respond to the pejorative representations and positioning” (Valoyes-Chávez, 2018, p. 186).

²⁶ Pessoa que é considerada muito inteligente.

pretendemos apresentar nesse artigo é como utilizamos o saber matemático como instrumento de proteção e abrigo, como um ato insubordinado.

A matemática é uma disciplina amada e odiada ao mesmo tempo. Amada por ser desafiadora e muito necessária. Odiada porque, ao longo dos tempos, criou-se um mito de que a mesma só seria absorvida por pessoas com genialidade e dedicação extrema. Odiada também pelo fato de que muitos dos que a transmitem tendem a dificultar o seu entendimento e manter a expectativa de que os acessos aos conhecimentos matemáticos são infinitamente complexos (Almeida; Pereira Neto; Silva Neto, 2011 apud Pereira Neto; Silva Neto; Quirino; Pereira, 2020, p.40).

A suposta genialidade e dedicação que essa disciplina exige, me fez questionar quais são os corpos que teriam essas “qualidades”. Então, percebi que para alguns ao meu redor, parecia impossível uma menina negra ir bem em uma disciplina escolar que nesse espaço que exigia abstração, formalismo, objetividade, rigor, técnica e raciocínio lógico. Ou seja, a Matemática é conhecida pelo seu discurso masculino e com isso as mulheres sempre precisam fazer mais para que sejam reconhecidas como boas em matemática (Guse; Esquincalha, 2022). Discursos esses que afirmam que homens tem mais facilidade e propensão a esse conhecimento, do que as mulheres. E muitos professores da Educação Básica pareciam não acreditar que os corpos subalternos da sociedade teriam as qualificações para ir bem nas aulas de Matemática, pois os “estudantes de minorias raciais são vistos por seus professores de matemática como carentes dos atributos e dispositivos necessários para o sucesso no aprendizado da matemática” (Valoyes-Chávez, 2017, p. 137, *tradução nossa*²⁷). Ou seja, saber Matemática também influencia na relação professor(a)/aluno(a) para além da relação entre colegas.

[...] a “matemática é produzida historicamente pela ‘inspiração isolada de gênios inatos’” e isso faz com que “seu entendimento só [...] [seja] acessível a pessoas com ‘talento inato’. Ou seja, em um ordenamento de certo e do errado, aqueles que não nascem com ‘talento matemático’ nunca serão considerados ‘bons’” em Matemática (Rosa; Giraldo, 2023, p. 8).

Entendi da pior maneira possível que raça, classe, etnia e gênero, ou seja, as identidades sociais funcionam como “indicador da natureza desigual da escola e a capacidade de antecipar quais estudantes terão sucesso na aprendizagem da matemática” (Valoyes-Chávez, 2017, p. 131, *tradução nossa*²⁸), contribuindo nos processos de construção, reafirmação e reconstrução de identidades matemáticas. A Matemática é um espaço racializado, pois ideologias raciais

²⁷ No original: “estudiantes de minorías raciales son vistos por sus maestros de matemáticas como carentes de los atributos y disposiciones necesarias para el éxito en el aprendizaje de esta disciplina” (Valoyes-Chávez, 2017, p. 137).

²⁸ No original: “indicador del carácter inequitativo de la escuela es la capacidad para anticipar cuáles estudiantes tendrán éxito en el aprendizaje de las matemáticas” (Valoyes-Chávez, 2017, p. 131).

moldam as interações dos tipos de matemática(s) que os alunos e alunas podem vir a experimentar durante os seus processos de formação. Mas por que essas identidades são necessárias? Se o ambiente escolar é para todos, por que esconder suas singularidades? E o que acontece com os corpos que desejam performar sua singularidade livremente? O que acontece com os corpos que não mostram habilidades em Matemática? Porque a Matemática é identificada como “uma ‘disciplina difícil’, ‘acessível a poucos’, que seriam dotados de um suposto ‘talento inato’” (Rosa; Giraldo, 2023, p. 9).

Nesse campo precisamos reconhecer nosso papel político em contribuir nos processos de dominação nas sociedades (Valoyes-Chávez, 2017). A Matemática contribuiu fortemente para que eu não me descobrisse negra e com o apagamento da minha negritude (Ribeiro, 2019), pois durante a escolarização fui acusada de ser negra. Estamos tão condicionados a viver em uma sociedade que performa a branquitude que crianças, que vivem em seu seio familiar ensinamentos das comunidades negras, quando experienciam o mundo padronizado fora da bolha de suas casas, no caso aqui a escola, temos como um dos mais violentos processos de racismo, que é forma violenta que somos acusados de nossa negritude, visto que ela se difere do que está posto fora de suas bolhas. E assim, como Djamila Ribeiro (2018), eu me imaginava fora das situações cotidianas para não enfrentar a realidade racista que me cercava. Esses momentos ajudavam um pouco, mesmo assim ainda permanecia o sentimento de inadequação e não pertencimento naquele espaço.

Intimamente vinculado à ideia de classificação, enquadramento, destacamos a branquitude, como percepção psicossocial patológica do “ser branco”, a partir da invenção, pelo próprio branco, da categoria “raça” como forma de hierarquização de corpos. Assim, a branquitude se baseia no estabelecimento de um padrão de “normalidade” e na desqualificação daquilo que diverge deste. [...] A branquitude, historicamente construída, não é percebida, ou assumida e, muitas vezes, “passa em branco” ou até mesmo é renegada (Rosa; Giraldo, 2023, p. 8).

Desse modo, ir bem nas aulas de Matemática me possibilitou um espaço com um falso acolhimento que me fez mascarar o racismo e os preconceitos que me cercavam, ou seja, fica escuro que a “matemática nas escolas como parte do currículo não é apenas uma questão de ensinar às crianças os conceitos de matemática. É também uma questão de fazer tipos de pessoas” (Valero, 2018, p. 129, *tradução nossa*²⁹). Mas, também é importante mencionar que o saber matemático construído e impõem a sua representatividade na história e na ciência, colocando posições sociais de subalternização e de dominação sobre outros conhecimentos de

²⁹ No original: “it becomes clear that math in schools as part of the curriculum is not just a matter of teaching children the concepts of mathematics It is also a matter of making types of people” (Valero, 2018, p. 129).

outros grupos étnico. Segundo Guse e Esquincalha (2022) eles entendem as matemática(s), e concordo com eles, como:

prática social definida pelas histórias que contamos sobre ela, podendo ser tão poderosas a ponto de afetar a forma como pensamos e podemos agir sobre ela [...] podemos inferir que a matemática é produzida por práticas discursivas, entendendo essas práticas não como realidade, mas como formas de criá-la e modificá-la (Guse; Esquincalha, 2022, p. 15).

E, de acordo com Lélia Gonzalez (2020) o sistema de ensino destila em termos de racismo e apontam para um processo de lavagem cerebral de tal violência que a criança que continua os estudos, e que por acaso chega no Ensino Superior, não se reconhece mais como negra pois calaram a sua existência, ou seja, “a medida que eu me aprofundava em meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais a minha condição de negra” (Gonzalez, 2020, p. 286). Falo isso pois, acredito, e Rosa e Giraldo (2023) corroboram, que a Matemática é enviesada pelo racismo estrutural que está intrínseco nas sociedades brasileiras. Ou seja, os conhecimentos dos europeus são impostos e determinados como os padrões na nossa sociedade que é diversa e plural.

Considerações Finais de uma Discussão Inicial

Há um tempo estamos preocupadas com o modo que olhamos para a Matemática e para a Educação Matemática. Sempre as enxergamos, e isso tem mudado, como áreas difíceis, seletivas, que são para poucos e não para todos. Mas uma Matemática e uma Educação Matemática para todos é uma necessidade que não pode ser adiada (Valero, 2018). Usar a ideia de “matemática para todos”, é muito mais que uma educação com igualdade e equidade, é também uma questão de moldar tipos de pessoas.

A declaração matemática é para todos atuou como um dispositivo discursivo operando em exclusões. Matemática para todos não se trata apenas de expressar o desejo e criar a necessidade de uma educação melhor para todos; trata-se também de classificar os indivíduos e as populações de acordo com quem está mais apto para o tipo de ordem econômica para a qual as habilidades matemáticas pretendem contribuir. (Valero, 2018, p. 129, *tradução nossa*³⁰)

Esses discursos têm feito com que a Matemática fique em um pedestal e a torne ausente para algumas discussões, pois são considerados dois universos diferentes e sem conexão (Oliveira, 2018), pois a Matemática não é neutra. A falsa neutralidade desse campo oferece e

³⁰ No original: “The statement math is for all has acted as a discursive device operating in(exclusions). Math for all is not only a matter of expressing the desire and creating the necessity of better education for all; it is also a matter of clas-sifying individuals and populations according to who is more apt for the type of economic order to which math skills are envisioned to contribute” (Valero, 2018, p. 129).

propaga diferentes modos de opressão. Essa área se constituiu com um status de superioridade (Guse; Esquinca, 2022) em que muitas vezes a Matemática é considerada superior a outras áreas, o que corrobora para que detenha privilégios e seja considerada como sinônimo de inteligência. Martin (2009) fala que existe uma hierarquia linear fixa de habilidade Matemática que são estereotipadas.

A Matemática tem sido considerada uma ciência neutra que não pode ser afetada pelo campo social, pois está muito envolvida com sua lógica, rigor, definições, para se envolver com questões para além dessas demandas. Segundo Duarte (2012), penso que é preciso olhar para as matemática(s) “como uma lente, uma possibilidade, uma linguagem que não é o reflexo do mundo, mas que, ao ‘dizer sobre o mundo’, acaba por construí-lo e o faz de uma maneira bastante peculiar” (p. 173-174). Apesar de acreditarem que esse campo não sofre e não tem influência no desenvolvimento da sociedade, não se pode negar que falas tem sido ditas para que possamos pensar na quebra dessa falsa neutralidade que a cerca.

A neutralidade e a universalidade estabelecem diferenças; constroem hierarquias e produzem identidades no interior de processos de significação. Mas se constituíram “em asserções que se tornaram tão ‘verdadeiras’ que é difícil ver precisamente o que pode haver nelas de questionável”. (Duarte, 2012, p. 178)

Ao longo da produção deste texto, percebemos que a matemática produz identidades que estabelecem diferenças, sempre que falamos dessa disciplina a verdade inquestionável que aparece é a sua contribuição nos processos de exclusão de corpos subalternos. Alguns dizem que a matemática descreve realidades, mas na verdade ela não “descreve realidades, na verdade a produz” (Guse; Esquinca, 2022, p. 16). Mas esse diálogo aqui apresentado, possibilitou pensarmos esse campo para além da área seletiva e opressora, e passamos a vê-la como um lugar de abrigo, conforto e aceitação dos que estão ao redor. Dito isso, temos que pensar no poder que as matemática(s) tem de trazer sujeitos subalternos para lugares e espaços que proporcionam visibilidade e assim, abrir novos caminhos para tais compreensões, reivindicando a sua existência. O que leva uma pessoa, pertencente a grupos subalternos, a escolher um curso que é excludente? E, fica mais uma questão: Quais cursos não são excludentes?

Porém, ao mesmo tempo que esse conhecimento pode possibilitar espaços outros para corpos subordinados, que estão à margem na sociedade, ele também marca a vida daqueles que não os tem como uma de suas habilidades. O que acaba gerando hierarquizações e algumas relações outras de excludência no espaço educacional, o que também gera discursos que validam a narrativa de que o conhecimento matemático é superior e para poucos. É importante pontuar que ao trazer essa temática de “matemática como abrigo”, não é de maneira alguma

uma forma de destacar e evidenciar que essa área é importante na vida dos alunos, tampouco evidenciar a superioridade dela. Mas uma maneira de evidenciar que a matemática está interseccionada com as trajetórias de vida de corpos em que ela mesma ajuda inviabilizar e silenciar. Nosso papel nessa produção, é questionar os outros modos de se olhar para a matemática sem deixar de criticar os moldes em que ela opera.

Outra demanda que precisamos explicitar é que a mobilização do conhecimento matemático no ambiente escolar, não impossibilitou os sujeitos de experienciarem os preconceitos que a sociedade propaga. Isso não implica que suas vivências não foram marcadas por discriminações. E que por conta disso, a matemática deixou de silenciar e oprimir esses corpos marginalizados. O queremos explicitar é que essa área é marcada e afeta por questões históricas, sociais, políticas e culturais (Guse; Esquincalha, 2022, p. 18).

Dito isso, temos nos questionado a partir da narrativa de uma das autoras e das falas que deram início a esse artigo, sobre as infinitas possibilidades que a matemática pode ofertar no desenvolvimento daqueles que, de algum modo, sofrem com os processos de silenciamento pois, “todo ato de exclusão/inclusão é violento, pois tira-se do outro o poder de sua linguagem, ele é silenciado” (Oliveira, 2018, p. 219). Acreditamos que a Matemática é uma forte ferramenta para qualificar e desqualificar os preconceitos que cercam todos os corpos subalternizados que vivem na sociedade, e que estão à margem. Essa “sopa de letras” foi uma maneira de mostrar os outros moldes que esse campo ocupa na sociedade para além de ser visto como ditador de identidades “bem-sucedidas”.

E para finalizar queremos explicitar que muito ainda precisa ser desenvolvido nessa temática, pois temos que explorar as inúmeras maneiras que a Matemática opera nos corpos subalternizados. Apresentamos aqui um excerto inicial que está sendo desenvolvido em uma dissertação de Mestrado, em que as autoras nutrem uma relação de orientanda e orientadora. Por último, esperamos que você, leitor, desnaturalize a língua naturalizada, e assim como diz Larrosa (2020) ela seja ativa na fala e na escuta. Porque não escrevemos para convencê-los de nada – já que a única coisa que temos são perguntas – nem para explicar nada – pois o que dizemos na certa já sabiam (Larrosa, 2020). Mas escrevemos para ver se somos capazes de dizer algo que valha pena pensar. Precisamos pensar em matemática(s) que buscam reflexões sobre o que nos é apresentado como dado, para assim (re)inventar processos de vida. Assim esses processos de vida se inter cruzam e produzem matemática(s) outras. Dito isso, gostaríamos de conversar com você: Que outras lentes podem ser utilizadas para operar a (ou outras) matemática(s)?

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. E pela comissão de Apoio Financeiro MES 12 – Mathematics Education and Society Conference.

Referências bibliográficas

Duarte, C. G. (2012). Problematizando a neutralidade e universalidade do conhecimento matemático. *Rev. Traj. Mult. – Ed. Esp. XVI Fórum Internacional de Educação*, 166-180.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Guse, H. B., Esquincalha, A. C. (2022). A Matemática como um Instrumento de Poder e Proteção nas Memórias Escolares de Professoras e Professores LGBTI+ de Matemática. *Revista Perspectivas da Educação Matemática*, 15(38), 01-21.
<http://doi.org/10.46312/pem.v15i38.15245>

Larrosa, J. (2020). *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Martin, D. B. (2009). Researching Race in Mathematics Education. *Teachers College Record*, 111(2), 295-338.

Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Dossiê Sociologias*, 150-182.

Neto, V. F.; Valero, P. (2020). A (in)quietude de gênero em Educação Matemática: pesquisando as pesquisas. *Educação Matemática e Diversidade(s)*, 195-213.

Neto, V.; Borges, L.; Alves, T. (2021). Redes Produtivas de saber/poder: gênero e matemática sobre análise de estudantes. *RIPEM – International Journal for Research in Mathematics Education*, 173-188.

Oliveira, A. B. (2018). *Licenciaturas em Matemática como produção narrativa: aberturas para experiências* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Oliveira, T. A. (2021). *Narrativas (auto)biográficas da experiência como processos de ressignificações de uma licencianda em Matemática* [Monografia de graduação]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Recuperado de: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4681>.

Pereira Neto, L. L.; Silva Neto, J. F.; Quirino, J. S. A.; Pereira, J. S. T. L. (2020). Por uma Matemática menos aversiva: contribuições do PIBID à formação profissional docente. *Editora da Universidade Estadual de Alagoas*, 33-56.

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do Feminismo Negro?*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rosa, M.; Giraldo, V. A. (2023). Transpondo Problemas: para que uma Educação Matemática de bases decoloniais e de (re)invenção “não passe em branco”. *Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (RIPEM)*, 13(2), 1-25.

Souza, A. S., Rodrigues, I. M., Figueiredo, T. R. L. S. (2017). Educação, Teoria Queer e as Discussões sobre as Minorias no Espaço Escolar. *Form@re - Revista Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*, 5(2), 27-34.

Valero, P. (2018). Mathematics for All, Economic Growth, and the Making of the Citizen-Worker. *A Political Sociology of Educational Knowledge: Studies of Exclusions and Difference*, 117-132.

Valoyes-Chávez, L. (2017). Inequidades raciales y educación matemática. *Revista Colombiana de Educación*, (73), 129-152.

Valoyes-Chávez, L. (2018). Racism and Mathematics Education in a Racial Democracy: Views from the Classroom. *Inside the Mathematics: Advances in Mathematics Education*, 167-189. https://doi.org/10.1007/978-3-319-79045-9_8

Um ensaio para entender o conceito de Interseccionalidade³¹

Thays Alves de Oliveira
 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
 thays.alves@ufms.br
<https://orcid.org/0000-0003-3744-6324>

Resumo

Neste artigo apresento uma discussão inicial, em forma de ensaio, da teorização da minha dissertação de Mestrado, que tem por objetivo analisar e as trajetória formações de professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, e dessa forma compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais nos processos de formação dessas docentes. A proposta que apresento nesse ensaio é uma conversa entre o conceito de Interseccionalidade em conjunto com o meu ~~objeto~~ - risco essa palavra porque na pesquisa não tenho a pretensão de objetificar as narrativas de professoras negras sobre seus processos de formação e nem tão pouco desvalorizá-las, mas estamos em um sistema em que a utilização de certas palavras são normas -, de pesquisa. Sendo assim, acredito que essa conversa poderá contribuir nesse processo de compreender a relação entre professoras negras de Matemática e Interseccionalidade, sem que eu cause o aprisionamento das sujeitas mostrando como elas estão marcadas pela diferença. Faço uso da Teoria dos Conjuntos, conteúdo matemático, para compreender o conceito de Interseccionalidade. Dito isso, o objetivo desse ensaio é refletir e elucidar esse conceito em conjunto com a Matemática, para produzir uma pesquisa de Mestrado de interseccional Matemática, Interseccionalidade e professoras negras de Matemática.

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Matemática. Formação de Professores. Professoras Negras.

Abstract

In this article I present an initial discussion, in the form of an essay, of the theorization of my Master's dissertation, which aims to analyze the training trajectory of black Mathematics teachers who work in the Mathematics Degree course at the Public Universities of Mato Grosso do Sul, and thus understand the intersections of racial and social issues in the training processes of these teachers. The proposal I present in this essay is a conversation between the concept of Intersectionality in conjunction with my object - I risk this word because in the research I do not intend to objectify the narratives of black teachers about their training processes, nor devalue them. , but we are in a system in which the use of certain words are norms -, search. Therefore, I believe that this conversation can contribute to this process of understanding the relationship between black Mathematics teachers and Intersectionality, without causing the subjects to be imprisoned by showing how they are marked by difference. I use Set Theory, mathematical content, to understand the concept of Intersectionality. That said, the objective of this essay is to reflect and elucidate this concept together with Mathematics, to produce a Master's degree research that intersects Mathematics, Intersectionality and black Mathematics teachers.

Keywords: Intersectionality. Mathematics. Teacher Training. Black Teachers.

Resumen

En este artículo presento una discusión inicial, en forma de ensayo, de la teorización de mi disertación de maestría, que tiene como objetivo analizar la trayectoria de formación de profesores de Matemáticas negras que actúan en la Licenciatura en Matemáticas de las Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, y así comprender las intersecciones de las cuestiones raciales y sociales en los procesos de formación de estos docentes. La propuesta que presento en este ensayo es una conversación entre el concepto de Interseccionalidad en conjunción con mi objeto - arriesgo esta palabra porque en la investigación no pretendo objetivar las narrativas de los docentes negros sobre sus procesos de formación, ni devaluarlas. pero estamos en un sistema en el que el uso de determinadas palabras son normas -, buscar. Por lo tanto, creo que esta conversación puede contribuir a este proceso de comprensión de la relación entre los profesores negros de Matemáticas y la Interseccionalidad, sin provocar que los sujetos queden aprisionados al mostrar cómo están marcados por la diferencia. Utilizo la Teoría de Conjuntos, contenido matemático, para comprender el concepto de Interseccionalidad. Dicho esto, el objetivo de este ensayo

³¹ Artigo produzido para a disciplina intitulada: “Tópicos especiais em Estudos Culturais: interseccionalidade inclusão” do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais – Mestrado/CPAQ. Ministrada pela Profa. Dra. Marina Brasiliano Salerno e pelo Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa, no segundo semestre de 2022. Mas, foi modificado e fiz alterações para futura publicação.

es reflexionar y dilucidar este concepto junto con la Matemática, para producir una investigación de maestría que cruce la Matemática, la Interseccionalidad y los docentes negros de Matemática.

Palabras clave: Interseccionalidad. Matemática. Formación de Profesores. Profesores Negros.

Ideias Iniciais³²

Começar um Curso de Mestrado sem nenhuma familiaridade com o Referencial Teórico da Dissertação, é ao mesmo tempo desesperador e revigorante. A busca por aprender mais sobre os conceitos que os cercam, acaba por se tornar instigante durante esse processo. Quando descobri, por meio da minha orientadora, que o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais do Câmpus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), publicou um edital em que informava que no 2º semestre do ano de 2022, eles ofertariam uma disciplina optativa chamada “*Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Interseccionalidade e Inclusão*”, foi uma grande felicidade. “*Essa disciplina caiu do céu!*” – falou a minha orientadora.

Sabe quando você precisa de uma direção para deslanchar e começar a produção de um capítulo da Dissertação? Era assim que eu me encontrava no momento, em angústia e aflição para entender o conceito de Interseccionalidade! A disciplina veio no momento certa, para me ajudar a pensar e tentar de alguma maneira formalizar esse Referencial.

Em meio a essa agonia, me encontro escrevendo esse ensaio em que tenho a pretensão de apresentar uma conversa entre os conceitos de Interseccionalidade em conjunto com o meu objeto³³ de pesquisa. E assim conseguir, de alguma forma estabelecer uma intersecção entre os conceitos e o objetivo da dissertação, em movimento, que é “*analisar a trajetória formações de professoras negras de Matemática que atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul, e dessa forma compreender os atravessamentos de questões raciais e sociais nos processos de formação dessas docentes*”.

O entendimento que trouxe sobre esse conceito, que são de leituras iniciais que vinha realizando para começar um estudo sobre Interseccionalidade, me fez perceber a Interseccionalidade como sendo uma ferramenta de análise que pode ser compreendida como um estudo dos diferentes eixos de opressão que se interseccionam de modo a (re)produzir

³² Esse ensaio foi produzido no meu primeiro ano de Mestrado e contribui para que eu compreendesse o conceito de Interseccionalidade. Por esse motivo, a linguagem utilizada nesse ensaio corresponde a uma Thays que estava em seu processo inicial de se tornar pesquisadora.

³³ Risco essa palavra porque na pesquisa não tenho a pretensão de objetificar as narrativas de professoras negras sobre seus processos de formação e nem tão pouco desvalorizá-las, mas estamos em um sistema em que a utilização de certas palavras são normas.

silenciamento e exclusão nesse espaço institucional, mas não só nele. E não podemos falar em exclusão sem antes falar da Inclusão, porque a Inclusão só vem depois da Exclusão, e compreendo o conceito de Inclusão como uma teorização que busca produzir espaços em que todos sejam tratados com equidade levando em consideração as singularidades e particularidades de cada sujeito.

Após essas leituras iniciais e o começo da disciplina, alguns questionamentos começaram a aparecer: esses entendimentos, que são antecedentes à disciplina, estão de acordo com as intelectuais que conceitualizaram e estudam Interseccionalidade? De que forma, poderei articular esses conceitos de maneira que seja coerente com o meu objetivo de pesquisa? A seguir apresentarei uma conversa entre Interseccionalidade e Professoras Negras de Matemática.

Alguns Apontamentos e Discussões

Quando iniciei a disciplina estava cheia de expectativas, que foram sendo sanadas ao longo do semestre. Tinha uma concepção errônea de que todas as autoras que são estudiosas dos conceitos de Interseccionalidade trabalham na mesma perspectiva, ou seja, conversam entre si. Ao finalizar a disciplina ficaram alguns questionamento que só serão respondidos no decorrer desse processo: esse conceito será suficiente para análise das entrevistas que pretendo realizar? Em qual abordagem irei melhor me relacionar? Ainda não consigo dizer, de maneira precisa, se a Carla Akotirene, Patrícia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, autoras e estudiosas que pretendo utilizar na dissertação, produzem um diálogo na mesma língua sobre marcadores sociais das diferenças. Porque caso não estiverem usando a mesma linguagem sobre o entendimento desse conceito terei que fazer escolhas ou apresentar as divergências entre elas. Além disso precisamos nos atentar se estamos numa abordagem sistêmica ou construcionista, para não gerar conflitos no entendimento do conceito.

A *Abordagem Sistêmica* (Colling, 2022) coloca as categorias de gênero, raça e classe como sistemas de dominação que determinam e estruturam outras. Já a *Abordagem Construcionista*, entende que todos exercem poder, mas de formas diferentes e operam numa concepção mais dinâmica em que as diferenças trabalhariam em conjunto para a (re)produção das desigualdades, e assim, “traçam distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (Piscitelli, 2008, p. 268). Mas sabemos que o poder está nas mãos de quem têm e opera com os privilégios, dessa forma podemos dizer que esses sujeitos produzem outras formas de disseminar as desigualdades.

A concepção que toda uma sociedade capitalista propaga e acredita, é que as pessoas negras não têm a capacidade de conquistar os mais diversos espaços. A construção histórica da

raça veio em conjunto com o processo de escravização para determinar quem são capazes e merecem “viver e morrer [...] define quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (Santos; Kabengele; Monteiro, 2022, p. 159-160).

Não posso responsabilizar um grupo específico para que esses discursos fossem silenciados não só no espaço acadêmico e sim, em todos. Mas, posso culpar as questões que o Brasil levantou com o *Mito da Democracia Racial* e o *Embranquecimento* para propagar e reestruturar os preconceitos nos ambientes, se é que em algum momento eles estiveram ausentes (Jacoub, 2008). Esse mito e o conceito de embranquecimento eram/é anseios sociais construídos, e que ainda repercutem na sociedade, historicamente e instituídos para apagar a herança africana nesse país (Silva, 2007).

Os eugenistas brasileiros acreditavam que através da miscigenação o Brasil conseguiria homogeneizar a raça nacional e integrar a nação de maneira passiva. Essa crença otimista quanto ao futuro do Brasil estava vinculada, de maneira geral, à tese sobre o branqueamento da população brasileira. Devido à intensa “mistura racial” que desde o período colonial vinha se processando entre brancos, negros e indígenas, a maioria dos intelectuais brasileiros acreditava que a nacionalidade embranqueceria num curto espaço de tempo (Souza, 2008, p. 160).

Na segunda metade do século XIX, com a proibição do tráfico de escravos com a Lei Áurea (Dominguês, 2001), o governo brasileiro da época começa a pensar em um projeto de embranquecimento da população (Silva, 1989), projeto esse que de grosso modo, foi implementado às custas do estupro de negras que foram induzidas a acreditar que era a melhor saída para o apagamento das negativas atribuídas a raça, “a mistura racial seria ela responsável pela construção de uma nova identidade” (Souza, 2008, p. 161). Mas o que foi passado é que o embranquecimento significava uma espécie de dissolução da raça preta através do incentivo ao casamento interracial (Bento, 2002). De modo geral, todo esse teatro construído, de nada serviu para garantir a incorporação do preto como cidadão, pois continuavam sendo vistos de modo objetificado e com estigmas negativos, ou seja, a mentalidade da população não foi mudada. Pois, “esse grupo não era reconhecido como cidadão ou como parte integrante da nação” (Souza, 2008, p. 147).

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não estão com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava (Gonzalez, 2020, p. 202).

No início do século XX, criou-se um imaginário de que o Brasil era um país sem quaisquer barreiras impostas pela cor da pele. A ideia de democracia racial foi construída através da imagem de que o racismo havia acabado e junto a isso, surge a compreensão de que

a sociedade vivia um processo de igualdade e respeito entre as pessoas (Dominguês, 2001), porque “o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil” (Dominguês, 2001, p. 118). Ideias errôneas, que se consolidaram verdadeiras, de que todos os cidadãos tinham as mesmas oportunidades de ascensão social, de participação em todos os espaços sociais.

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional'. No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 1978, p. 41).

Todo esse processo está baseado na concepção de silenciamento e na distorção que há em torno do lugar que o branco ocupa nas relações raciais brasileiras, de modo que silenciam as classes dominadas pelo discurso das dominantes “ao negar o preconceito racial, contribuía-se para desarticular a luta política antirracista, pois não se combate o que não existe” (Dominguês, 2001, p. 122). E em meio a isso, não podemos esquecer de mencionar que quando discutimos o processo de embranquecimento da população brasileira em conjunto com o mito da democracia racial, é importante explorar o conceito de colorismo que impregna ideias e atitudes em nosso cotidiano.

No Colorismo (Devulsky, 2021) a tonalidade de pele é decisiva para estabelecer o tratamento social que cada sujeito receberá. Assim, quanto mais clara for a tonalidade da pele, ainda que a pessoa seja identificada como preta, menor é o preconceito e a Exclusão que lhe perpassa em situações sociais, pois a “miscigenação racial é o nosso mais infeliz legado histórico” (Souza, 2008, p. 163). O conceito do Colorismo é uma maneira de refletir sobre o seu local de privilégio e como podem subverter as bases opressoras e perversas do racismo (Devulsky, 2021).

Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; nesse sentido eu sou mais laciana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também é justamente uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico (Gonzalez, 2020, p. 312).

São assuntos como esses, que segregam e tardam o processo de Inclusão. Assim, uma forma de opressão que pode ser mencionado pelo conceito de Interseccionalidade, e que em alguns momentos se faz ausente, é o capacitismo (Santos, 2022) como espécie de racismo. Uma

ideia estruturante que (re)produz e condiciona uma norma que nos autoriza sermos sujeitos integrados e não incluídos.

Discutir sobre esse sistema de opressão é trabalhar com a Inclusão. Acreditar, e mais do que isso, aceitar que todos têm particularidades e que as Diferenças não são para desqualificar e nem oprimir, elas existem para nos mostrar que não vivemos em um coletivo que prega a Igualdade, mas que vive na Diferença. O que queremos é um coletivo com equidade para viver na diferença ressignificando-a.

Engraçado, na verdade trágico, de se pensar que quando mencionamos o conceito de Inclusão, sempre o relacionamos com a ideia de Diferença. Não podemos pensar a Diferença sempre de modo depreciativo, ou seja, como Marcador de Opressão (Duque; Oliveira; Becker, 2020). A Diferença “produz novos sujeitos de investigação que, assim, multiplicam infinitamente a exclusão para promover a inclusão. A diferença agora precede e define identidade” (Puar, 2013, p. 352-353). Também, não podemos concordar com o binarismo de identidade/diferença porque, esse modo de delimitar sujeitos são maneiras de colocar na Sociedade um padrão a ser seguido. Branco, hétero, magro, olhos claros, cabelos lisos, são características que quando confrontadas com o preto, gordo, LGBTQIAPN+, cabelo afro, olhos escuros, produz a diferença e por consequência, a falta de Inclusão em diversos espaços, porque “a diferença remete à desigualdade, opressão, exploração” (Piscitelli, 2008, p. 269). Healy e Powell (2013) trata essas questões como desvantagens que podem se basear em identidades físicas, raciais, étnicas, linguísticas, sociais e de gênero. É importante mencionar que essas identidades não são estáticas, elas se modificam com processos sociais, políticos e econômicos (Healy; Powell, 2023). Ou seja, essas identidades são continuamente construídas e (re)construídas, vivenciadas e (re)experimentadas. Sendo assim,

[...] corpo fora do padrão é deslegitimado, violentado e, geralmente de muitas formas sutis, excluído desses espaços. Suas diferenças são utilizadas como forma de salientar a subalternidade, negando-lhes o espaço de representatividade e pertencimento (Cardoso; Lima, 2021, p. 232).

Assim, os diferentes corpos nos dizem quais processos de exclusão o sujeito será sucessível a atravessar dependendo dos sistemas que operam. A cor da pele, a textura do cabelo e os traços do rosto seriam aqui referidos como marcadores.

Pessoas negras que possuem cabelo cacheado/crespo sofrem mais preconceito. Não bastasse a sua cor que se destaca dentre as outras, o cabelo vem como forma de deixar mais claro a sua negritude, a sua identidade, e com isso, a sua diferença. Algo que não deve ser visto como fator negativo, e sim como uma potência. Os corpos que não se enquadram nesses requisitos são excluídos, colocados à margem do olhar (Cardoso; Lima, 2021, p. 243).

Os processos de exclusão são (re)produzidos e validados por aqueles que são detentores do poder, porque essas relações são capazes de produzir sujeitos que operam contra a Inclusão.

Uma conversa sobre Interseccionalidade

Quando iniciei a disciplina tinha algumas concepções, falas e conceitos que dentro da Interseccionalidade estavam sendo utilizados de maneira errônea, devido a minha falta de conhecimento desse conceito. Numa primeira atividade proposta pelos professores, foi pedido que definíssemos o conceito de Interseccionalidade: *um conceito busca capturar a maneira que os eixos de opressão (classe, gênero, raça, patriarcado e demais eixos) se interseccionam de modo a produzir mais desigualdades, preconceitos e exclusão. Segundo Carla Akotirene e Patrícia Hill Collins.*

Com essa conceitualização percebi, com a ajuda dos professores que ministravam a disciplina, que estou tencionada a escrever sobre Interseccionalidade numa abordagem mais sistêmica. Apesar de ser uma surpresa, essa ferramenta apresenta abordagens distintas de construção de ideias, pois a forma que utilizava marcadores sociais (etnia, gênero, raça, classe social, religião, sexualidade etc.) e sistemas de opressão (xenofobia, racismo, patriarcalismo, machismo etc.) como sinônimos, que me deixou “chocada” e me fez perceber que não sabia muito sobre esse conceito, que ainda precisava continuar nas minhas leituras.

A Interseccionalidade é um conceito que vem de fora para dentro da academia, se inicia de Movimentos Sociais que depois passa pelo processo institucional. Ela emergiu das lutas feministas com uma intervenção Feminista Negra Fundamental, e tem sido utilizada como análise interseccionalista “para compreender quais tipos de futuro são possíveis para a teorização feminista” (Puar, 2013, p. 344). É importante lembrar que os Movimentos Sociais não lutaram pela inclusão de mulheres e pessoas de cor na academia, que as ideias trazidas por elas dificilmente teriam aceitação.

O conceito de Interseccionalidade surge em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, a partir de uma crítica Feminista Negra, sob críticas ao Feminismo Branco e aos Movimentos Antirracistas que visualizam apenas o homem preto (Pereira, 2021). E apesar de seu nome carregar essa “criação”, outras feministas utilizaram esse conceito de forma implícita, tais como: Angela Davis, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, entre outras. Crenshaw define Interseccionalidade como

uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata

especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Ela também

sistematizou a interseccionalidade como a combinação (sobreposição) de dois (ou mais) tipos diferentes de discriminação, sugerindo que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas com grupos sobrepostos. Para a interseccionalidade as discriminações múltiplas (incluindo questões geracionais, das pessoas com deficiências, de intolerância religiosa, entre outras) sobrepõem-se, cruzam-se, somam-se em cada indivíduo (Táboas, 2021, p. 05).

Pensando na citação de Táboas (2021) podemos entender a Interseccionalidade como um cruzamento de discriminações múltiplas, mas discordo dela quando ela utiliza a ideia de “somar” essas opressões. Não temos como dizer que um sistema de opressão é maior e superior que outras, e nem as mencionar de maneira somatizada descaracterizando-as e as tratando com igualdade, ideia essa que sabemos ser equivocada. Ou, posso fazer uma leitura dessa citação que parece não me dizer sobre o grau de opressão, mas sobre a exposição de somas de diferentes opressões do ambiente que elas se expõem unindo situações em uma mesma pessoa. Dessa perspectiva, somar não é comparar se um maior ou menor que outro, também não é caracterizar como iguais, seria a ideia de unir repressões de diferentes naturezas. Crenshaw gosta de relacionar esse conceito como diversas avenidas, que em cada uma delas circulam um Eixo de Opressão e, “em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a” (Piscitelli, 2008, p. 267). Fluxos esses que se somam gerando força e resistência.

A Interseccionalidade não tem a pretensão de hierarquizar as opressões, e sim de conceber a “realidade social como constituídas por diversos sistemas de discriminações que interagem entre si de maneiras distintas.” (Pereira, 2021, p. 447). Pois, são formas de capturar as consequências da interação entre subordinações (sexismo, racismo, patriarcalismo, machismo etc.) assim, podemos dizer que “essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões” (Piscitelli, 2008, p. 267).

Assim, a interseccionalidade não se resume a definir e segregar, que quer dizer, separar as pessoas em categorias, ao contrário tem por função entender como um sujeito é construído em diversos sentidos. O conceito permite aos pesquisadores uma criticidade política para se compreender a fluidez das identidades subalternas colocadas frente a preconceitos, discriminações de gênero, classe e raça e opressões advindas da matriz colonial moderna da qual saem. Ou seja, esta impede categorias de hierarquia ou de comparação, pois ao invés de somar identidades, analisam-se as

condições estruturais que atravessam os corpos, as posições e orientações desses corpos dentro da matriz colonial de opressão (Cardoso; Lima, 2021, p. 235).

Esse conceito é utilizado para referir-se não apenas a desigualdades e opressões, mas também à construção de identidades coletivas, por isso podemos dizer que Professoras Negras na Matemática³⁴ e na Educação Matemática, podem ser entendidas como a criação de um grupo subordinado mesmo que essa área seja conhecida por ser elitizada e para poucos. Sendo assim, esse conceito é uma ferramenta que proporciona perspectivas de grupos multiplamente discriminados.

A Interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo (Akotirene, 2019, p. 19).

Esse conceito pode ser entendido como uma análise conceitual e uma crítica institucional que problematiza as relações de poder e políticas de dominação que se intersectam com as estruturas básicas de desigualdades que mesclam as opressões (Crenshaw, 2002), para de alguma maneira compreender a realidade.

O que considerar como final Matemático e Interseccional?

Ser negra e mulher no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão (Gonzalez, 2020, p. 159).

Pensar em um final para esse artigo, me traz certo alívio e um sentimento de dever cumprido, por conseguir relacionar conceitos que são de suma importância para o desenvolvimento da dissertação. O conceito de Interseccionalidade não se fizeram muito presentes durante o meu processo de formação, ainda não concluído. Sempre pensei a academia como um espaço igualitário onde todos estariam informados a ponto de não praticarem atos discriminatórios. Foi nesse ambiente que comecei a idealizar um lugar com equidade. Foi nesse espaço que tive a infeliz percepção sobre o meu corpo nesse ambiente, ser um corpo preto que perdura na universidade é problematizar as minhas vivências que perpassam e perduram o conceito de Interseccionalidade.

A equidade reside em proporcionar igualdade de oportunidades, direitos e respeito a todos os grupos. Ao reter uma distinção e a integridade cultural negra, o pluralismo oferece uma versão modificada da integração racial que não se baseia na premissa da

³⁴ Tenho a pretensão de utilizar ao longo da dissertação, a Matemática como uma classe elitizada. Apesar de serem explicações em processos iniciais de estudo, as trago aqui sem a intenção de reduzir os conceitos que englobam a Interseccionalidade e sem a intenção de ferir os sentimentos dos conhecedores que trabalham na área da Matemática, seja ela qual for. A classifiquei assim, ou pretendo, devido a carga de estereótipos e discursos que a configura quando se torna licenciado ou bacharel em Matemática.

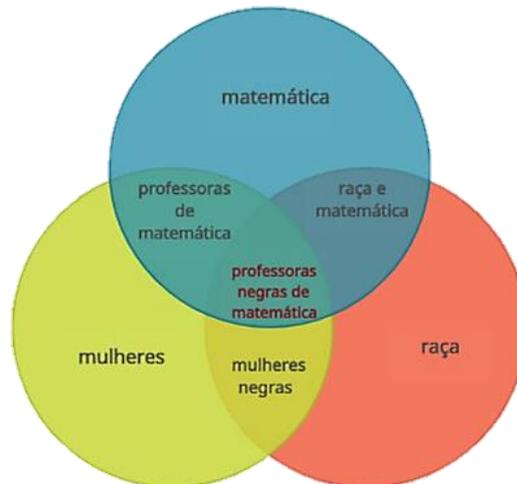
assimilação individual, mas na integração enquanto grupo (Cardoso; Lima, 2021, p. 245).

Durante a minha formação, poucos foram os momentos em que discutimos questões sociais e raciais, e que houve uma integração racial nesse processo. A fama que a Matemática tem, e que acabamos propagando, de ser um curso difícil, um curso seletivo, um curso para poucos, fazem com que a Matemática fique em um pedestal, e pode acabar gerando um ciclo de falas silenciadas e inexistentes, desse modo temos que “romper com o estigma de a Matemática ser uma disciplina difícil e com o mito de ser algo inacessível” (Rosa, 2013, p. 149-150). A Matemática é uma área conhecida por propagar os diferentes modos de opressão, por ser considerada como um campo neutro. Quando escolhi trabalhar com professoras negras de Matemática, gênero, classe, raça e outros eixos de opressão, percebi que eles interagem entre si e promovem processos de exclusão social, silenciamento, apagamento da identidade, não pertencimento, dentre outros.

A matemática, enquanto considerada como conhecimento essencial para que os jovens se insiram nas sociedades contemporâneas, tem um papel fundamental nos modos de produzir e replicar práticas de inclusão e exclusão no campo social. As tecnologias de diferenciação dos corpos são também operadas por meio da matemática somadas às relações de gênero que permitem a viabilidade do sujeito, distribuindo e elaborando condutas que qualificam (Neto; Borges; Alves, 2021, p. 186).

Sabendo desse status da Matemática, utilizei da Teoria dos Conjuntos e do Diagrama de Venn para elucidar e exemplificar a intersecção entre a Matemática, Mulheres e Raça, ou seja, a Interseccionalidade a qual trabalharei na dissertação. Farei isso para que fique explícito que podemos fazer o uso da Matemática para abordar questões raciais e sociais nessa área, discussões essas que foram silenciadas e inexistentes enquanto eu me graduava. Farei o uso de um explanação que utilizo na dissertação para me ajudar nessa explicação.

Figura 1: Diagrama da Interseccionalidade



Fonte: Elaborado pela autora

Sejam três conjuntos pertencentes às questões sociais: Matemática, Raça e Mulheres. Explique os elementos de cada conjunto e as suas intersecções.

- Conjunto Matemática: é um conjunto dito “neutro”, exato, pronto e acabado, em que seus elementos se ausentam de temáticas que são emergentes na nossa sociedade, por estar no seu papel bem estabelecido e determinado de Rainha das Ciências;
- Conjunto Raça: é um conjunto em que seus elementos foram definidos por brancos para categorizar e diferenciar sujeitos, com o objetivo de exploração;
- Conjunto Mulheres: é um conjunto em que seus elementos se dizem universais e lutam pelos direitos de igualdade e equidade na sociedade.

De acordo, com o diagrama da *figura 1*, e com os estudos feitos para/nessa dissertação pode-se dizer:

- $\text{Matemática} \cap \text{Mulheres} = \text{Professoras de Matemática}$ (elementos que lutam contra a hegemonia masculina que marca esse campo);
- $\text{Raça} \cap \text{Matemática} = \text{Raça e Matemática}$ (elementos que foram, e lutam contra essa hegemonia, apagados e silenciados na construção desse conhecimento ao longo da história por brancos ocidentais);
- $\text{Mulheres} \cap \text{Raça} = \text{Mulheres negras}$ (elementos que buscam e lutam por visibilidade, pelo direito de serem vistas como mulheres para além da objetificação e sexualização de seus corpos);

- Mulheres \cap Matemática \cap Raça = Professoras Negras de Matemática (elementos que lutam para não serem subvertidas aos padrões da lógica branca, masculina, cis heteronormativa).

Ao fazer essa exemplificação elucidado como podemos utilizar da Matemática, dos conceitos matemáticos, para trabalhar, em sala de aula por exemplo, as questões sociais e raciais que são emergentes na nossa sociedade e que os cursos de Licenciatura das áreas de exatas não abordam. Apesar dos cursos de Licenciatura no geral serem marcados pela classe pois, sabemos quais são os corpos que habitam essas graduações. Os cursos que formam professores, são em sua maioria, para os povos mais subalternos da sociedade. Mas quando falamos de Matemática, esse cenário muda, como dito anteriormente, é um campo elitizado e poucos são os que fazem parte. São esses estereótipos que tornam o curso de Licenciatura em Matemática em um espaço de constante provação e te faz “questionar quais corpos podem ocupar esses espaços, e qual conhecimento é valorizado e legitimado”? (Cardoso; Lima, 2021, p. 233)

O ingresso de estudantes negras(os) no Ensino Superior, em um espaço branco e racista (Colling, 2022), por meio das ações afirmativas, proporcionou um debate sobre raça e gênero e “por não se enquadrarem nesse capital cultural que indica quem «pode» e «não pode»” (Sarmiento; Aguiar, 2022, p. 06) não se fizeram tão presentes. Ações Afirmativas são Políticas Públicas voltadas para grupos que sofrem algum tipo de discriminação, dentre elas a ética, racial e de gênero. Essas políticas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades. A Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012), torna obrigatório a reserva de 50% das matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

É por meio de ações afirmativas, que o Estado, conduzido a reconhecer as necessidades das camadas marginalizadas da sociedade, estabeleceu políticas de cunho compensatório para que todos os cidadãos e cidadãs disponham condições de acesso aos direitos básicos”, portanto, os direitos devem ser divididos igualmente. Assim, o sistema de cotas visa democratizar, por exemplo, o acesso à educação de ensino superior (Cardoso; Lima, 2021, p. 244).

A educação pode ser pensada de diversas formas e perspectivas, e uma delas é como uma maneira de estabelecer e reforçar a dominação, reproduzindo problemáticas sociais favorecendo interesses particulares de dominantes que detém o poder do que deve ser ensinado (Dias, 2020). Pode ser entendida como um processo de aprendizagem, desenvolvimento, conhecimento, ou até mesmo em alguns casos como disciplinarização e, “fabricar assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (Foucault, 2014 *apud* Cardoso; Lima, 2021, p. 236).

Após essa dominação na educação, percebemos a necessidade da implementação de leis que tentam nivelar essa ausência. “Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras?” (Gonzalez, 2020, p. 39). A lei 10.639/2003 torna obrigatório nas universidades e escolas o ensino da história e cultura Afro-Brasileira e Africana, com a função de reparar as desigualdades e promover o orgulho ao pertencimento étnico-racial. De que forma essa cultura é trabalhada nos ambientes de ensino? Podemos dizer que essa obrigatoriedade tem acontecido, ou fica apenas nos papéis?

Apesar de todas as ações que têm sido implementadas para que haja a diversidade dentro do ambiente universitários o número de professoras negras e professores negros que trabalham nessas Instituições ainda é pequeno, comparado à porcentagem de pretos no Brasil. Essa falta de representatividade causa nos alunos o silenciamento e não aceitação que todos podem e devem ocupar esses espaços.

Ainda há poucos professores negros do ensino básico ao curso superior, e isso causa muito impacto na vida de crianças e adultos que contemplam a possibilidade de ocupar aquele mesmo espaço (Cardoso; Lima, 2021, p. 243).

Ações Afirmativas são modos de se pensar a inclusão de pessoas negras em espaços de Ensino Superior. São movimentos como esses que produzem ambientes inclusivos que deveria oferecer igualdade de oportunidades para todos (Salerno; Carvalho; D’Angelo; Araújo, 2018). Porque, a partir do momento que os sujeitos se sentem pertencentes aquele espaço em que está inserido, o processo de Inclusão se inicia.

O termo inclusão refere-se a um conjunto de ações direcionadas a garantir a participação de todos na sociedade com equidade, independentemente da classe social, da condição física, do gênero, ou da orientação sexual. Inclusão é o ato de *aceitar*³⁵ o outro em sua plenitude, organizando e disponibilizando formas e atitudes para que esse indivíduo atue e seja respeitado em todas as suas capacidades (Santos; Carvalho; Araújo; Salerno, 2020, p. 03).

Aceitar? Quem é que tem o direito de aceitar ou não uma pessoa? Quem dita e normaliza essas regras? De acordo com a sociedade orientada por uma racionalidade ocidentalizada, em que vivemos quem tem o “direito” de aceitar alguém é o homem, branco, cis heteronormativo, que dita quais corpos serão aceitos e quais não serão de acordo com a sua visão hegemônica, seletiva e opressora.

³⁵ Grifo da autora.

Para que de fato haja um espaço inclusivo e que as diferenças não sejam rotuladas negativamente, o conhecimento é o caminho para a superação de “preconceitos e a aceitação das diferenças” (Santos; Carvalho; Araújo; Salerno, 2020, p. 11). Com as entrevistas narrativas das professoras negras de matemática, pretendo compreender sobre o caminhar das professoras negras em um espaço que discrimina, rotula e exclui quem não se adequa a norma (Rosa; Rodrigues, 2019) e aos estigmas estipulados pela sociedade. Conversar com essas mulheres negras é pensar também a Interseccionalidade. E apesar de trabalhar apenas com professoras negras de matemática, acredito que “todos os sujeitos são interseccionais, independentemente de se reconhecerem ou não como tais” (Puar, 2013, p. 347).

Historicamente, as narrativas têm sido construídas a partir de uma relação de poder que dita quais histórias merecem ou são dignas de serem registradas e quais ficarão à margem. Diante disso, temos que ser questionadores em relação ao que ouvimos e com isso, nos inteirar de todas as versões e visões sobre os acontecimentos aos quais temos acesso “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne uma única história.” (Adichie, 2019, p. 26).

Estamos em um momento em que pautas negras merecem atenção, temas como representatividade, preconceitos e Feminismo Negro, têm ocupado lugares não imaginados antes. Quem tem direito à fala em uma Sociedade em que é padronizada por um homem hétero e branco? É importante pensar no rompimento de uma única voz e, proporcionar a multiplicidade de vozes. A questão não é quem pode ou não falar, e sim, narrar vivências, a partir de uma história de opressão sofrida. Falo a partir do lugar ao qual pertenço (Ribeiro, 2017). Nós, mulheres negras, deveríamos estar em todos os espaços que queremos, sonhamos e desejamos, e nada mais justo e comum que nós também estejamos em diferentes áreas do conhecimento.

Como mulher preta em um curso de Matemática – Licenciatura vivenciei diversas tentativas de inclusão serem silenciadas, pelo processo de exclusão. E isso me fez perceber que marcadores sociais que o conceito de Interseccionalidade discute como raça, classe e outros, ‘determinam quais mulheres, mais provavelmente, sofrerão e quais não sofrerão esses abusos’ (Crenshaw, 2002, p. 175) dentro da universidade.

Acredito que escrever esse artigo sendo uma professora negra de matemática é um processo de inclusão por si só. Porque “a vida escreve a vivência em cada um, e cada um escreve o mundo em que vive” (Mendonça; Gominho; Melo, 2022, p. 12). Dentro do meu campo são poucos trabalhos, são poucos discentes, que tem como marcador social a raça, sei disso devido

ao levantamento que fiz para a dissertação. Escrever sobre essas questões dentro da Educação Matemática é uma constante busca por espaço e por pertencimento dentro de área que é discriminatória.

negar a raça de uma determinada pessoa é apagar seus processos de socialização e de racialização, desfazendo-se, na contramão, das responsabilidades históricas e materiais da branquitude no lugar subalterno ocupado pelos corpos racializados (Mendonça; Gominho; Melo, 2022, p. 06).

E é nesse espaço “como mais um dispositivo voltado à manutenção dos privilégios” (Mendonça; Gominho; Melo, 2022, p. 04), que busco problematizar a minha área, que em diversos momentos tentou “apagar o que faz de nós quem somos” (Santos; Kabengele; Monteiro, 2022, p. 165) e que por diversas vezes trabalhou sob o modo de exclusão e silenciou a inclusão, e que não o bastante não se atenta, e não faz a mínima questão, de pensar uma Matemática, um curso de Licenciatura em Matemática que sejam interseccionais. Então, gostaria de questioná-los: como podemos pensar a Matemática como um eixo que oprime?

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade Feminismos Plurais**. Djamila Ribeiro (Org.). São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, Iracy e Bento, Maria Aparecida (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARDOSO, Thomas Victor Barreto; LIMA, Maria Izabella Souza de. Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento. **REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. v. 03, n. 13, 2021, p. 231-248
- COLLING, Leandro. Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades. **Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Salvador, n. 17, v. 2, 2022, p. 51-62.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. 2002, p. 171-188.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo Feminismos Plurais**. Djamila Ribeiro (Org.). São Paulo: Pólen, 2021.
- DIAS, Amanda Lemos; ALMEIDA, Carlos Henrique Figueiras Prata de. A educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Licenciatura na UFS/Campus São Cristóvão. **III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias**, 2020.

DOMINGUÊS, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, 2001. Disponível em: https://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/10_di_logos_latinoamericanos/mito_democracia.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

DUQUE, Tiago; OLIVEIRA, Esmael Alves de; BECKER, Simone. Agência e interseccionalidade em quadra: inquietações sobre escolas e diferenças em Mato Grosso do Sul. **Interritórios: Revista de Educação**. Caruaru, v. 6, n. 10, 2020, p. 225-242.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: Rios, F.; Lima, M. (Orgs.). 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEALY, Lulu; POWELL, Arthur. Understanding and Overcoming “Disadvantage” in Learning Mathematics. **Third International Handbook of Mathematics Education - Springer International Handbooks of Education**. Nova York: Springer, 2013, p. 69-100.

JACOUB, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In TEODORO, Mário (org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição**. Brasília, IPEA, 2008.

MENDONÇA, Érika de Sousa; GOMINHO, Amilson de Carvalho Filho; MELO, Ana Letícia Cordeiro de. Inclusão de pessoas negras e de saberes afrodiaspóricos em Universidades brasileiras: a diversidade epistêmica como estratégia. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 17, 2022, p. 01-19. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19393>. Acesso em: 11 nov. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: o processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETO, Vanessa; BORGES, Luiza; ALVES, Thays. Redes Produtivas de saber/poder: gênero e matemática sobre análise de estudantes. **RIPEM – International Journal for Research in Mathematics Education**. v. 11, n. 3, 2021, p. 173-188.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **CIVITAS – Revista de Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, 2021, p. 445-454.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2013, p. 343-370.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Belo Horizonte: Justificando, 2017.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da. **Professores de Matemática e a Educação Inclusiva: Análises de Memórias de Formação**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 2013.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; RODRIGUES, Thiago Donda. Inclusão e (In)Tolerâncias, Avanços e Retrocessos: O que a Sociedade, a Escola e a Educação Matemática têm a ver com isso?. **Educação Matemática em Revista**. Brasília, v. 24, n. 64, p. 33-55, set./dez. 2019.

SALERNO, Marina Brasiliano; CARVALHO, Silvia Mayeda D'Angelo; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. O conceito de Inclusão de discentes de Educação Física de Universidades Públicas do Estado de São Paulo no contexto social da sua prática. **Movimento**. Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2018, p. 721-734.

SANTOS, Mariselma Oliveira dos; CARVALHO, Camila Lopes de; ARAÚJO, Paulo Ferreira de; SALERNO, Marina Brasiliano. Educação Física escolar e inclusão: um estudo de caso no Brasil sob a óptica do modelo bioecológico. **Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**. Florianópolis, v. 32, n. 62, 2020, p. 01-21.

SANTOS, Sergio Coutinho dos; KABENGELE; Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 81, 2022, p. 158-170.

SARMENTO, Viviane Nunes; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. Corpos de menor valor, sociedade de mais-valia: uma discussão sócio-histórica acerca do nascimento cultural da pessoa com deficiência. **Delta**. v. 38, n. 01, 2022, p. 1-17.

SILVA, Ana Célia da. Ideologia do embranquecimento. **Identidade negra e educação**. Salvador: Ianamá, 1989.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade**. In: Nascimento, Antônio Dias; Hetkowski, Tânia Maria. (org.). Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, p. 87-101, 2007. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5>. Acesso em: 28 de set. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2008, p. 146-166.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. Apontamentos materialistas à interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 29, n. 176725, 2021. p. 01-10.

“Negra não serve, coloquem a Negra no seu lugar”: profissões, gênero e raça³⁶

Thays Alves de Oliveira³⁷

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Daniele Costa Silva³⁸

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Vanessa Franco Neto³⁹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão referente às profissões pré-estabelecidas ou, como temos trabalhado, inventadas, às mulheres negras, devido à cor de sua pele. Indagamos o lugar que o corpo das mulheres negras tem ocupado nos espaços profissionais, em específico no espaço acadêmico como docentes. Pensando nisso, por meio de narrativas produzidas para pesquisa de Mestrado em Educação Matemática, problematizamos e discordamos das normalizações assim como as padronizações que a construção social impõe dia após dia às mulheres negras. Discutimos a invenção dos espaços para essas mulheres que têm tentado subverter e se tornar pertencentes a eles. Apresentamos e “concluimos” que postos de trabalho superexplorados, em específicos os de servidão, são geralmente atribuídos a determinadas formas de vida, determinados corpos. Diante disso, nosso artigo não apresentará uma produção que sanará e responderá suas dúvidas. Queremos pensar e dialogar com as leitoras para, no final - ou no início - nos questionarmos: Que profissões são ditas para mulheres negras? Por que são ditas? Quem define quem diz? Quem dá o direito de definir? Quem ocupa os espaços das Universidades, ou seja, quem tem ocupado os espaços de poder?

Palavras-chave: Invenções; Pertencimento; Mulheres Negras; Profissões.

“Black women are no good, put Black women in their place”: professions, gender and race

Abstract

This article aims to present a discussion regarding pre-established or, as we have been working, invented, professions for black women, due to the color of their skin. We inquire about the place that the body of black women has occupied in professional spaces, specifically in the academic space as teachers. With this in mind, through narratives produced for Master's in Mathematics Education research, we problematize and disagree with the normalizations as well as the standardizations that social construction imposes on black women day after day. We discuss the invention of spaces for these women who have tried to subvert and become belonging to them. We present and “conclude” that overexploited jobs, specifically those of servitude, are generally attributed to certain forms of life, certain bodies. Therefore, our article will not present a production that will resolve and answer your doubts. We want to think and dialogue with readers so that, in the end - or at the beginning - we ask ourselves: What professions are designated for black women? Why are they said? Who defines who says? Who gives the

³⁶ Artigo publicado em 2023 no Boletim GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática. Disponível em: <https://periodicos.ufrrj.br/index.php/gepem/article/view/842>.

³⁷ Mestranda em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3744-6324>. E-mail: thays.alves@ufms.br.

³⁸ Doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Cornélio Procópio (UTFPR), Cornélio Procópio, Paraná, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Alberto Carazzai, 1640, Centro, Cornélio Procópio, Paraná, Brasil, CEP: 86300-000. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0684-8024>. E-mail: danielesilva@utfpr.edu.br.

³⁹ Doutora em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Costa e Silva, 1500, Universitário, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, CEP: 79070-000. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2129-8040>. E-mail: vanessa.neto@ufms.br.

right to define? Who occupies the spaces of the Universities, that is, who has occupied the spaces of power?
Keywords: Invention; Belonging; Black Women; Professions.

“Las mujeres Negras no sirven, pon a las mujeres Negras en su lugar”: profesiones, género y raza

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar una discusión sobre profesiones preestablecidas o, como venimos trabajando, inventadas, para las mujeres negras, debido al color de su piel. Indagamos sobre el lugar que ha ocupado el cuerpo de las mujeres negras en los espacios profesionales, específicamente en el espacio académico como docentes. En este sentido, a través de narrativas producidas para investigaciones de la Maestría en Educación Matemática, problematizamos y discrepamos con las normalizaciones y estandarizaciones que la construcción social impone día tras día a las mujeres negras. Discutimos la invención de espacios para estas mujeres que han intentado subvertirlos y volverse pertenecientes a ellos. Presentamos y “concluimos” que los trabajos sobreexplotados, específicamente los de servidumbre, generalmente se atribuyen a determinadas formas de vida, a determinados cuerpos. Por tanto, nuestro artículo no presentará una producción que resuelva y responda a tus dudas. Queremos pensar y dialogar con las lectoras para que, al final -o al principio- nos preguntemos: ¿Qué profesiones están designadas para las mujeres negras? ¿Por qué se dicen? ¿Quién define quién dice? ¿Quién da el derecho a definir? ¿Quién ocupa los espacios de las Universidades, es decir, quién ha ocupado los espacios de poder?

Palabras clave: Inventiones; Pertenencia; Mujeres negras; Profesiones.

O Processo de Invenção do Corpo Feminino e Negro

Escrever esse artigo tem sido para nós, as autoras, um processo de descentralização dos modos como temos percebido e experienciado o mundo. Discutir os lugares que o corpo da mulher negra ocupa nos espaços profissionais por meio de excertos de narrativas produzidas para uma dissertação, é uma maneira de discordar e questionar as normalizações e padronizações que a construção social impõem dia após dia às mulheres e, em especial - que de especial não tem nada - às mulheres negras. E, toda essa discussão que faremos neste trabalho não faria sentido sem antes problematizar o lugar que deve/espera-se que mulheres negras possam ocupar ou até mesmo ocupem nos dias de hoje.

Durante um bom tempo temos percebido e nos apresentado a um modo de viver ocidentalizado que opera nos padrões inventivos da binarização: homem/mulher, feminino/masculino, certo/errado, bem/mal, heterossexual/homossexual e outros n+1 binarismos por aí afora. Interpretamos, baseadas em Oyěwùmí (2021), que esses dualismos e outros podem ser entendidos como variações da binarização feminino/masculino que são postas de maneira ordenada e hierarquizada, inventadas para a diferenciação, distanciamento e organização social. Por mais que tentemos negar e, em alguns momentos, fingir (ou até mesmo não nos darmos conta, por estarmos tão imersos no sistema) que estamos conseguindo subverter esses modos que vivemos na sociedade, uma sociedade ocidentalizada, o fato é que não conseguimos deixar de (re)produzir conhecimentos e práticas de uma racionalidade específica, e acabamos por vivenciar as armadilhas que as capturas colonizadoras nos impuseram e ainda

nos impõem diariamente.

Grupos sociais diversos assumem variadas e inventadas práticas para se organizarem. Esses processos não são, de forma alguma, naturais. A racionalidade biológica que ampara muitas práticas ocidentalizadas e que ao longo da história vem sendo utilizada como instrumento para justificar opressões de toda ordem, contribui para uma percepção de que esses processos são “naturais”, que são da “natureza humana”, este movimento é chamado determinismo biológico, instrumento ainda em franco uso para justificar diversos eixos de opressão⁴⁰. No Brasil, em decorrência de processos históricos, como a escravização, essa biologia é bastante pautada pela raça, ou seja, uma biologia racial⁴¹, naturalizando uma estratificação social entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A lógica cultural das sociedades ocidentalizadas acredita, e tem reverberado isso para o resto do mundo, que a racionalidade biológica define o que os sujeitos são, como são vistos e como vão viver socialmente.

Essas validações são feitas a partir dos conhecimentos derivados dos Estados Unidos da América - EUA e da Europa. Isso tem acontecido quando nós categorizamos quais corpos são considerados superiores e quais são inferiores para que, assim, sejam criadas posições socialmente favoráveis a algum dos grupos e, no caso aqui, para favorecer os homens. É fácil colocarmos todos os homens em caixas sem mencionar que temos falado de um homem em específico. Colocar o homem negro no patamar do branco é o mesmo que pensar em um feminismo universal, pois o homem negro foge do padrão socialmente imposto e não está na mesma posição de poder que homens brancos, cis, heteronormativos, e é desse homem padronizado, também inventado, que estamos falando quando dizemos “homem”. Mas, o que queremos dizer é que, socialmente, ser homem é ser privilegiado em detrimento da mulher e da mulher negra.

Assim, a biologia e a biologia racial, opera como uma política de organização do mundo social e tem sido utilizada para segregar socialmente, porque

quem está em posições de poder acha imperativo estabelecer sua biologia como superior, como uma maneira de afirmar seu privilégio e domínio sobre os “Outros”.

⁴⁰ Sobre esse assunto, há uma interessante reportagem que aborda, entre outros, o caso emblemático de Sarah Baartman. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/como-ciencia-contribuiu-com-machismo-e-racismo-ao-longo-da-historia.html>

⁴¹ É importante pontuar que vivemos em uma sociedade que usufrui da biologia para validar e desvalidar os lugares sociais de determinados corpos “biologicamente as mulheres são mais frágeis que os homens, para trabalhos braçais”. Se, olharmos para o Brasil essa validação é realizada por meio de uma biologia racial, pois se tem propagado, de maneira explícita e implícita, que corpos negros não servem para determinados espaços. Ou seja, utilizamos de uma biologia racial para determinar quem pode e quem não pode realizar determinadas tarefas.

Quem é diferente é visto como geneticamente inferior e isso, por sua vez, é usado para explicar sua posição social desfavorecida (Oyěwùmí, 2021, p. 27).

Nos parece certo pensar, em conjunto com a Oyěwùmí (2021, p. 16), que as “categorias sociais como ‘mulher’ são baseadas em um tipo de corpo e são elaboradas em relação, e em oposição, a outra categoria: homem”. Sendo assim, refletimos que a “mulher” foi um grupo categorizado para que outro, o “homem”, pudesse usufruir de seus desejos e posição de privilégio social. É fácil e triste ao mesmo tempo para nós, mulheres, não pensarmos e, muito menos, falarmos em privilégios, devido às categorizações que nos colocam em papéis de submissão. Qual [tipo de] corpo tem ocupado espaços socialmente prestigiados e privilegiados? O da Mulher? O da Mulher Negra? Interpretamos que NÃO!

Temos chamado de corpo aquilo que influencia social, econômica, e educacionalmente na sociedade. Então, o corpo, e quando falamos o corpo estamos falando do corpo do homem, que é a base de categorias sociais, da organização do mundo, da inclusão e da exclusão, é o fundamento que constrói o pensamento e as identidades sociais. Ou seja, estamos falando de um corpo social, mas não podemos deixar de mencionar que quando falamos de corpo, também, estamos falando do corpo elaborado por uma racionalidade biológica. E, as características que esse corpo carrega, na nossa sociedade, informam as profissões, os lugares sociais e físicos que esse corpo deveria ocupar/exercer.

A invenção acontece quando, em decorrência dos processos de colonização e colonialidade, e dentre outros processos sociais e históricos que nos condicionam a acreditar e reverberar que a biologia racial, e não somente ela, é a base para a classificação social. Este corpo masculino e branco, apesar de suas particularidades, dificilmente terá esses enfrentamentos: numa sociedade ocidentalizada, hierárquica, patriarcal e biologizante. Nesse contexto, biologicamente, se você performa em um corpo masculino, e esse corpo sendo branco, dificilmente sofrerá com problemas de representatividade e pertencimento. Na realidade, o corpo são os outros, aqueles que correspondem à norma (homem padrão) dificilmente discutem a ideia de corpo.

No patriarcado, homens são árbitros de identidade, tanto da masculina quanto da feminina, porque a norma cultural da identidade humana é, por definição, identidade do homem – a masculinidade. E, no patriarcado, a norma cultural da identidade do homem consiste em poder, prestígio, privilégio e prerrogativa acima e contra a classe das mulheres. Isso é masculinidade. Não é qualquer outra coisa (hooks⁴², 2020, p. 164).

⁴² bell hooks é pseudônimo utilizado pela intelectual negra Gloria Jean Watkins, como uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. Como posicionamento político, o pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois ela acredita que nomes e títulos não devem possuir mais valor do que as ideias.

Durante o processo de colonização foram criadas hierarquias em que o gênero e a raça serviram como base para as diversas organizações sociais. Essas categorias eram utilizadas para classificar quais ficariam no topo e quais ficariam na base, se pensarmos em uma pirâmide em que no topo ficam os privilegiados e a base os que ficam na margem, os marginalizados socialmente. Não precisaríamos ir muito longe para sabermos que no topo ficavam os homens brancos, em seguida as mulheres brancas, depois os homens negros e no final, à margem, as mulheres negras assim como: as mulheres transsexuais e as mulheres transsexuais negras, que também ocupam seus espaços na margem social. Dentre as inúmeras desigualdades que essas mulheres sofrem, a sexual e a racial estão muito bem definidas e articuladas na nossa realidade brasileira, pois “o caráter duplo de sua condição biológica - racial e/ou sexual - as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente” (Gonzalez, 2020, p. 145).

Segundo Gonzalez (2020)⁴³, as ideologias da classificação social não podem deixar de ser vistas como hierárquicas na nossa sociedade, são segregações raciais que foram herdadas pois “nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna necessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante” (Gonzalez, 2020, p. 143).

Segundo Oyěwùmí (2021), e fazendo um paralelo com o Brasil que em alguns pontos não se diferencia da sociedade Iorubá pós-colonização, as mulheres negras foram colonizadas pelos europeus de dois modos: como negras e como mulheres negras, ou seja, foram colonizadas pela raça e pela sua biologia racial. Como negras elas foram dominadas e exploradas, assim como o homem negro e, foram exploradas, inferiorizadas e marginalizadas como mulheres negras. As opressões de gênero e raça que essas mulheres sofreram e sofrem até os dias atuais, devem ser entendidas de maneira interseccional, em que não são compreendidas em termos de adição. Mas, que são pensadas de modo como elas se relacionam e assim experimentam e experienciam outras formas de opressões.

Então, desde muito cedo a inferiorização racial e a subordinação de gênero que foram legitimadas com o processo da colonização vem estabelecendo uma sociedade racista e machista, em que a falta de alguns recursos materiais e sociais afetam apenas uma parcela do todo, pois “a colonização, além de ser um processo racista, também foi um processo pelo qual a hegemonia masculina foi instituída e legitimada nas sociedades” (Oyěwùmí, 2021, p.230). Essa invenção de gênero e raça tem propagado uma dominação das ideologias políticas que

⁴³ Essa referência, embora tivesse sido publicada em 2020, é uma compilação de ensaios, intervenções e diálogos realizados por Lélia Gonzalez entre 1975 e a primeira metade dos anos 1990.

replicam as ideias coloniais, que tem reforçado as desigualdades no cotidiano contemporâneo.

Longe de querer estabelecer reflexões que individualizem o racismo ou que se concentrem na situação específica de cada indivíduo racializado, ela se volta para os efeitos perturbadores do racismo na sociedade, cujos impactos podem ser vistos e sentidos tanto entre os sujeitos dominados quanto por quem exerce a dominação (Gonzalez, 2020, p. 16)

Esse processo de inferiorização do povo negro, em recorte as mulheres negras, cria e inventa identidades que precisam ser construídas, reconstruídas e destruídas pois,

a população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de há noventa anos, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente (Gonzalez, 2020, p. 302)

O que estamos dizendo aqui é que nós, a sociedade, inventamos um padrão de corpo que passa e afirma suas credibilidades, “um corpo de homem dê credibilidade a seus enunciados, ao passo que o corpo de uma mulher o afasta dos dela” (Smith, 1987 apud Oyèwùmí, 2021, p. 16). O corpo tem sido entendido como ferramenta ou forma de categorizar a outra: Mulheres Negras não podem sair do quarto da empregada; Mulheres Negras não podem ser professoras universitárias; Mulheres Negras não gostam de Matemática; Mulheres Negras tem que saber sambar; Mulheres Negras... Indagamos, portanto, que lugares mulheres negras ocupam ou podem ocupar/exercer na sociedade? Que profissões as mulheres negras podem ocupar/exercer?

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. (Hasenbalg, 1979 apud Gonzalez, 2020, p. 34).

No Brasil, devido à herança escravocrata que sofremos, tanto no passado como no presente, inventamos diversas identidades raciais para justificar a exploração de minorias sociais. Segundo Ribeiro (2019, p. 11), a sociedade escravista “ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social

inferior”. E assim como a maioria dos países que foram colonizados, tomamos como norma, padrão e como universal, as construções ocidentais, americanas e europeias. Criou e solidificou-se a partir desse período, a ideia de que o corpo da mulher negra só serviria para certos tipos de funções e posições na sociedade, e nenhuma delas seria de poder, mas todas de submissão.

Por isso, é complicado pensarmos em mulheres negras que tiveram o privilégio de fazer uma graduação, que tiveram o privilégio de ocupar/exercer espaços profissionais nas Universidades. Porque o privilégio tem sido, ‘coisa de branco’. As mulheres negras que socialmente têm ocupado espaços de poder, não tiveram privilégio, o que elas fizeram - e têm feito - foi se apropriar de algumas oportunidades e brechas que foram surgindo, para que nas rachaduras que surgiam no vazio pudessem subverter esse lugar de submissão e assim, afirmar seu pertencimento nesses espaços de poder. Ou seja, estamos falando da força da mulher negra em afirmar que precisam ser percebidas. Mas, quando dizemos

sobre a ‘força’ de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação (hooks, 2020, p. 25).

E, quando mencionamos sobre essas mulheres, muito se tem a dizer das categorizações que as colocam em espaços de submissão tanto por mulheres como por homens, independente da raça. As opressões que elas sofrem cotidianamente tem nos mostrado que quanto mais opressão as mulheres negras sofrem menos se tem pertencimento e ocupação em espaços socialmente privilegiados, pois a desigualdade e os preconceitos têm sido utilizados para segregar e apontar quais corpos devem pertencer ali.

Como já temos discutido ao longo desse texto, gênero e raça são construções sociais, pois por meio dessas estruturas determinamos quais são os corpos que serão socialmente privilegiados, em detrimento de outros. E, isso tem corroborado a permanência das mulheres negras no papel de submissão, sempre ali para servir e ajudar nos sucessos dos outros e, esquecendo da sua própria ascensão.

O que veremos a seguir é como as invenções de raça e gênero têm colocado mulheres negras em espaços profissionais de servidão. E, como essas metanarrativas - a invenção do gênero e da raça - tem corroborado para a falta de representatividade e pertencimento em espaços que são socialmente de poder.

De onde falamos?

O presente artigo surgiu de inquietações das autoras que ao lerem as narrativas produzidas para pesquisa de Mestrado que mostraram que a associação de mulheres negras à

servidão é presente nos relatos.

Carla - *Quer ver uma coisa que me incomoda muito é estar comprando em uma loja, e chegar alguém e perguntar se eu sou funcionária da loja. É preconceito isso que eu estou falando? É preconceito, é horrível isso que eu estou falando, mas eu sempre questiono: Por que sempre acham que eu sou funcionária? Por causa da cor?*

Essa fala da Carla exemplifica como as mulheres negras são sempre colocadas nesse lugar de servir o outro. Trazemos essa fala para mostrar como experiências como essas atravessam boa parte das mulheres negras. Ser mulher e negra no Brasil é se deparar constantemente com perguntas inconvenientes como a apresentada, que se formos fazer uma análise minuciosa percebemos que isso nada mais é que o racismo estrutural que fomos condicionados a aprender assim que saímos da barriga de nossa mãe. O mencionado racismo estrutural opera de modo a naturalizar os racismos no cotidiano social (Almeida, 2020), nesse sentido, ele organiza e dá sentido às formas de vida disponíveis. Podendo ser entendido como uma tecnologia de poder, o racismo classifica e hierarquiza corpos e práticas, sendo, deste modo, estruturante socialmente.

Nas conversas que tivemos com as professoras negras que participam da pesquisa, percebemos que nas narrativas elas mencionavam e questionavam os lugares em que as mulheres negras são colocadas socialmente. Após algumas reuniões entre as autoras, percebemos que tínhamos que problematizar as profissões que são ditas para essas mulheres e, com isso, refletir como essas mulheres são sempre colocadas em prova quando performam outras profissões, que socialmente não são ditas para elas.

Nesse sentido, trazemos algumas discussões sobre a invenção que estamos condicionados quando pensamos em profissões que são socialmente privilegiadas e quem pode e tem ocupado esses espaços. Quando falamos de atribuição profissional para as mulheres negras discutimos a ideia de invenção e construção social, pois, ao passarmos pelo período de escravização algumas profissões foram impostas às mulheres negras e, isso tem seguido até os dias de hoje. Esse artigo tem sido um diálogo entre as autoras, as professoras negras que conversamos e algumas intelectuais negras como: Oyèrónké Oyěwùmí, Lélia Gonzalez, Djamilia Ribeiro, dentre outras, que em seus escritos têm nos ajudado nesse caminhar.

O que fizemos em Narrativas?

A pesquisa que deu origem às inquietações e problematizações discutidas neste artigo é uma pesquisa de Mestrado em Educação Matemática, que teve como modo de produção as narrativas de quatro professoras negras que atuam, como formadoras, nos cursos de

Licenciatura em Matemática em Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. Seleccionamos essas professoras por meio de um formulário eletrônico, que foi enviado via e-mail para 38 professoras que são formadas em Licenciatura/Bacharel em Matemática, e atuam no curso de Licenciatura em Matemática das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul. Pedimos que elas declarassem como se viam, em termos raciais, na nossa sociedade.

A partir das respostas que obtivemos, por meio do formulário eletrônico, realizamos as conversas, presenciais e via chamadas de vídeo, com essas professoras, com o intuito de investigar como foi/foram os processos de formação delas e, de que maneira as questões raciais e sociais perpassam e perpassaram suas trajetórias.

Para produzir as narrativas, elaboramos um roteiro semiestruturado com um conjunto de questões disparadoras, que serviram para mobilizar as professoras a refletir e nos falar sobre o processo de constituição de educadoras da Área de Matemática no ambiente universitário, ou seja, queríamos que as professoras negras selecionadas contassem um pouco dos seus processos de formação. Entendemos que essa narração é um complemento do processo de se constituir professora de Matemática, ou seja, é também um processo formativo. No entanto, essa narração não engloba todo esse processo e sim um recorte da sua experiência que elas escolheram narrar. Ao narrarem sobre si e suas trajetórias para tornarem-se formadoras de pessoas que ensinam matemática, entendemos que as mesmas estão se constituindo e refletindo sobre suas práticas. Nesse sentido, as narrativas assumem um papel político, de pertencimento, de luta, de adequação, de conformação e de enfrentamento. Portanto, o processo de narrar-se é também um ato de produzir-se em sociedade, em ação no mundo, nas relações de poder que nos atravessam, (Jørgensen, 2022).

Com as entrevistas realizadas e transcritas, solicitamos que as professoras selecionadas escolhessem um nome que tivesse algum significado ao longo da sua trajetória. Mas, não era obrigatória essa escolha, elas ainda poderiam optar por: se deixariam o seu nome real ou se mudariam.

Dandara possui graduação em Matemática, Bacharel, por uma Universidade Pública da Bahia, logo em seguida cursou Mestrado em Matemática Pura também por uma Universidade Pública da Bahia e, hoje ela é doutora em Matemática Pura por uma Universidade Pública de São Paulo.

Carla possui licenciatura em Matemática por uma Faculdade Pública do Paraná, em seguida fez o curso de Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo e, após um tempo, fez Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo.

Carolina possui graduação em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul, fez Mestrado em Matemática Pura por uma Universidade Pública de São Paulo. É docente em uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul. Está cursando o Doutorado em Educação por uma Universidade Pública de Mato Grosso do Sul.

Marielle é formada em Licenciatura em Matemática por uma Universidade Pública do Rio de Janeiro, possui Mestrado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo, cursou Doutorado em Educação Matemática por uma Universidade Pública de São Paulo, com um estágio de um ano em uma Universidade Estadunidense.

Utilizamos o conceito de Interseccionalidade para que pudéssemos elencar alguns marcadores sociais e unidades de análise nessas narrativas. É importante pontuar que, segundo Ribeiro (2018) e Akotirene (2019), o conceito de Interseccionalidade, como uma conceituação, vem ganhando força há um bom tempo, no Movimento Feminista Negro. Além disso, tem sido utilizada como uma ferramenta que busca capturar as consequências estruturais desses sistemas discriminatórios - raça, classe, gênero e outros - que criam desigualdades básicas que estruturam as posições de poder no corpo social. Ela, a Interseccionalidade, vem sendo utilizada para analisar e, ao mesmo tempo, combater as múltiplas opressões que compõem a sociedade. A Interseccionalidade, portanto, visa “dar espaço tanto para as experiências sociais quanto para as perspectivas de grupos multiplamente discriminados” (Pereira, 2021, p. 450).

Essa conceituação nos permite denunciar e analisar as desigualdades raciais e sociais e, para além disso, evidenciar como as violências ocasionadas por elas podem contribuir com a (re)produção de exclusões. Pois, “a Interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” (Akotirene, 2019, p. 19).

Com esse conceito, como já foi dito, fizemos o levantamento de algumas categorias de análise e dentre elas, a questão das profissões mais comumente atribuídas às mulheres negras foi fortemente elencada nas narrativas e será problematizada a seguir.

Mulheres Negras e as suas Profissões: da Invenção ao Pertencimento

Estamos vivendo reivindicações postas desde que os Movimentos Feministas surgiram, em que temos lutado para que as mulheres ocupem os mesmos espaços, que ganhem os mesmos salários, que tenham o mesmo reconhecimento, que sejam valorizadas em suas escolhas profissionais, tal qual um homem tem sido, tem ocupado e tem recebido. Mas, uma das questões que temos que fazer quando buscamos por essa equidade é: de que mulher estamos falando? Estamos buscando essas melhorias para todas as mulheres? O Feminismo Negro,

pensou nisso quando discutia que as demandas do Feminismo não englobavam todas as mulheres da sociedade, que não se tratava de um grupo homogêneo, com demandas homogêneas. Nessa discussão ficou escuro que não tem como pensar em igualdade de gênero sem levar em consideração e, sem fazer um recorte em que raça esteja presente.

“É preciso melhorar nossa análise das mulheres e da formação de classes para refinar nossas percepções”. Mulheres? Que mulheres? Quem se qualifica para ser mulher nesse ambiente cultural e em quais bases elas devem ser identificadas? Tais questões são legítimas se quem pesquisa leva a sério a construção das categorias sociais e tem em conta as concepções locais da realidade (Oyèwùmí, 2021, p.47).

E, mais uma vez, a alegada universalidade ocidental interpreta quais são as demandas sociais de um grupo de mulheres, e supõe que a organização social de uma cultura pode interpretar essas experiências culturais para explicar sobre outros grupos de mulheres, por exemplo, as mulheres negras. Dizer que todas as mulheres têm conseguido alcançar determinados espaços de poder é um dos maiores eufemismos que a nossa sociedade tem vivenciado e vem vivenciando ao longo do tempo.

Pensando na História do Negro no Brasil, nos parece certo dizer que temos vivido e propagado uma universalidade colonizadora em que categorizamos e enquadrámos as mulheres negras em determinados espaços, em que a servidão é destinada a elas, “de um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata” (Gonzalez, 2020, p. 59). Nosso histórico nos diz que os espaços socialmente privilegiados, que os homens ocupam, não são espaços para mulheres e, que se porventura algumas mulheres os alcancem, elas de modo algum serão negras.

Infelizmente, no Brasil ainda vivemos em uma realidade com números pouco expressivos quando falamos da presença de mulheres negras no poder. E, quando falamos em poder não estamos apenas mencionando lugares como a bancada parlamentar, mas também a falta de representatividade de mulheres negras na televisão, a falta de bonecas negras com preços acessíveis, a falta de representatividade de mulheres negras em consultórios médicos como médicas. Estamos falando da falta de mulheres negras em diversos espaços, porque parece que sempre que as mencionamos estamos falando da sua ausência, da falta e, dificilmente as colocamos/tornamos pertencentes a esses espaços, em que haja a oportunidade de saírem do lugar de servidão inventado.

Várias pessoas têm dificuldade em apreciar mulheres negras da maneira que somos, porque querem impor uma identidade em nós, baseada em vários estereótipos negativos. Esforços difundidos para continuar a desvalorização da mulheridade negra torna extremamente difícil, e muitas vezes impossível, para mulheres negras, desenvolver um autoconceito positivo. Afinal, somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De fato, uma força opressora forte tem sido esse estereótipo

negativo e nossa aceitação dele como modelo viável a partir do qual podemos padronizar nossa vida. (hooks, 2020, p. 144)

Inventamos algumas padronizações em que colocamos e estipulamos quais lugares as mulheres negras poderão ocupar/exercer socialmente, e isso fica ainda mais explicitado quando fazemos um recorte para as profissões que são ditas para as mulheres negras. Essas mulheres sempre foram tratadas como mercadorias, sendo classificadas para trabalhos no campo, na casa grande ou como objeto sexual.

As professoras participantes desta pesquisa, no entanto, transpuseram esses locais tradicionalmente ocupados por mulheres negras no Brasil. Todavia, isso não se deu e não se dá sem que a ocupação delas nesses espaços seja contemplada como inusual, incomum, excepcional. A fala de uma das autoras e Marielle, por exemplo, expressam suas angústias quando mencionam o seu incômodo quando frequentam lojas, pois, a sociedade as enxerga sempre nessa posição de servir o outro, e até mesmo ao fato de atribuir a elas certas profissões, que são ditas para as mulheres negras. Elas, mulheres negras, não podem ocupar/exercer outros espaços?

Thays - *Recentemente, eu fui em uma loja no shopping da minha cidade (Campo Grande/MS) e estava com várias roupas em meu braço, estava a caminho do provador. E uma mulher me abordou e perguntou: “Oi, onde fica o caixa?”, inocente respondi: “Olha, não sei! Mas, acho que fica no segundo andar...”. Foi nesse momento que ela percebeu que eu não era funcionária pois, fala me/se questionando: “Aaaah, você não trabalha aqui?!”*

Marielle - *Essa coisa de atribuir a faxina, a limpeza, o garçom, a certas pessoas, parecem que a pessoa, necessariamente, tem que ser daquela profissão. Sempre atribuem para profissões mais baixas, não desmerecendo as profissões, mas pensando numa cadeia de profissões, são as que ganham menos. E a pessoa não pode ser um empresário, um médico, um professor...*

Quais profissões são ditas para mulheres negras e de que modo se estabeleceu essas hierarquias? É possível responder essa questão quando olhamos para o nosso histórico de servidão que durou de forma legal por 388 anos, e que permanece em nossa sociedade, ainda que adaptado. A atribuição das profissões de serviço/servidão às mulheres negras é o reflexo da escravidão nos dias de hoje.

Isso é analisado em Hillesheim (2004), que argumenta que temos uma divisão tradicional sexual do trabalho em sociedades ocidentalizadas de maneira geral, contudo, no cenário brasileiro, essa divisão está para além do sexo. Pois, nesse contexto o trabalho tem sido organizado de acordo com o gênero e raça. Fazendo mais sentido, portanto, analisar a divisão sexual e racial do trabalho, cabendo às mulheres negras, o trabalho doméstico, a servidão. Esses

processos podem ser entendidos como hierarquias de gênero e raça que são utilizadas socialmente como forma de poder entre os sexos e entre as raças.

Se pensarmos o gênero e a raça como categorias de uma construção social, e que essa invenção tem sido utilizada para descrever, como diz Oyěwùmí (2021), o significado de ser homem e mulher, e fazendo um paralelo com a nossa realidade o que é ser mulher negra no Brasil. Essa invenção tem colocado as mulheres negras em papéis de subordinação universal.

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a dominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (Gonzalez, 2020, p. 59)

Mulheres negras SÓ servem para serem empregadas domésticas, SÓ podem ser atendentes de lojas, SÓ podem ser garçonetes, SÓ podem ser babás, mulheres negras SÓ podem... Essas limitações as quais os corpos femininos e negros estão condicionados são também consequências da estruturação de classes decorrente do sistema capitalista, o qual tem organizado a sociedade em diversas dimensões. Nesse sentido, Almeida (2020), convida à discussão acerca do caráter social e político da economia, que tem repercussões no que o autor chamou de racismo estrutural. Ribeiro (2018) menciona em seus escritos que quando reduzimos as mulheres negras a determinados papéis, estamos retirando sua humanidade e as transformamos em objetos, que não se espera que performem outras profissões e assim ocupar/exercer outros espaços. Afinal, a racionalidade capitalista demanda condições subjetivas, atravessadas por dinâmicas de gênero e de raça, que são transmitidas à sociedade o tempo todo, materializando-se como práticas naturalizadas.

Na sociedade brasileira, por exemplo, é muito comum as telenovelas apresentarem personagens negras em atividades laborais pouco remuneradas e super exploradas (Santos; Cipriani, 2021; Almeida, 2020). Esse racismo estrutural em que as mulheres negras são submetidas, tomou maiores proporções devido ao Mito da Democracia Racial, que organiza a sociedade brasileira baseada em uma ideia equivocada de que a miscigenação da população garante uma convivência pacífica e fraterna entre as pessoas, independente de questões raciais. Esta ideia não encontra respaldo na realidade, visto que o Brasil se estrutura por meio de práticas ocidentalizadas, sendo assim, de acordo com Oyěwùmí (2021), o corpo tem um papel central nas formas de organização social:

As maneiras pelas quais as pessoas conheciam seus lugares no mundo estavam relacionadas com seus corpos e as histórias desses corpos, e quando violavam as prescrições para esses lugares, seus corpos eram punidos, muitas vezes, de forma espetacularizada. O lugar de alguém no corpo político era tão natural quanto a localização dos órgãos em um corpo e a desordem política (era) tão antinatural quanto

a mudança e o deslocamento desses órgãos. (Oyèwùmí, 2021, p. 28)

O racismo enquanto uma articulação ideológica e um conjunto de práticas (Gonzalez, 2020) tem sido bastante eficaz estruturalmente, pois tem estabelecido uma divisão racial do trabalho. O que chama a atenção nisso tudo é que as mulheres negras já internalizaram, e isso tem mudado aos poucos, quais são os seus espaços profissionais, pois a história cumpriu o seu papel em propagar narrativas em que mulheres negras estarão sempre no papel de servidão, e Carla e Marielle mencionam isso em suas falas e, na fala de uma das autoras também. Enquanto o racismo se naturaliza como discursos de exclusão, quem ele exclui é tratado como objeto e não como sujeito, e tem a sua história contada por outros, sem direito a voz própria.

Gonzalez (2020, p. 58) não mentiu quando disse que “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação⁴⁴, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Pois, quando condicionamos as mulheres negras a serem empregadas, estamos forçando-as a ficarem nas posições não valorizadas na hierarquia social.

O discurso que vem sendo propagado há tempos é que para subverter a opressão e simultaneamente ter ascensão social, o caminho é a educação. Somente o conhecimento poderia oportunizar posições superiores às que as mulheres negras vêm sendo colocadas, sendo esse o discurso de salvação por meio da educação formal bastante difundido. Ao mesmo tempo que esse tem sido o caminho, o que temos que despir nesse trilhar tem apagado muitas das identidades a ponto de não se reconhecerem mais. Carla endossa isso ao afirmar que,

Carla - *Eu andei analisando friamente, para mim isso tem muito a ver com a ideia de pertencimento. Porque, pensa bem, você escuta a vida inteira: “Aqui não é o seu lugar!”, “Sai para lá, sua negrinha...”, para você estar ali você tem que mostrar que está ali.*

Nesse sentido, a educação formal também tem seu papel no mencionado racismo estrutural e conseqüente apagamento das subjetividades atravessadas de gênero e raça,

o sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis de ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (Nascimento, 1978 *apud* Gonzalez, 2020, p. 39)

⁴⁴ A terceira discriminação que Gonzalez (2020) menciona é a classe social.

Pensar que a educação é um direito de todos, faz com que questionemos: quais tipos de corpos têm se beneficiado das oportunidades educacionais? Nossas narradoras compreendem o acesso à educação formal como estratégia que as possibilitou alcançar certa mobilidade social, afinal, a universidade não era um espaço ao alcance delas:

Dandara - *Eu morava perto da Universidade, meus pais até hoje moram perto, dava para ir andando. A gente passava e dizia: “Poxa, isso não é da nossa realidade”.*

Portanto, mesmo elas tendo ascendido por meio da educação, mesmo tornando-se exceção, isso não deixa de ser excludente também.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio (Ribeiro, 2019, p. 62).

Gonzalez (2020, p. 39) menciona em seus escritos que à medida que ia aprofundando seus conhecimentos, cada vez mais rejeitava a sua condição de negra. Ela acredita, e concordamos com ela que “a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra”. O que estamos dizendo é que a escola como espaço de oportunidades educacionais para a ascensão, perde ou não constrói uma identidade negra, se adaptando à identidade da branquitude. E, com o passar do tempo esses espaços se tornam espaços de silenciamento ao ponto de uma professora da universidade ser questionada sobre o seu pertencimento naquele lugar. Carla menciona que essa falta de pertencimento acaba afetando a autoestima das mulheres negras, pois isso faz com que ela questione se aquele lugar pode ser ocupado por ela, também.

Carla - *Mexe com a questão da autoestima, e isso é muito forte! Não sentir que você merece, ou que você não tem capacidade para estar ali. É como se você tivesse que estudar três vezes mais que o outro, para garantir que você merece esse espaço. Se não, não merece! E, a coisa não termina...*

Não é de hoje que sabemos que a mulher negra para firmar seu lugar em espaços de poder precisa mostrar o quanto estudou e como é capacitada para estar ali. Em contrapartida, a outra parcela da sociedade precisa apenas ser branco para que a qualificação seja validada. Isso é vivenciado em diversas profissões e mais evidente em posições valorizadas social e

economicamente, como discutido em Machado (et al, 2021). As pessoas que estão em posições de privilégios sociais não abrirão mão deles, pelo contrário criarão mecanismos para mantê-los e a educação tem sido uma boa ferramenta para nos colocar em nossos lugares, mas “que lugar é esse?” (Gonzalez, 2020, p. 90).

E isso se faz notar em diversas áreas profissionais, especialmente àquelas que conferem melhor posição social, política e/ou econômica. O processo de exclusão pode não ser compulsório, mas se dá na reiterada reafirmação do não pertencimento àquele espaço.

Carolina - *Eu nunca sofri preconceito diretamente, mas eu percebia. Quando eu dei aula na Universidade particular era um pouco mais. Eu lecionava nas Engenharias, não diretamente, alguém falar para mim, mas eu percebia o jeito de olhar dos alunos, o jeito de responder com um pouquinho de desprezo. Eu percebia a diferença entre responder uma professora que não é negra e uma professora que é negra, o jeito, o tom de voz, sabe?! Eu nunca tive diretamente, mas meio que embutido essas coisas a gente percebe.*

Ao percebermos o cenário em que vivemos, o espaço acadêmico, essa ausência também é significativa, pois apesar da capacitação, a seleção racial se mantém como um dos mecanismos mais eficientes para segregar quais são os corpos mais aptos para ocupar/exercer o espaço acadêmico. Carolina explicita isso, quando menciona que é vista como incapaz para ocupar/exercer esse espaço, que ser mulher negra implica que ela não pode ser professora universitária.

Carolina - *Por que ela não pode ser professora? Só porque ela é negra? Por que ela não pode ter esse lugar? Esse lugar não pode ser ocupado por ela, por quê? Então, é complicado. A pessoa está ali, e a limitar a uma profissão inferior, que julgam inferiores [...] Quando você vai para uma classe social um pouco mais alta, pelo menos é o que a gente percebe, tem dificuldades de aceitação: “O que esse negro está fazendo aqui? Uma negra conseguiu ser professora universitária?”, dizer que aquele lugar não pode ser ocupado por uma pessoa que eles acham que não merece.*

Durante um bom tempo, acho que até hoje, as Universidades são pensadas como algo fora da realidade para estes corpos. Talvez seja, pelo fato da Graduação ser uma instituição para poucos, e esse pouco é branco! Mesmo após mais de uma década de expansão das universidades públicas no Brasil e a implementação de práticas de ações afirmativas, essa inclusão não foi suficiente para reparar séculos de exclusão.

Não precisamos ir muito longe basta nos responder essa pergunta: durante a sua escolarização quantas professoras ou professores negros você teve? Refletindo sobre a sua resposta, saberá como a universidade tem inventado quais corpos devem ocupar/exercer esse lugar. Podemos dizer que o mundo que é apresentado nas escolas e nas universidades é o dos

brancos, em que a cultura ocidentalizada era e ainda é vista como superior, e o ideal a ser seguido.

O que Carolina nos diz é que precisamos desnaturalizar o olhar racista das pessoas, criar estratégias para a ocupação e naturalização de pessoas negras nestes espaços e lugares. E, isso tem sido o maior desafio da nossa sociedade, porque na autoimagem que o Brasil circula o “negro é quase invisível” (Gonzalez, 2020, p. 68).

Essas práticas são tão fundantes e estruturantes das dinâmicas sociais, que mesmo os profunda e irrefutavelmente afetados pelo racismo estrutural, acabam reproduzindo a cosmopercepção que também os atravessa:

Dandara - (...) *assim, eu fui buscar um giz que eu tinha esquecido e, ele estava esperando a moça que entrega. Porque fica sempre uma moça para entregar, e ele disse: “Você poderia me passar o controle?”, e eu disse: “Mas, não sou eu que dou, é a moça que deve ter saído...” e, ele falou: “Aaaaaah! Então, você é minha colega de trabalho?”. Ele como preto, esperou que eu fosse uma pessoa que estivesse servindo e, não uma professora!*

Dandara menciona em sua fala que seu colega de trabalho, um homem negro, não enxergou como pertencente ao espaço universitário como professora. E, esse apagamento feito pelo próprio negro afirma que o processo de embranquecimento que o homem negro sofreu e sofre nos dias de hoje, faz com que ele não consiga ver a mulher negra pertencente aquele espaço, ao qual ele ocupa também. A narrativa de que a mulher negra sempre estará no papel de servidão é também uma condição que além dos brancos, o homem negro também propaga (e que talvez a própria mulher negra também propague), como podemos ver/ler no excerto da Dandara. Para que o homem negro ao longo da História do Brasil conseguisse o mínimo, que fosse, de ascensão seja ela econômica ou social, ele precisou inviabilizar e negar a existência do seu semelhante. Ou seja, as mulheres negras não são vistas em espaços de poder nem pelo branco, nem pelo homem negro.

Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais elevadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo) (Gonzalez, 2020, p. 218-219).

A nível de finalização, o que estamos dizendo é que vivemos em uma sociedade em que a divisão sexual e racial do trabalho tem sido a norma para classificar quais corpos deverão ocupar/exercer espaços de poder e, quais corpos serão condicionados à ascensão econômica e social. Ou seja, “que mecanismos foram utilizados pelas classes dominantes a ponto de neutralizarem a participação negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira?” (Gonzalez,

2020, p. 42). Essa neutralização social que essas mulheres têm sofrido opera para que essa classe enfrente inúmeros e incontáveis preconceitos, exclusões e silenciamento, em diversos espaços que possam um dia ocupar/exercer.

Um Prólogo: onde foi parar a Matemática neste Artigo?

Para que seja possível modificar os olhares de servidão que precedem as mulheres negras precisamos “reconfigurar o mundo por meio de outros olhares [que] pode ser uma perspectiva poderosa, já que é capaz de gerar algum pertencimento que não seja a uma sociedade doente e desigual.” (Ribeiro, 2018, p. 139). As professoras que narram suas próprias histórias constituem-se e reconstroem-se enquanto pessoas que ocupam essa posição de formadoras de docentes que ensinam matemática. A potência da narrativa não se resume ao que pode ser feito para produção acadêmico/científica sobre um tema, no caso aqui, as problemáticas de gênero e raça experienciadas por estas quatro mulheres. Coadunamos com Jørgensen (2022, p. 13) que “o que está em jogo na narração de histórias é o pertencimento, o enraizamento e a agência em meio às condições sociais e materiais”. Nesse sentido os excertos expostos e analisados fazem emergir e remontam indagações acerca de quais espaços profissionais podem ser ocupados por mulheres negras no Brasil.

Concluimos que a superexploração do trabalho⁴⁵ é geralmente atribuída a determinadas formas de vida, determinados corpos. Então professoras universitárias negras, com formação em matemática, estariam ocupando espaços que a elas não pertencem? Não foi o foco deste artigo hierarquizar ou problematizar a dignidade e validade social/econômica de diferentes ocupações laborais, isso demandaria um outro tipo de esforço pois, afinal, a referida classe trabalhista, docência universitária, também enfrenta precarização e exploração. Contudo, é importante destacar o quanto as quatro professoras manifestaram unissonamente os enfrentamentos por serem percebidas como estranhas neste ambiente acadêmico.

A universidade é, portanto, apesar dos debates identitários que lhe são característicos, mais um espaço de funcionamento (talvez até de aperfeiçoamento) do racismo que estrutura nossas relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

E a matemática? Ela não está em tudo? Onde ela foi parar neste artigo? Ou mesmo onde ela foi parar nas narrativas produzidas por essas quatro professoras com formação inicial na área e que atuam cotidianamente com seus conteúdos e práticas?

⁴⁵ Entendemos “Superexploração do Trabalho” como um termo/conceito que se tratar de uma forma de exploração mais perversa para as trabalhadoras negras, ou seja, grupos que são mais explorados que a média da sociedade.

As quatro professoras não se aprofundam sobre a área na qual atuam como um empecilho ou mesmo um estímulo para as vivências de gênero e raça que enfrentaram ao longo de suas trajetórias de vida-acadêmica. Esta era até uma hipótese que tínhamos ao iniciar a pesquisa: que a matemática, enquanto conhecimento bastante valorizado na atualidade, seria um operante chave nas narrativas produzidas por estas professoras. Não foi o que conseguimos produzir. Certamente a escolha da carreira foi atravessada por um sem número de fatores, mas muitas delas apontam a carreira docente como uma das mais acessíveis apesar das resistências materiais, práticas e imateriais por elas enfrentadas.

Por fim, parece que este lugar a duras penas conquistado e que demanda ininterruptas ações de reafirmação do pertencimento delas, não se configura como o fato inquestionável de mobilidade e conquista, o que poderia até nos conduzir a uma armadilha de tomá-las como exemplo de que com muito esforço, dedicação e renúncia, quaisquer pessoas poderiam alcançar melhores condições de vida. Em outras palavras, elas não endossam as ideias cínicas de meritocracia. As quatro indicam a necessidade de estarem sempre alertas, atentas, vigilantes, apesar de conhecerem e trabalharem com matemática, o que, em tese, as alçaria social, econômica e culturalmente.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. Editora Jandaira, 2020.

FERENC, A. V. F.; BRANDÃO, A. C. P.; BRAÚNA, R. C. A. Condições de Trabalho Docente em uma Universidade Pública. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**. Santos: v. 07, n. 14, p.358-384, 2015.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, b. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HILLESHEIM, B. O Trabalho Doméstico: “O Serviço de Sempre”. Strey, Marlene N.; Cabeda, Sonia T. Lisboa; Prehn, Denise R. **Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Cap. 2, p. 39-51.

JØRGENSEN, K. M. / Storytelling, space and power: An Arendtian account of subjectivity in organizations. **Organization (London, England)**, v. 29, n. 1, p. 51–66, 2022.

MACHADO, P. S. X. et al. / “Um pingo de feijão em uma panela de arroz”: racismo, trajetórias e perspectivas de mulheres negras no poder judiciário. **Revista Economia & Gestão**, v. 21, n. 59, p. 90–109, 2021.

OYĚWÙMÍ, O. **A Invenção das Mulheres**: Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEREIRA, B. C. J. Sobre Usos e Possibilidades da Interseccionalidade. **CIVITAS - Revista de Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, D. M.; CIPRIANI, C. Gênero, classe e raça na televisão brasileira: uma análise das telenovelas “A cabana do Pai Tomás” e “Xica da Silva” a partir da hermenêutica feminista. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - VIRTUAL**, 2021. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij04/dayane-meira-dos-santos.pdf>. Acesso em: 15 set. de 2023.

ANEXO: as reportagens

Professora sofre racismo em escola estadual de São Paulo

Suástica foi desenhada em porta de sala; caso é investigado pela Delegacia de Repressão aos Crimes Raciais e de Delitos de Intolerância

Uma professora da **Escola Estadual Conselheiro Ruy Barbosa**, no Horto Florestal, na zona norte da capital, fez um boletim de ocorrência após ser alvo de **racismo**. Na sala de uma turma de 3º ano do ensino médio, onde dá aula de Sociologia, foi feita uma inscrição com o seu nome e a expressão "preta galinha", e foi desenhada uma suástica - símbolo do nazismo. A Secretaria Estadual da Educação repudiou o ato e a Delegacia de Repressão aos Crimes Raciais e de Delitos de Intolerância investiga o caso.

Professora da unidade há quatro anos, Odara Dèlé, de 30 anos, conta que estava de folga no dia 1º de outubro, quando a pichação foi feita, e que soube do ocorrido no dia seguinte. "Mostraram fotos da porta da sala pichada com a suástica e com palavras bem ofensivas. Era para mim, porque tinha ao meu nome."



Lembrei de uma senhora num momento de conquista da vida, tinha sido promovida no trabalho.

Trouxe de uma forma muito emocionada que ouviu de uma professora que ela era preta, pobre e feia. E o quanto isso a vida inteira ecoou dentro dela. Eu acho que isso funcionou como um impulsor, mas sempre carregado de dor

Ilustração: Caio Vinícius Bonifácio



Ilustração: Caio Vinícius Bonifácio

Influenciadora digital é detonada na web após vídeo com falas racistas: “Racismo é normal”



Luisa Nunes Brasil, que é conhecida na rede social como influenciadora digital, está gerando revolta na web após falas racistas em seus Stories do Instagram. Na tarde desta quinta-feira (04), ela postou uma série de vídeos em que se posiciona sobre os movimentos contra o racismo que tem aumentado no mundo inteiro após o assassinato de George Floyd, nos EUA.

“Racismo vai existir enquanto a maior quantidade de crimes for causada pela população negra. Vai existir, gente, isso é uma coisa natural. É um instinto de defesa da gente. Vai ser sempre natural, normal e instintivo do ser humano ter um pouco do que a gente chama de racismo: julgar a pessoa pela raça”, disse.

Ela ainda reforçou os estereótipos da aparência de pessoas brancas e negras. “Se você está num parque à noite, escuro, e você vê uma pessoa andando e essa pessoa é negra e ela tem os trejeitos de uma pessoa que parece ser um criminoso você vai ficar com mais medo do que se você visse uma pessoa branca de terno e gravata. Isso é natural do ser humano”.

Professora é vítima de preconceito racial em BH: 'Você faz faxina?'

Luana Tolentino foi abordada na rua e respondeu mulher: 'Sou professora. Faço Mestrado'



Luana Tolentino foi vítima de preconceito racial Foto: Reprodução/Facebook

RIO - Luana Toletino, de 33 anos, é professora de História há nove anos e faz Mestrado na área. Na última terça-feira, foi vítima de preconceito racial em Belo Horizonte, Minas Gerais, quando seguia para a escola onde trabalha. Ela foi parada na rua por uma mulher desconhecida, que a perguntou: "Você faz faxina?". Espantada com a abordagem, Luana respondeu: "Não. Faço mestrado. Sou professora". Com a resposta, a mulher, que a historiadora jamais tinha visto, seguiu adiante.

Professor vítima de racismo volta à UnB e tem caso questionado em evento

Ari Lima, vítima de racismo em 1998, quando cursava doutorado em antropologia na UnB, teve o caso questionado pela professora Kelly Cristiane da Silva em evento na universidade

O professor titular da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Ari Lima, [vítima de racismo](#) em 1998 — quando cursava o doutorado em antropologia pela [Universidade de Brasília \(UnB\)](#) — teve o caso questionado pela professora Kelly Cristiane da Silva, do Departamento de Antropologia (Dan). A situação ocorreu durante conferência de abertura do evento organizado pelo Coletivo Zora Hurston, intitulado de "[VI Negras Antropologias - Onda negra, medo branco](#)", em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

No minuto 1:03:10, Kelly faz a seguinte pergunta a Ari: "Você atribui essa tentativa de exclusão à questão racial, exclusivamente? Queria te ouvir a respeito disso considerando que eu era a sua colega também, como outras pessoas, que poderiam ser vistas como negras também", afirmou a docente.

A professora considerou chocante e irresponsável algumas acusações serem classificadas como racismo, para ela algumas falas e narrativas não apresentam informações e dados que comprovassem isso. "Dito isso, a minha busca por justiça que me move a trazer os fatos", acrescentou.



Professora chamada de 'macaca' em sala de aula: 'Escola está sendo omissa'

Hysa Conrado
Universa, em São Paulo
11/11/2022 15h26

Na lista de presença de uma das salas de aula, no lugar onde deveria constar o nome da professora Ana Koteban, 41 anos, estava escrita a palavra "macaca". A ofensa racista, registrada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professor Linneu Prestes, localizada em Santo Amaro, zona sul de São Paulo, foi identificada primeiro por outros dois educadores da instituição, que levaram o ocorrido à secretaria da instituição, e depois avisaram Ana.

Em entrevista a **Universa**, ela conta que o episódio aconteceu no dia 24 de outubro e que a diretoria da escola tomou conhecimento da situação por volta das 10h, mas só a notificaram no final da tarde. Para Ana, a instituição tem sido omissa e negligente no enfrentamento ao caso de racismo. A educadora também afirma que nenhuma medida efetiva foi tomada por iniciativa da instituição de ensino e que o assunto tem sido tratado como "um problema da professora Ana Paula".

"Como se fosse um assunto pontual, uma brincadeira de mau gosto. Todas as ações que aconteceram até agora têm sido por pressão minha e de estudantes e colegas de trabalho que passaram a se posicionar", afirma.